

**Universidade de Lisboa**

Faculdade de Arquitectura

# ORGANIZAÇÃO DO LUGAR SEMI-PÚBLICO

## REACTIVAÇÃO DO HOSPITAL DE SANTA MARTA EM LISBOA

**Pedro Manuel Nobre da Silva Carneiro**

Projecto Final para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

**Orientador Científico:** Professor Doutor Pedro Belo Ravara

**Júri:**

Presidente: Professor Doutor José Afonso

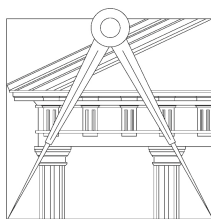
Orientador: Professor Doutor Pedro Ravara

Vogal: Professor Doutor João Rocha

Lisboa, FAUL, Novembro de 2013







**Universidade de Lisboa**

Faculdade de Arquitectura

# ORGANIZAÇÃO DO LUGAR SEMI-PÚBLICO

## REACTIVAÇÃO DO HOSPITAL DE SANTA MARTA EM LISBOA

**Pedro Manuel Nobre da Silva Carneiro**

Projecto Final para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

**Orientador Científico:** Professor Doutor Pedro Belo Ravara

**Júri:**

Presidente: Professor Doutor José Afonso

Orientador: Professor Doutor Pedro Ravara

Vogal: Professor Doutor João Rocha

Lisboa, FAUL, Novembro de 2013



## ORGANIZAÇÃO DO LUGAR SEMI-PÚBLICO

### Reactivação do Hospital de Santa Marta em Lisboa

Pedro Manuel Nobre da Silva Carneiro

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Pedro Belo Ravara

FAUL

Lisboa, Novembro de 2013

#### Resumo

Este estudo pretende aprofundar o alcance do conceito de “organização do espaço” entendido no contexto dos espaços de transição e mais especificamente no dos lugares ditos semi-públicos. Tem a intenção de realçar a importância da forma como estes lugares são vividos e apropriados para um habitar da cidade mais frutífero e consciente.

Aborda-se o “organizar do espaço” como acto contínuo e procedente do acto de “Habitar”, assumindo a arquitectura o papel de tomada de consciência sobre esta acção de tornar o espaço num lugar habitável.

Definem-se os lugares semi-públicos e apresentam-se as suas principais características, a sua presença geralmente excêntrica na estrutura urbana e o seu papel de excepcionalidade no experimentar da vida dos espaços exteriores da cidade.

Assume-se a importância destes lugares enquanto espaços de transição e da centralidade desta para o desenvolvimento de uma consciente ocupação dos objectos arquitectónicos. Revela-se a seriedade do trabalho do arquitecto em permitir uma organização futura do seu trabalho, estabelecendo ligações contínuas e coerentes entre o gesto de projectar um espaço e o acto de habitá-lo.

Esta reflexão é também suportada por uma experimentação projectual realizada sobre a reactivação do terreno do Hospital de Santa Marta em Lisboa. Pela sua localização e características, este é compreendido como espaço expectante exemplar para a concepção e organização de um destes lugares semi-públicos.

**Palavras Chave:** habitar, organizar o espaço, lugares semi-públicos.



# ORGANIZING THE SEMI-PUBLIC PLACE

## Reactivation of Santa Marta Hospital in Lisbon

Pedro Manuel Nobre da Silva Carneiro

Master's Degree in Architecture

Supervisor: Professor Doutor Pedro Belo Ravara

FAUL

Lisbon, November 2013

### Abstract

This study aims to deepen the scope of the concept "organizing space" understood in the context of transitional spaces and more specifically of the so-called semi-public places. Its intention is to highlight the importance of these places and the way they are experienced and occupied for a better and more conscious urban dwelling.

It addresses this "organization of space" as ensuing continuously from the act of "Dwelling", and assumes that architecture represents the awareness of the action of transforming space into habitable place.

Semi-public places are defined and their main characteristics are presented, such as their usually eccentric position in the urban structure and the role of exceptionality they assume in our experience of outdoors urban life.

The importance of these places as spaces of transition is supported and its relevance to the development of a conscious dwelling of architectural objects is defended. It reveals the importance of the architect's work in providing the future organization of his work, making coherent and continuous connections between the gesture of designing a place and the act of inhabiting it.

This study is also supported by a project to rehabilitate the space of the Santa Marta Hospital in Lisbon. Due to its location and characteristics it is understood as an exemplary and potential space for the design and organization of one of these semi-public places.

**Key Words:** dwelling, organizing space, semi-public places.



## **Agradecimentos**

À minha família e amigos, pelo apoio constante que me permitiu realizar este trabalho e pela compreensão que mostraram naqueles momentos em que fui descuidado ou ausente durante este processo.

A todos os colegas e professores que me inspiraram e ajudaram durante estes anos, em especial ao Professor Jorge Spencer, pela sua paixão contagiante pela disciplina, e ao Professor Pedro Ravara, cuja paciência e dedicação permitiram que este trabalho se tornasse uma realidade.





## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Estado da Arte.....</b>	<b>4</b>
<b>I Habitar e construir o lugar: a organização do Espaço.....</b>	<b>7</b>
Do Habitar e do Construir e das suas relações intrínsecas .....	8
O arquitecto e a consciência da organização do espaço.....	11
<b>II Lugares semi-públicos: definição e caracterização.....</b>	<b>16</b>
Definição geral de Lugar Semi-Público.....	17
Tipos e características distintivas.....	22
<b>III A busca consciente do lugar semi-público: a organização dos espaços de transição.....</b>	<b>35</b>
A construção da transição e a manifestação do acto organizador do espaço .....	36
O projecto arquitectónico que ocasiona a permanente organização .....	43
Dois casos exemplares .....	46
<b>IV A reactivação do Hospital de Santa Marta em Lisboa: descrição e justificação da intervenção projectual.....</b>	<b>52</b>
A evolução da colina de Santana e o seu significado para a cidade.....	53
O Convento de Santa Marta e a conversão em Hospital Civil .....	58
Interpretação do lugar e justificação do tema projectual.....	67
Santa Marta enquanto lugar semi-público – descrição do projecto.....	74
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>87</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>90</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>94</b>



## Índice de Imagens

### I

**Figura 1** – A paisagem convertida em lugar existencial. *Paisagem com castelo*, Dominguez Alvarez, 1930. Em: <http://cam.mediadepo.net/media/w621/h/files/inarte/567.jpg>

**Figura 2** – Organização como Interpretação do espírito do lugar. Quinta da Conceição, Matosinhos. Em: <http://fernandocerqueirabarros.blogspot.pt/2011/08/quinta-da-conceicao-matosinhos-arq.html>

**Figura 3** – Evolução cronológica da organização do espaço. Pousada de Santa Marinha, Guimarães. Em: [http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid\\_9/4db2\\_arq095-01-07.jpg](http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/4db2_arq095-01-07.jpg) (editada pelo autor)

### II

**Figuras 4 e 5** –Lugar semi-público como lugar protegido ao ar livre. Vila Sousa. Desenho e fotografia do autor.

**Figura 6** – Lugar semi-público como espaço marginal na via pública. Bairro Estrela d'Ouro.. Em: <https://maps.google.com/> (editada pelo autor).

**Figura 7** – A privacidade partilhada. Reconstituição gráfica do quarteirão retratado no filme *Rear Window*, Alfred Hitchcock, 1954. Em: PALLASMAA, Juhani. *The architecture of image. Existential space in cinema*. Helsinki: Rakennustieto Publishingm 2007. Pág. 146 (digitalizada e editada pelo autor).

**Figura 8** – A privacidade revelada. Fotograma do filme *Rear Window*, Alfred Hitchcock, 1954. Em: *Rear Window*, Alfred Hitchcock, 1954 (fotograma captado pelo autor).

**Figuras 9 a 14** – A soleira como lugar habitável. Em: *Distant Voices, Still Lives*, Terence Davies, 1988 (fotogramas captados pelo autor).

**Figura 15** – Modelação de panos de fachadas. Bairro Grandella. Em: [http://1.bp.blogspot.com/\\_vyPcxm-fW6Y/S7ZlycBj4LI/AAAAAAAAI2U/jpFJtjyJ69o/s320/Grandela\\_5.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_vyPcxm-fW6Y/S7ZlycBj4LI/AAAAAAAAI2U/jpFJtjyJ69o/s320/Grandela_5.jpg)

**Figura 16** – Troço de rua elevado. Rua do Paço da Rainha. Em: <http://www.panoramio.com/photo/58170300?tag=Lisboa>

**Figuras 17 e 18** – Galerias de distribuição. Bloco dos Olivais Sul, Vítor Figueiredo. Fotografias do autor.

**Figuras 19 a 24** – O espaço expectante e os resultados práticos e simbólicos da sua organização. Em: *The Life and Death of Colonel Blimp*, Powell e Pressburger, 1943 (fotogramas captados pelo autor).

**Figuras 25 e 26** – Espaços projectados enquanto pátios partilhados. Hackesche Höfe e Heckmann Höfe. Fotografias do autor.

**Figuras 27 e 28** – Traseiras reaproveitadas associadas à distribuição em galeria. Vila Rodrigues. Fotografias do autor.

**Figura 29** – Acesso ao Alto do Longo pela Rua do Século fotografado nos anos 40. Em: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2011/09/rua-do-seculo-v.html>

**Figura 30 e 31** – Localização no centro do quarteirão e o carácter diferenciável da envolvente. Desenho e fotografia do autor.

**Figura 32** – Relação topo-gráfica com a Rua do Século: corte esquemático. Desenho do autor.

**Figura 33** – Acesso único ao Pátio do Carrasco. Desenho do autor.

**Figura 34 e 35** – Aspectos da complexidade característica do interior do pátio. Em: <http://mariomarzagaoalfacinha.blogspot.pt/search/label/P%C3%A1tio%20do%20Carrasco> e <http://www.panoramio.com/photo/39889350?tag=P%C3%A1tio>

### III

**Figura 36** – Árvore = Folha tal como Casa = Cidade. Diagrama de Aldo Van Eyck. Em: <http://www2.latech.edu/~wtwillou/AldoVE.htm> (editada pelo autor)

**Figura 37** – Círculos de Otterlo, Diagrama de Aldo Van Eyck. Em: STRAUVEN, Francis. *Aldo Van Eyck's Orphanage. A Modern Monument*. Rotterdam: Nai Publishers, 1996. Pág. 13 (digitalizada pelo autor).

**Figuras 38 a 41** – Organização do espaço de transição. Orfanato de Amsterdão, Aldo Van Eyck. Em: STRAUVEN, Francis. *Aldo Van Eyck's Orphanage. A Modern Monument*. Rotterdam: Nai Publishers, 1996. Págs. 37, 20 e 40 (digitalizadas pelo autor).

**Figura 42 e 43** – Alguns espaços expectantes de Amsterdão antes e depois da conversão em parques infantis por Van Eyck. Em: <http://www.cm4arquitectos.com/escritos/wp-content/uploads/2012/02/4.-zeedijk-antes-despues-800x356.jpg>

**Figura 44 e 45** – Alguns espaços expectantes de Amsterdão antes e depois da conversão em parques infantis por Van Eyck. Em: <http://www.classic.archined.nl/news/0206/dijkstraateng.jpg>

**Figura 46** – Pátio partilhado com a cidade e activamente modificado pelos habitantes. Habitações LiMa. Em: [http://www.ahh.nl/index\\_en.html](http://www.ahh.nl/index_en.html)

**Figura 47** – Organização e participação intensa pelos trabalhadores. Átrio da Central Beheer. Em: [http://static.dezeen.com/uploads/2011/12/dezeen\\_Centraal-Beheer-Apeldoorn-1968-72\\_2.jpg](http://static.dezeen.com/uploads/2011/12/dezeen_Centraal-Beheer-Apeldoorn-1968-72_2.jpg)

**Figura 48** – Planta do nível do pátio da Câmara de Săynätsalo. Em: <http://www3.jkl.fi/saynatsalo/townhall/en-215.htm> (editada pelo autor)

**Figura 49 e 50** – A escadaria relvada e as suas múltiplas possibilidades de apropriação. Em <http://www.flickr.com/photos/trevorpatt/6108864780/> e *Le centre municipal de Săynätsalo*, Richard Copans, 2003 (fotograma captado pelo autor)

**Figuras 51 e 52** – Chiado, pátio do bloco B: Aspectos do interior. Fotografia do autor.

**Figuras 53 e 54** – Chiado, pátio do Bloco B: corte esquemático e ligação à Rua do Carmo. Desenho e fotografia do autor.

**Figura 55** – Chiado, pátio do bloco A: Acesso pela Rua Ivens. Fotografia do autor.

**Figura 56** – Chiado, pátio do bloco A: passagem que liga à Rua Garrett. Fotografia do autor.

**Figuras 57 e 58** – Chiado pátio do bloco A: aspectos do interior. Fotografias do autor.

#### IV

**Figura 59** – Localização e Topografia da Colina de Santana. Em: <https://maps.google.com> (editada pelo autor).

**Figura 60** – Os conventos da colina, a antiga Estrada do Andaluz e o Campo de Santana. Em: <http://temp.betatechnologies.info/folque/ff.html> (editada pelo autor).

**Figuras 61 e 62** – O convento e o hospital de Santa Marta. Em: <http://temp.betatechnologies.info/folque/ff.html> (editada pelo autor) e <https://maps.google.com> (editada pelo autor).

**Figura 63** – Interior da igreja usado como arquivo. Fornecida pelos Prof. José Aguiar e Prof. Pedro Pacheco.

**Figura 64** – Antigo coro-baixo convertido em capela. Em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531)

**Figura 65** – Interior da antiga sacristia. Fornecida pelos Prof. José Aguiar e Prof. Pedro Pacheco.

**Figura 66** – O claustro e os vestígios do antigo convento. Desenho do autor.

**Figura 67 e 68** – Perspectivas do claustro antes e depois da conversão em hospital. Em: ANCIÃO, José Manuel. *O Mosteyro de Sancta Martha: Monografia do antigo Convento-Hospital de Santa Marta de Lisboa*. Lisboa: Edição Liga dos Amigos do Hospital de Santa Marta, 2010. Pág.39 (digitalizada pelo autor) e fotografia do autor.

**Figura 69** – Edifício do Coração. Em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531)

**Figuras 70 e 71** – Perspectiva antiga e actual da Rua de Santa Marta. Em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531)

**Figura 72** – Corte pelo terreno mostrando as construções hospitalares. Em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531)

**Figuras 73 e 74** – A cerca em confronto com a malha urbana: Rua do Passadiço e Rua da Sociedade Farmacêutica. <https://maps.google.com> (editada pelo autor) e fotografia do autor.

**Figura 75** – Núcleo antigo da colina de Santana: espaço público de fácil apropriação e organização. Fotografia de Bruno Gonçalves.

**Figura 76** – Vila construída atrás de prédio. Vila Gomes. Em: <https://maps.google.com> (editada pelo autor).

**Figura 77** – Confronto das malhas urbanas em presença. Desenho do autor.

**Figuras 78 e 79** – O interior do quarteirão: diversidade e sobreposição de vivências privadas. Fotografias do autor.

**Figura 80** – A redifinição da cerca: o terreno de Santa Marta entendido como interior de quarteirão. Em: <http://www.bing.com/maps> (editada pelo autor).

**Figura 81** – Edifícios a demolir, edifícios a preservar e novas construções propostas. Desenho do autor.

**Figura 82** – A nova topografia do terreno de Santa Marta. Desenho do autor.

**Figura 83** – Distribuição do novo programa funciona: Núcleo museológico e equipamentos de cariz público na Igreja e Claustro; conversão do edifício conventual em residência de estudantes; novas construções com habitação e serviços de uso comum. Desenho do autor.

**Figura 84** – Atravessar e experimentar a cerca: as formas de ingresso no terreno. Desenho do autor.

**Figura 85** – Hierarquia distributiva e organizativa da circulação. Desenho do autor.

**Figura 86** – A flexibilidade no acesso e vivência do espaço da habitação. Desenho do autor.

**Figura 87** – A agregação rotativa das habitações. Desenho do autor.

**Figura 88** – Distribuição cruzada: acesso aos quartos e às áreas comuns. Desenho do autor.

**Figuras 89 e 90** – A organização dos lugares “entre” edifícios. Desenho do autor.

## Introdução





O presente documento expõe a investigação teórica e toda a componente reflexiva e escrita que está subjacente ao projecto final de mestrado, dele nasce e nele se reflecte. O estudo debruça-se sobre aqueles lugares ditos semi-públicos nos quais se verifica uma sobreposição de vários níveis de pertença, intimidade e habitabilidade que complexificam e intensificam as possibilidades de relações entre habitantes e entre estes e a Cidade. No fundo, tratamos de compreender e exemplificar projectualmente uma possibilidade de como construir, habitar e de organizar este tipo de espaço.

Usámos este conceito de *organização do espaço*<sup>1</sup> seguindo o entender de Fernando Távora, pois o que se pretende é estudar e aprofundar o acto de habitar poética e construtivamente os espaços<sup>2</sup>. Para além de ocupar fisicamente um determinado espaço, o Homem organiza-o e ordena-o em seu redor quer através da sua presença (isolada ou “em relação”) como através dos indícios que a sua apropriação do lugar necessariamente deixou visível. Projectar para um futuro habitante que é meramente um utilizador com necessidades básicas de protecção e conforto é descurar o conceito de *habitar* (entendido como o explicita Heidegger)<sup>3</sup> e descrever das capacidades de criador e organizador que terá aquele que vem habitar o espaço projectado.

Um dos dados dessa complexidade do *habitar* é precisamente o da habitação colectiva – os espaços comuns e partilhados que lhe correspondem com o seu carácter de transição e de intermédio (defendido como terreno fundamental do habitar por Aldo Van Eyck<sup>4</sup> e Herman Hertzberger<sup>5</sup>). É sobre esta área de estudo que se delimita o documento apresentado, escolhendo-se este coincidir de distintas maneiras de habitar (característico da Cidade) como o fio condutor para ler e acrescentar leituras à problemática indicada.

Da Cidade escolhemos aqueles lugares ambíguos que são entendidos como parte integrante da dimensão pública da mesma mas que realmente são do domínio privado e que por isso consideramos como lugares semi-públicos. Enquanto que o interior dos edifícios e das residências é completamente íntimo, este tipo de espaços ganha a referida dimensão pública pela sua caracterização e posição de confronto directo com o espaço público.

---

<sup>1</sup> TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982.

<sup>2</sup> «Cada um dos projectos do arquitecto Vítor Figueiredo apresenta-se como uma proposta para acomodar – interrogando-as – as actividades ou a vida que lhes servem de pretextos programáticos. Propõe-nos espaços para habitar poeticamente.» CABRAL DE MELLO, DUARTE. in AAVV. *Prémio Secil Arquitectura 1998. Escola Superior de Arte e Design. Vítor Figueiredo*. Lisboa: Secil, 2003.

<sup>3</sup> HEIDEGGER, Martin. «Construir, Habitar, Pensar». Trad. Carlos Botelho e Pedro Marques de Abreu. in HEIDEGGER, Martin. *Vorträge und Aufsätze*, Günther Neske Pfullingen, 1954. pp. 145–162.

<sup>4</sup> LIGTELIJN, Vincent (ed.). *Aldo Van Eyck Works*. Alemanha: Birkhauser, 1999.

<sup>5</sup> HERTZBERGER, Herman. *Lessons for Students in Architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991.

É de importância central neste estudo demonstrar que nestes lugares semi-públicos estão dadas com muita naturalidade e ênfase as condições para se desenvolver este tipo de habitar em conjunto, partilhando um espaço comum com a cidade. A organização deste espaço realizada pelos seus residentes torna-se fortemente presente e visível<sup>6</sup> e, mais que isso, torna-se parte da experiência do habitar de todos os outros que também o visitem ou frequentam. Consequentemente também o habitar temporário e esporádico de qualquer cidadão pode afectar a experiência do habitar dos residentes. Temos aqui um manifestar das relações sociais elementares num único lugar e de uma maneira muito facilmente perceptível – o habitar de cada um (entenda-se a sua maneira de organizar o espaço) torna-se condicionante do habitar dos outros e é por ele reciprocamente condicionada.

Este trabalho tem como objectivo compreender operativamente como projectar para o futuro utilizador pensando-o como um colaborador na construção do lugar em questão e da Cidade como um todo. Que métodos, dispositivos e ambientes criar para permitir a futura liberdade na ocupação e ordenação do espaço? E como projectar um espaço com uma estruturação elementar suficientemente forte para valer por si mesmo como espaço de actividade e de encontro e de vida sem lhe retirar esta referida liberdade de organização e evolução? Finalmente é interessante ainda questionar como é que se pode atingir uma coexistência comum que origine um desenvolvimento relacional e social neste tipo de espaço com tantos níveis de interacção humana e organização habitacional.

Pretendemos instigar precisamente esta forma de habitar a Cidade e possibilitar essa rede relacional (em convivência e justaposição) num projecto para o terreno de um antigo edifício e cerca conventuais. O projecto concretiza-se na reactivação do Hospital (e antigo convento) de Santa Marta. Pretende-se reconverter este antigo edifício num novo conjunto urbano mais integrado na estrutura pública da cidade.

---

<sup>6</sup> «Ao aproximar-me da cidade pelo seu cenário material fui aprendendo aos poucos a decifrar as marcas na parede desejadas por alguém, com toda a carga afectiva que qualquer desejo em si carrega.» in SARMENTO MATOS, José. *A Invenção de Lisboa. As Chegadas*. Lisboa: Temas e Debates, 2008. pp.

Estado da Arte



O enquadramento teórico deste documento escrito apoia-se na revisão crítica de estudos e obras realizados por outros autores sobre a problemática abordada, clarificando a estrutura do raciocínio subjacente a todo o trabalho.

Numa primeira parte temos a conferência «Construir, Habitar, Pensar» de Martin Heidegger como uma das fontes fundamentais deste documento. Nela, Heidegger definiu (alargando o seu espectro) os conceitos *Habitar* e *Construir* como pretendemos que sejam entendidos ao longo deste trabalho.

É através da obra de Norberg-Schulz, e especialmente do seu livro «Genius Loci – Towards a Phenomenology of Architecture», que se percebe a filosofia de Heidegger como proposta de compreensão da arquitectura enquanto acto de criar um lugar.

Finalmente, o conceito *organizar o espaço* torna-se central para o trabalho através da obra teórica («Da Organização do Espaço») e projectual de Fernando Távora. Nela o autor define organização do espaço como um acto espontâneo em todos os Homens mas consciente no trabalho do arquitecto. Entendemos este *organizar* como o verdadeiro e consciente *habitar* heideggeriano.

Para a segunda parte é de extremo valor referenciar à tese de doutoramento do arquitecto João Paulo Martins pois este analisa as principais investigações teóricas (e aplicações práticas) da arquitectura do período de reflexão e revisão do Movimento Moderno, enquadrando-as no plano das ciências sociais. Interessa especialmente a sua revisão da obra e teoria de Aldo Van Eyck e de Herman Hertzberger. Destas destacam-se os espaços de transição seguindo o conceito de *in-between* explorado por ambos e que estabelece precisamente o valor dos lugares intermédios, do *limiar* entre polaridades espaciais. Para os autores, estes lugares constituem uma necessidade espacial que permite articular realidades opostas (interior e exterior ou íntimo e público) e assim estabelecer uma relação e um diálogo. Na obra construída de ambos podem-se encontrar exemplos úteis de espaços de transição organizados e elevados à categoria de lugares habitáveis.

Finalmente, o trabalho essencial de Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque sobre os edifícios de habitação pluri-familiar da cidade de Lisboa (com especial detalhe sobre as vilas operárias e os pátios partilhados) permite um olhar detalhado sobre vários lugares entendidos e exemplificados como semi-públicos no decorrer do trabalho.

São também relevantes os estudos de Maria João Madeira Rodrigues, de Ana Leonor Tomás, de Ruis Silva Matos e Paula Teixeira e de Joaquim Mendonça Dias e Susana Pina sobre vilas operárias, pátios e tipologias semelhantes da cidade de Lisboa. Não só apresentam um inventário dos seus principais exemplares (estruturando-os e separando-os pelas suas características formais e/ou relações com a malha urbana) como explicitam a lógica do seu aparecimento e das referidas características.

De maior valor ainda é o seu estudo sobre as qualidades do espaço de habitar, sobre as características da população nele residentes e das relações possibilitadas pelas tipologias em questão.

Apresentámos alguns dos autores e partes das suas obras que são de importância capital para o enquadramento deste trabalho na discussão teórica sobre a problemática dos lugares semi-públicos e da sua possibilidade de organização pelo arquitecto e pelo habitante, revelando a sua importância enquanto momento de excepção na vivência da estrutura tipológica e social da cidade.

|

Habitar e construir o lugar:  
a organização do Espaço





## Do Habitar e do Construir e das suas relações intrínsecas

«Ser Homem quer dizer: ser sobre a Terra como mortal, quer dizer: Habitar.

A antiga palavra construir diz que o Homem é na medida em que habita.»<sup>7</sup>

O que queremos dizer quando dizemos “organizar o espaço”? Queremos essencialmente referir-nos à concepção do modo de estar e interagir no espaço enquanto acto definidor da nossa humanidade e gesto que justifica as nossas acções pessoais e sociais.

Seguimos assim Martin Heidegger ao colocar o conceito de habitar como medida existencial para o Homem. Como define Heidegger então este “Habitar”? Não o compara a qualquer outro comportamento humano, não se comparando a qualquer actividade mais trivial como trabalhar ou viajar. Habitar é sim a manifestação da própria existência, o «traço fundamental do ser-Homem». Mais do que “ocupar um alojamento” ou “residir” o acto de habitar refere-se a um “sentir-se em casa”, remetendo para uma relação profunda e intrínseca entre o lugar e o Homem, realmente definindo-o como tal.

Heidegger procura na origem etimológica da palavra alemã para habitar (*Wohnen*) o seu «verdadeiro sentido»: habitar significa permanecer e mais especificamente permanecer em paz. E este “estar em paz” implica segurança, implica resguardar, proteger e preservar: o Homem só está em paz, isto é só está “em casa”, quando se sente protegido. Mas fundamentalmente o que o habitar realiza é o preservar de algo – o Homem – na sua essência. Como dirá também Gaston Bachelard de uma forma mais poética, a casa «protege o sonhador, permite que sonhemos em paz.»<sup>8</sup>

Ou seja, habitar significa permanecer protegido na essência, constitui a possibilidade existencial para o Homem, a sua capacidade de *ser*. Assim, a existência humana apenas se processa verdadeiramente quando em relação com o mundo à sua volta, no qual o relacionar-se é o próprio acto de habitar e consecutivamente o próprio acto de ser.

É na raiz etimológica da palavra alemã para Construir que se percebe que «Construir é, na verdade, Habitar» e que é ao construir que o homem habita (visto que o actual termo *Bauen* tem origem em *Buan* que significa ocupar/habitar). O acto de construir é simultaneamente “edificar” e “cuidar de” ou “preservar”. O “construir” é então a maneira que “o habitar” usa para preservar o Homem. São as construções que visualizam, complementam, formalizam e simbolizam “o habitar”.

---

<sup>7</sup> HEIDEGGER, Martin. «Construir, Habitar, Pensar». Trad. Carlos Botelho e Pedro Marques de Abreu in HEIDEGGER, Martin. *Vorträge und Aufsätze*, Günther Neske Pfullingen, 1954, p. 3.

<sup>8</sup> BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space*. Boston: Beacon Press, 1994, p. 6.

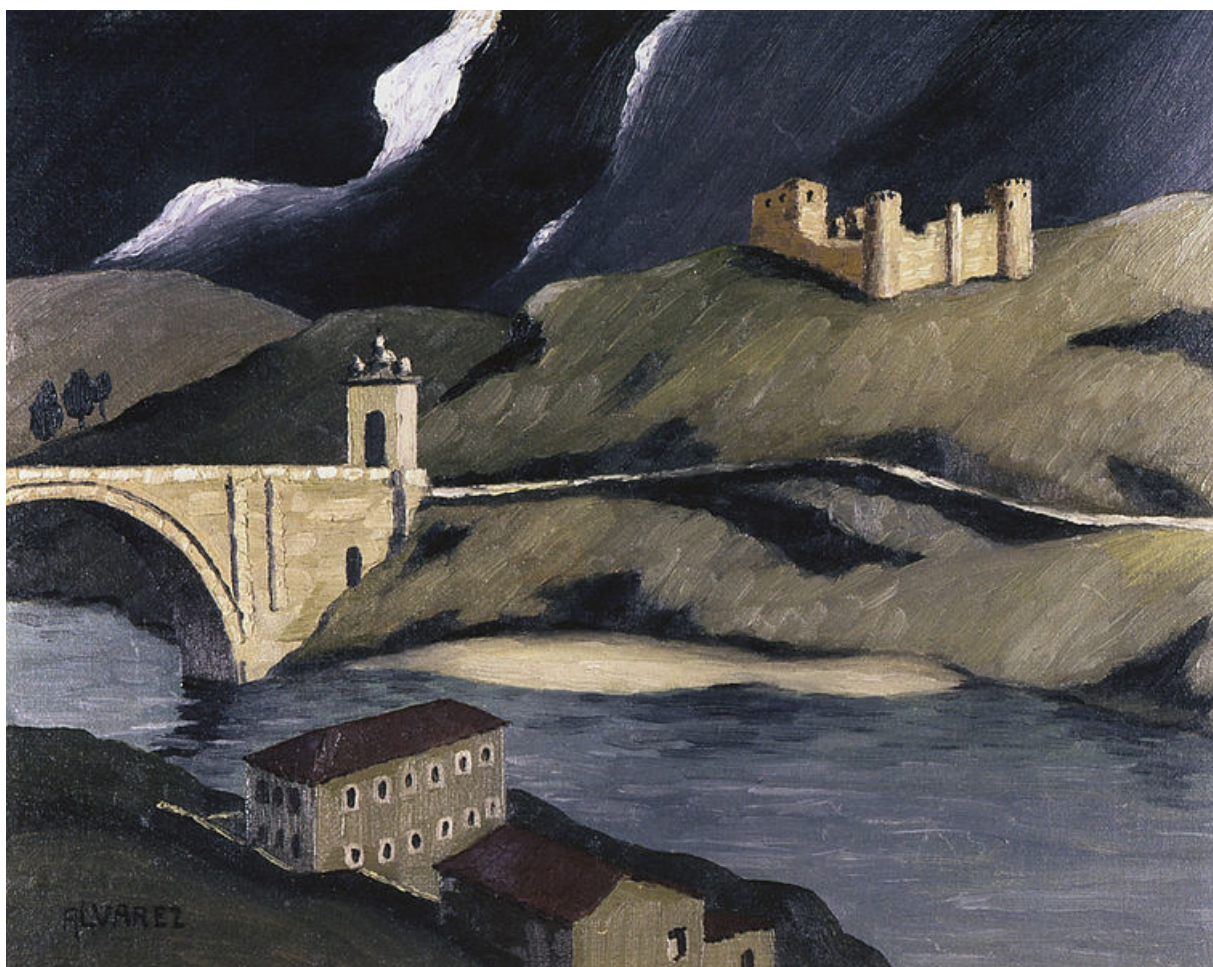


Figura 1 – A paisagem convertida em lugar existencial.  
*Paisagem com castelo*, Dominguez Alvarez, 1930.

Heidegger usa uma ponte como exemplo: a ponte ao unir as duas margens de um rio está a colocá-las uma perante a outra e está a “reunir” as duas à corrente do rio e à paisagem em redor. Todos esses elementos já estavam presentes anteriormente mas é a ponte que os põe em confronto, revelando o seu significado. É a presença da ponte que cria um lugar. É o construir que reúne à sua volta os significados e a realidade do mundo.

Estamos a aproximar-nos da noção da arquitectura como papel intrínseco ao Homem e definidor da sua humanidade. Norberg-Schulz vai definir o objectivo e princípio elementar da arquitectura como a criação de lugares que simultaneamente contêm e oferecem significado, «a concretização de espaço existencial».

A ponte de Heidegger não é a paisagem mas é ela que põe a paisagem em destaque: a paisagem (o mundo na sua dimensão natural, construída e simbólica) é posta em evidência *através* da ponte. São as coisas-construções que explicam o espaço e manifestam o seu carácter – ou “genius loci”, que não é apenas um conjunto das características que o definem mas sim a percepção e representação dos fenómenos e do carácter do lugar [fig.1].

«Este lugar, contudo, não existia como entidade antes da ponte (apesar de existirem inúmeros “locais” ao longo das margens do rio onde esta poderia ser erigida), mas torna-se presente com e através da ponte. O propósito existencial do construir [ou seja, da arquitectura] é fazer com que o espaço se converta num lugar, isto é, revelar os sentidos presentes em potência no ambiente dado.»<sup>9</sup>

Só podemos habitar verdadeiramente quando compreendemos o que nos é revelado na relação com os lugares e as coisas que os compõem e definem.

No fundo, no conceito Homem tem de já estar contemplado o conceito Espaço, pois para o primeiro poder verdadeiramente ser não se pode jamais separar do segundo – está imbuído dele: «Eu sou o espaço onde estou.»<sup>10</sup> E o segundo ganha sentido (ou manifesta o *espírito do lugar*) apenas com a presença activa do Homem. Esta dialética demonstra que habitar ou permanecer num lugar está para lá de um simples posicionamento de um indivíduo num qualquer local intercambiável do universo.

Se é a arquitectura que orienta o Homem e o faz reconhecer o espaço (como sugeriu e desenvolveu Kevin Lynch no seu conceito de “imaginabilidade” aplicado à paisagem urbana) é também ela que nos faz sentirmo-nos identificados com o espaço. Identificação que se processa pela elaboração de lugares significantes que o permitem «habitar poeticamente».

---

<sup>9</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian; *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1970, p.18 (tradução livre do inglês).

<sup>10</sup> Tradução livre do francês: «Je suis l'espace où je suis.», Noël Arnaud citado em BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space*. Boston: Beacon Press, 1994, p. 137.

## O arquitecto e a consciência da organização do espaço

Se entendermos a construção como a dimensão arquitectónica do Habitar estamos a falar de um acto arquitectónico concreto (e essencial) que é o de dar significado ou mais correctamente, invocar o significado subjacente ao Espaço convertendo-o em lugar para Habitar. Mas o que quer dizer concretamente este acto de construir?

É sobre este ponto que fazemos coincidir estes trabalhos teóricos já referidos com o conceito de «Organização do Espaço» associado a Fernando Távora, que sobre ele escreveu e teorizou e cultivou de maneira indelével na sua obra projectada e construída.

«Deslocando o seu corpo, construindo a sua casa, arroteando um campo, escrevendo uma carta, vestindo-se, pintando, conduzindo o seu automóvel, levantando uma ponte, poderíamos dizer – vivendo – o homem organiza o espaço que o cerca, criando formas, umas aparentemente estáticas, outras claramente dinâmicas. A expressão *organizar espaço*, à escala do homem, tem para nós um sentido diferente daquele que poderia ter, por exemplo, a expressão *ocupar espaço*. Vemos na palavra *organizar* um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido que a palavra *ocupar* não possui e daí que usemos a expressão *organização do espaço* pressupondo sempre que por detrás dela está o homem ser inteligente e artista por natureza.»<sup>11</sup>

Organizar o espaço significa compreender sensivelmente o espaço com o propósito de criar lugares compreensíveis. Ou seja, lugares que o Homem pode compreender e com os quais se pode identificar: os lugares onde o Homem se reconhece como tal são aqueles onde verdadeiramente pode Habitar.

Távora define organização do espaço como um acto que define formas («acontecimentos da organização do espaço») e define o espaço entre elas («negativo ou molde das formas que os nossos olhos apreendem»). Esta definição é formal e existencial: é através da organização do espaço que este ganha sentido enquanto lugar para o Homem.

O espaço ao ser organizado passa a ser um lugar – tal como a ponte no exemplo de Heidegger – pois é a organização que coloca (*dá lugar*) e realça o espírito do lugar.

Se considerarmos o espaço como algo contínuo e indivisível temos de assumir do mesmo modo o próprio processo de organizá-lo. Assim as formas e o espaço entre elas têm igual importância e não se podem separar ou subdividir («no caso simples do ponto que lançámos no papel, contam igualmente o ponto e o papel»).

---

<sup>11</sup> TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982, p. 26.

É aliás justamente sobre o organizar (e habitar, no sentido hedeggeriano) deste *espaço entre* que nos debruçamos neste trabalho.

São as «circunstâncias condicionantes» aparentes num espaço e na sua envolvente que nos permitem procurar e identificar o *genius loci*, a que Norberg-Schulz também chamará de «carácter e vocação» do lugar. Estas circunstâncias são a base da organização do espaço e por isso, num plano mais abrangente, de qualquer actividade humana.

«Constituem assim circunstância da organização do espaço para além das formas pré-existentes – naturais ou humanas, umas e outras já de número infinito – factores tão variados como o pensamento científico ou a religião, a economia ou a sensibilidade, a política ou a filosofia, (...) sendo certo que todos, mais ou menos, estão na base de qualquer forma e estão de tal modo que a compreensão total de uma forma será tanto mais perfeita quanto mais se transforme em vivência, na medida em que se identifiquem forma e observador.»<sup>12</sup>

Mesmo sem a consciência plena de que o faz, o Homem avalia as circunstâncias/características do seu entorno (e as que encontra em si mesmo) para construir e organizar o lugar onde habita. Compreendendo o espírito do lugar é o processo pelo qual se consegue uma verdadeira organização do mesmo. O trabalho do organizador do espaço é então ver e trabalhar com as circunstâncias que se lhe apresentam. Só então avalia e escolhe quais de entre elas lhe parecem mais importantes para a compreensão do lugar. Só assim poderá, finalmente, organizar (construir) e estabelecer uma relação (de total ou parcial correspondência, de oposição, ou qualquer outra) com o espaço, consigo mesmo e com todos os Homens que participem no habitar desse espaço.

---

<sup>12</sup> Idem, *Ibidem*, p. 34.



Figura 2 – Organização como Interpretação do espírito do lugar. Quinta da Conceição, Matosinhos.

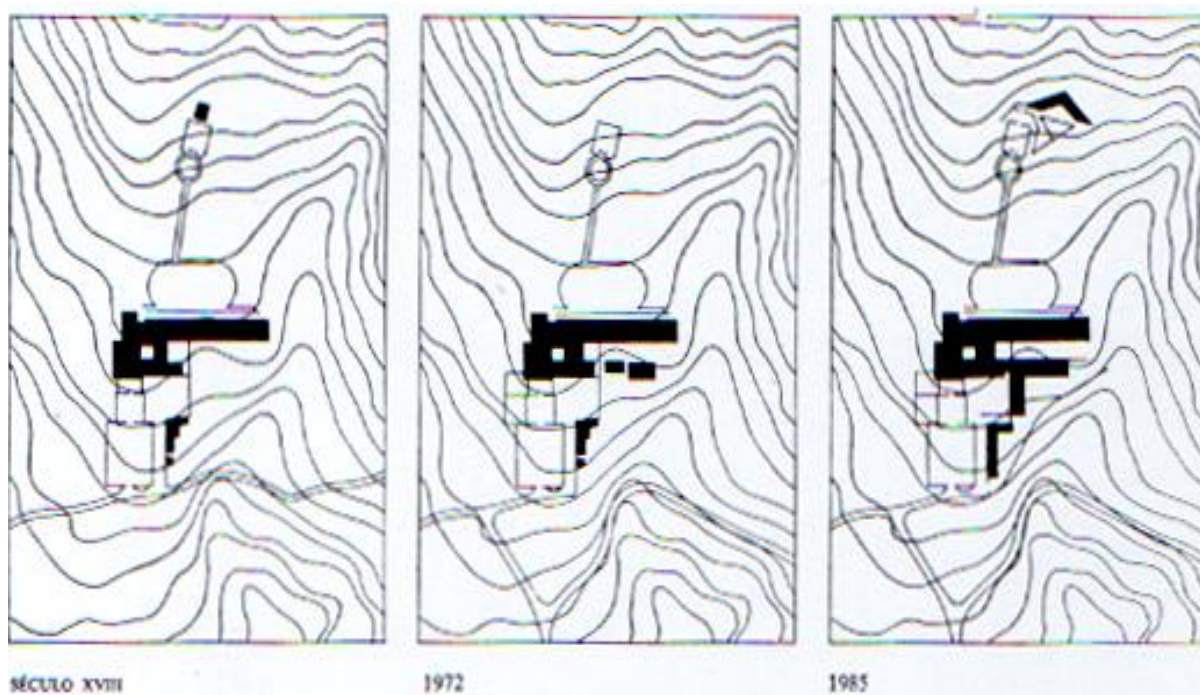


Figura 3 – Evolução cronológica da organização do espaço. Pousada de Santa Marinha, Guimarães.



Távora não hesita em afirmar que uma fraca organização espacial ou uma falta de vontade de colaborar neste processo afecta severamente a existência humana, desde um plano mais pragmático e económico até à realidade sociocultural e à vida e condições físicas e espirituais do Homem. Isto é compreensível à luz dos conceitos formulados e esclarecidos anteriormente.

É fundamental compreender que esta acção de organizar o espaço é inata e característica intrínseca do Homem e que é através dela que ele se define enquanto tal. A arquitectura representa a procura e realização consciente (uma *consciência criativa*) dessa actividade comum a toda a humanidade. Defendemos que deve ser também parte essencial do trabalho do arquitecto pretender alcançar uma ininterrupção entre o seu organizar consciente e inicial de um lugar com o organizar mais intuitivo daqueles que o irão habitar.

O processo deve ser um de participação e partilha, ou «colaboração» como lhe chamará Távora, que seja paralelo e transversal ao decorrer do tempo.

A obra de Távora é modelar na aplicação desta concepção da arquitectura e foi instrumento fundamental na redefinição da prática da arquitectura em Portugal.

Usemos o projecto da Quinta da Conceição em Matosinhos de 1956-1960 como exemplo. Um antigo convento e os seus terrenos são convertidos em parque municipal com áreas recreativas e desportivas. O arquitecto trabalha de perto com os jardineiros e pedreiros dando instruções precisas para cada local. Recria percursos e itinerários já existentes, redefinindo-os com muros de cores vivas (laranjas, rosas e vermelhos) contrastando e realçando os tons verdes e terra da natureza. Respeita as pré-existências e ruínas conventuais convertendo-as em pontos focais na nova paisagem do parque e em momentos de paragem [fig. 2].

Neste ponto consegue um resultado de “reabilitação” mais interessante que uma mera reconstrução histórica até pela sua sensibilidade moderna e pelas múltiplas influências em presença, desde o paisagismo japonês à arquitectura de Luis Barragán.

Sente-se «como o padre prior do convento»<sup>13</sup> pois trabalha com a memória do lugar e, no fundo, com os primitivos construtores e organizadores daquele espaço.

Na conversão do Convento de Santa Marinha da Costa em Guimarães em Pousada (projecto concebido e construído entre 1975-1984) é ainda mais perceptível a relação temporal (para além da espacial) que se estabelece através da organização do espaço.

Aqui, os lugares mais significativos são mantidos e reafirmados e as novas construções vão nascer de uma continuidade do já existente. O corpo que alberga os novos quartos do conjunto hoteleiro é acrescentado ao edifício conventual paralelamente a um dos braços do edifício principal e numa posição dianteira em relação a este. Contudo com a sua altura inferior e a nova materialidade e desenho abstracto de fachada permite que a fachada antiga se mantenha visível e marcante sobre a

---

<sup>13</sup> TÁVORA, Fernando in TRIGUEIROS, Luís (ed.). *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993, p. 66.

paisagem. Cria contrastes mas que pretendem realçar e sublinhar o espírito subjacente (genius loci) ao edifício e ao lugar.

Não existe uma continuidade literal dos espaços e formas mas sim uma continuidade da lógica organizativa desses espaços e formas: do habitar realizado naquele lugar [fig. 3].

Tal como Heidegger disse que «Somos na medida em que Habitamos» poderíamos dizer: o lugar é na medida em que o Organizamos. O acto de habitar trata desta relação dialética de que se falou entre Homem e lugar. Ao organizar o espaço o Homem organiza-se a si mesmo, pois está a melhorar a sua relação com o (seu) espaço. É portanto do Homem que falamos quando falamos de construir e organizar o espaço. Compreender e melhorar o nosso modo de habitar, e dentro deste a organização do espaço e a procura/realização do lugar, é um passo decisivo para a realização social e pessoal do Homem.



||

Lugares semi-públicos:  
definição e caracterização



## Definição geral de Lugar Semi-Público

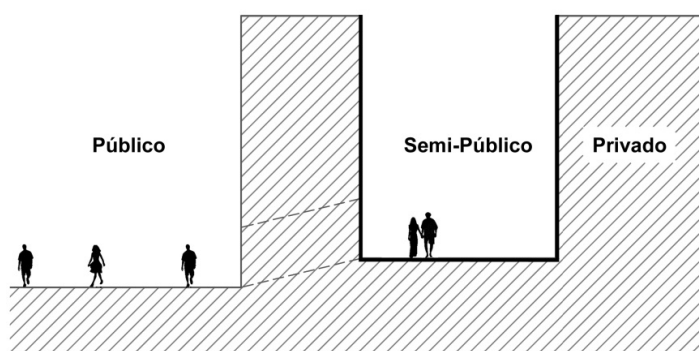
O que são estes lugares semi-públicos e porque os escolhemos como objeto principal do nosso estudo? Podemos concebê-los e lê-los como espaços de transição a uma escala urbana. São aqueles que representam o limiar entre o espaço privado e público, entre interior e exterior e, num sentido mais simbólico, as fronteiras entre Homem e lugar, entre o ser e o mundo exterior.

Definem-se como espaços de dimensão razoável e com aparência/carácter público que pertencem ao domínio privado. São de pertença privada mas de usufruto comum e partilhado. Um lugar que pode pertencer ao mesmo tempo ao homem enquanto indivíduo e ao Homem enquanto membro da sociedade. Isto é, onde pode habitar em sociedade e onde ainda é capaz de se *sentir em casa*.

Este usufruto comum pode ser concebido principalmente na sua dimensão funcional que implica uma partilha efectiva do seu uso entre qualquer cidadão. Contudo podemos entendê-lo também num plano meramente visual que afecta a percepção das dimensões reais e a compreensão da articulação dos espaços (no fundo, a sua “imaginabilidade”) e que implica igualmente uma “partilha visual” de um espaço. O alcance do que pode ser visto ou percepcionado como público é aliás central para a definição deste tipo de espaços e da maneira como os habitamos.

Apenas falamos de verdadeiros lugares semi-públicos quando temos lugares cujo uso é comum, quando o espaço está organizado para pertencer em simultâneo à cidade e aos seus habitantes. São, por definição lugares partilhados ou *de organização partilhada* por oposição aos lugares públicos (*de organização comum*) ou aos lugares privados (*de organização íntima/individual*), representando simbólica e funcionalmente o ponto intermédio entre estes.

A sua posição perante a estrutura urbana também os caracteriza inequivocamente. São por norma espaços marginais à via pública que podem entrar na rede dos percursos urbanos mas sempre enquanto uma excepção [fig. 6]. E é por se formalizarem enquanto excepção, enquanto percurso opcional, que ganham importância. Podem assumir-se como *bolsas* onde é possível parar como não se consegue fazer no restante espaço urbano, criando a ocasião para um transeunte se deter no seu percurso. Ou simplesmente adquirem uma posição secundária em relação à via através de um alargamento, extensão ou distorção da mesma.



Figuras 4 e 5 – Lugar semi-público como lugar protegido ao ar livre. Vila Sousa.



Figura 6 – Lugar semi-público como espaço marginal na via pública. Bairro Estrela d'Ouro.

Um lugar semi-público ganha a sua relevância e importância urbana como um lugar de descoberta e surpresa que pode acolher funções que normalmente não seriam atribuídas aos espaços públicos centrais da cidade.

São também excepcionais enquanto espaços que permitem experimentar um ambiente ao ar livre protegido dentro da cidade [fig. 4 e 5]. A estrutura de circulação peatonal e viária básica composta pelas ruas e praças conforma também a maioria do espaço exterior urbano, apenas contraposta pela presença pontual de espaços verdes (jardins ou parques públicos). Alguns lugares semi-públicos convertem-se assim nos únicos espaços citadinos ao ar livre que mantêm um carácter urbanizado, não remetendo necessariamente para o mundo natural. Aqui, ainda nos conseguimos sentir dentro da cidade mas protegidos da presença de automóveis e outros elementos perturbadores típicos do bulício urbano.

Um diagrama comum de figura-fundo ou cheio-vazio de uma cidade não representa com clareza os lugares semi-públicos presentes, vinculando-os aos espaços privados (*a figura* ou *o cheio*). Um mapa mais complexo e detalhado como o de Roma realizado por Giambattista Nolli em 1748 foi capaz de fazer palpável a presença destes lugares privados de utilização pública, desde galerias e colunatas a pátios e mesmo os interiores de igrejas revelando uma lógica de entender e habitar o espaço da cidade bastante diferente da maneira simplificada e polarizada como agora é percebido.

São estes lugares semi-públicos os elementos que permitem olhar para dentro *do cheio*, permitem à comunidade urbana participar momentaneamente no domínio privado. Permitem ver o interior, o outro lado, as traseiras. Em limite permitem até espreitar a roupa estendida nas janelas e os primeiros metros do interior das casas. Mas não se verá mais do que se deveria ver? Não ficará em risco o delicado equilíbrio entre o que se deixa observar e o que deve permanecer privado?

É este, aliás, o tema do filme *Rear Window* (1954, cuja sugestiva tradução portuguesa é *A Janela Indiscreta*) de Alfred Hitchcock, todo desenvolvido no espaço interior de um quarteirão (cenário produzido em estúdio) composto e partilhado por inúmeros logradouros e rodeado por outras tantas varandas e janelas [figs. 7 e 8]. A personagem de James Stewart (“Jeff”) é um fotógrafo limitado por acidente a permanecer no seu apartamento (tal como a câmara e o espectador durante quase a totalidade do filme) que inicia uma obsessão voyeurista pelos seus vizinhos, observando e interpretando os seus hábitos, chegando até ao ponto de conseguir detectar um crime (“Thornwald”) e salvar uma vida (“Miss Lonely Hearts”). Além das óbvias mudanças emocionais que nele se processam (especialmente a sua relação com “Lisa”) devido ao contacto com os acontecimentos exteriores à sua janela.

O tema da vizinhança e da complexidade das relações colocado no centro do filme é deliberadamente posto em causa quando o cão de uma das residentes é morto e esta, em lágrimas, questiona a falta de união e sentido de comunidade de todo o quarteirão.

Devemos contudo assumir as consequências máximas demonstradas no filme como extraordinárias e como decorrentes da indiscrição da janela e não necessariamente como o resultado natural da partilha de um espaço protegido de privacidade. As relações estabelecidas visualmente, auditivamente ou mesmo na partilha efectiva das funções do espaço podem ser ambíguas e difíceis de definir mas são também geralmente mais subtis e delicadas. E diríamos até extremamente enriquecedoras para um desenvolvimento múltiplo e pródigo de uma consciência do habitar em comunidade e em sociedade.

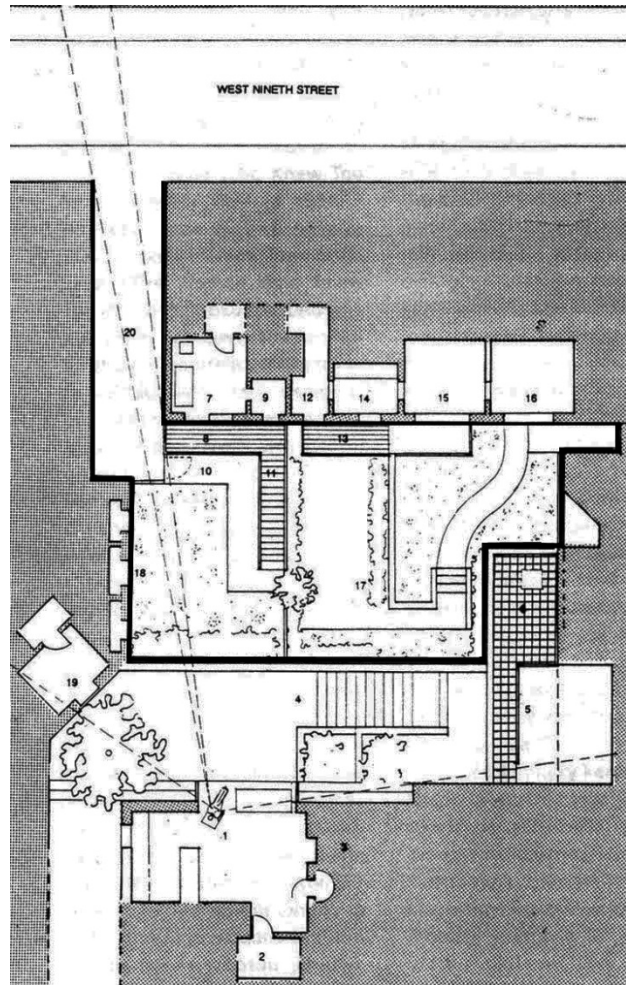


Figura 7 – A privacidade partilhada.  
Reconstituição gráfica do quarteirão retratado no filme Rear Window, Alfred Hitchcock, 1954.



Figura 8 – A privacidade revelada.  
Fotograma do filme Rear Window, Alfred Hitchcock, 1954.



## Tipos e características distintivas

Podemos fazer uma distinção entre dois tipos de lugares semi-públicos pela maneira como se colocam perante a via pública e pelos limites que realmente demarcam sobre esta.

Num primeiro grupo encontram-se aqueles que definem explicitamente a transição entre interior e exterior, impondo-se como os elementos mediadores entre esses dois ambientes. Estes espaços são, por norma, formados por elementos de um edifício ou pela extensão de uma parte dos mesmos, sendo completamente adjacentes ou até coincidentes com os edifícios que os conformam. Dependendo da sua forma e escala e da presença na via pública e na cidade.

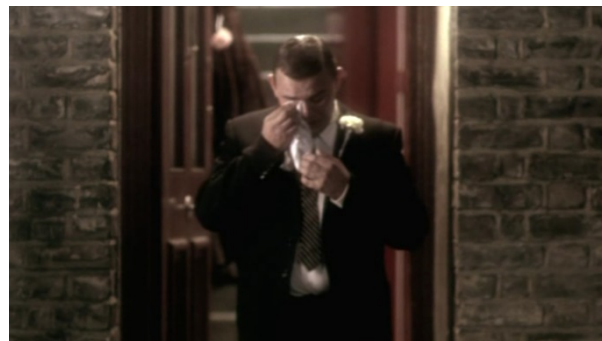
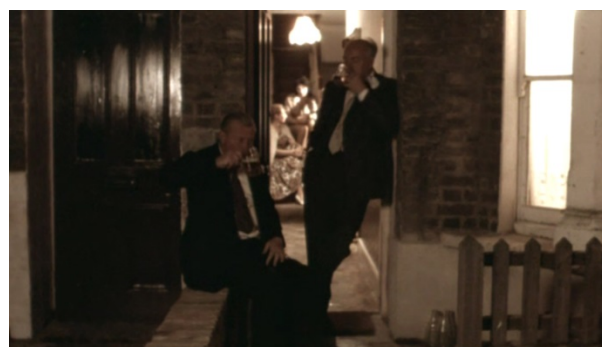
As fachadas são o elemento primeiro que compõe estes espaços pois são a materialização básica da transição interior-exterior. Por si mesmas não constituem um lugar semi-público (como aqui os temos vindo a definir) excepto quando são desenhadas deliberadamente como tal, isto é, quando têm a espessura suficiente para acolher uma função, quando podem ser *habitadas*.

Como já referimos, até a um nível visual estes dispositivos espaciais podem influir na vida da cidade e aumentarem a sua complexidade das relações sociais. Assim temos muitas fachadas que apresentam elementos (como varandas) que apesar de inacessíveis deixam entrever as actividades do interior e da vida privada. Ao serem ocupados (organizados) pelos seus habitantes tornam-se também em elementos intermediários das relações entre interior/exterior e indivíduo/colectivo.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> «No espaço intermédio de uma varanda sobre uma rua os habitantes colocam plantas e pássaros, estendem a roupa, sentam-se aí em roupa interior a observar a rua em baixo, ou entretêm-se a conversar com os outros utilizadores das varandas. Em tais locais, as pessoas produzem os seus próprios espaços.» MILES Malcolm; *Beyond Public Space*. Lisboa: Associação Extra-Muros e Centro Português de Design, 2000. pp. 19-20.





Figuras 9 a 14 – A soleira como lugar habitável.  
 Fotogramas do filme *Distant Voices, Still Lives*, Terrence Davis, 1988.

A soleira de uma porta (“doorstep”) foi analisada conceptualmente como a extensão da domesticidade e como primeiro nível de integração com o mundo exterior por Alison e Peter Smithson e posteriormente pelo seu companheiro do “Team 10” Aldo van Eyck que a elege como representante simbólico da transição e relação entre as polaridades da realidade (definições que procuraremos aclarar no seguinte capítulo).

Um simples recuar ou avançar de planos da fachada, a colocação da entrada acrescentada de um degrau ou uma mudança nas materialidades permite criar espaços abrigados e lugares ideais para a primeira protecção das condições externas. Um abrigo da chuva e vento enquanto nos preparamos para abrir o guarda-chuva ou procuramos as chaves para entrar. O lugar de boas-vindas, para a recepção e despedida dos convidados. Ou apenas um esconderijo num jogo de crianças. [fig. 9 a 14]

Um outro caso, formalmente mais complexo que o nível da soleira e modelação de fachadas, é o das fachadas que incluem arcadas ou aqueles edificios cujo piso térreo é totalmente vazado e o pisos superiores se encontram elevados por pilotis (característicos nos edificios do Movimento Moderno e das renovações urbanas inspiradas pela Carta de Atenas). Geralmente amplos, os espaços assim formados tornam-se complementares tanto do interior do edificio como do espaço público tendo um espectro bastante amplo de actividades que aqui se podem realizar.

Permitem um alargamento da rua ou praça onde o edificio se encontra, sendo quase sempre o lugar mais aprazível das mesmas precisamente por proporcionar um espaço de sombra, e uma interiorização e protecção. Por isso é aqui que tomam lugar algumas das actividades mais interessantes da vida pública da cidade desde encontros fortuitos ou combinados a pequenos mercados improvisados.

A Rua do Paço da Rainha perto do Campo dos Mártires da Pátria é um exemplo admirável de uma tipologia pouco comum em Lisboa na qual um troço da rua adjacente às fachadas é elevado servindo de acesso aos edificios e separando claramente os percursos viários e pedonais. Esta separação por um patamar reduz o ritmo na deslocação e na vivência daquele troço de rua criando muito facilmente uma noção de protecção.

Um exemplo também pouco usual é o das galerias de distribuição que permitem uma deslocação horizontal a várias alturas das fachadas e um acesso directo aos interiores de vários pisos dos edificios. Típicas em muitos conjuntos de habitação operária por reduzirem ou eliminarem a área interior do edificio afecta à distribuição foram reinventadas nos anos 50 mais uma vez pelos Smithson como “streets in the sky”.



Figura 15 – Modelação de panos de fachadas. Bairro Grandella.



Figura 16 – Troço de rua elevado. Rua do Paço da Rainha.



Figuras 17 e 18 – Galerias de distribuição.  
Bloco dos Olivais Sul, Vítor Figueiredo.

Estes arquitectos e outros influenciados pelo brutalismo (“New Brutalism”) trabalharam as galerias exteriores numa tentativa deliberada de trazer a dimensão pública mais perto da habitação, propor a riqueza da actividade urbana num espaço mais protegido. É simultaneamente um espaço distributivo, uma varanda comum a todos os vizinhos e uma extensão da rua. Esta visão foi talvez demasiado utópica pois a vida urbana dificilmente conseguiu subir ascender com naturalidade às novas “ruas” e teve como contrapartidas o vandalismo e alguma sensação de insegurança para os residentes.

Um bom exemplar deste conceito-tipologia é o dos blocos de habitação social projectados por Vítor Figueiredo para os Olivais Sul (de 1962), também atingidos por um aumento da insegurança. Com uma enorme contenção nos recursos consegue converter o propósito espacial (transportar a rua e a sua actividade para perto dos residentes) num motivo plástico (a ascensão em espiral e em ziguezague das escadas e galerias) evidenciando o lugar semi-público e tornando-o central para a compreensão e vivência do conjunto.

No segundo grupo encontram-se então todos os que são conformados por espaços confinantes ou adjacentes a um edifício e na maioria dos casos não se localizam directamente sobre a via pública. Necessitam sempre algum modo de ingresso específico que na maioria dos casos passa por um atravessamento de um edifício ou por uma mudança considerável de cota. São espaços que geralmente apresentam dimensão considerável o que é um factor de surpresa dado a sua interioridade e a localização escondida da malha urbana.

A organização e construção da maioria destes lugares surge secundariamente à do edificado mais consolidado e “principal” e ao desenho das vias públicas. Nascem para dar uma resposta e um uso aos espaços deixados por preencher, por organizar.

Temos assim os espaços anexos ou sobrantes a construções mais estabilizadas, os vazios urbanos, os interiores de quarteirões e os logradouros desocupados das traseiras como base territorial para uma organização espacial. Estes representam terrenos expectantes para a conversão em lugares úteis, são os lugares semi-públicos em potência. Projectar ou organizar esses lugares sugere um acrescentar de novas camadas funcionais e significantes às que já existem na cidade, numa aprendizagem do habitar os espaços “inúteis”.

Reactivam-se pois como lugares que nos são necessários pragmática e poeticamente [fig.19 a 24].





Figuras 19 a 24 – O espaço expectante e os resultados práticos e simbólicos da sua organização.  
Fotogramas do filme *The Life and Death of Colonel Blimp*, Powell e Pressburger, 1943.

São por esses motivos abertos ao uso público sob diversas formas e funções. Um modo de emprego destes espaços infelizmente comum é o que os converte em estacionamento ou em armazéns e arrecadações, desperdiçando todas as potencialidades do espaço à excepção da sua área.

Um outro uso característico de finais do século XIX é a conversão em passagens ou galerias. Usando uma cobertura (tipicamente em ferro e vidro) para proteger os interiores de quarteirões criam-se novas vias para uso comercial e que potenciam novas maneiras de percorrer a cidade.

«Com uma estrutura geralmente ‘enconchada’, pela disposição formal do seu casario, cria uma zona de protecção interior em relação ao espaço envolvente, tornando-o num lugar de comunicabilidade e visibilidade por excelência, *uma malha urbana à “escala humana”* com visíveis implicações nas estruturas interaccionais da sua população.»<sup>15</sup>

Os casos mais notáveis e complexos são aqueles de espaços com dimensões consideráveis para acolher novas construções, desde pequenos estabelecimentos comerciais ou equipamentos a conjuntos habitacionais, dos quais se destacam as vilas operárias. Neste caso ficavam bem demonstrados os propósitos utilitários dos seus promotores que pretendiam alojar as famílias dos trabalhadores e «rentabilizar espaços no interior dos quarteirões, os quais, segundo critérios do urbanismo convencional, não são edificáveis.»<sup>16</sup>.

Muitos destes casos são compostos tipologicamente por um espaço centralizado aberto que serve simultaneamente como elemento distribuidor e como lugar de paragem e espera, isto é, um pátio que designamos por partilhado precisamente por servir vários utentes/habitantes e por poder ser acedido por uma via pública principal. Funcionam assim como um importante lugar de encontro e relação para aquele pequeno troço de cidade.

---

<sup>15</sup> MENDONÇA DIAS, Joaquim; PINA, Susana. «População residente em Pátios e Vilas. Caracterização Sócio-demográfica» in *Análise Social*, Nº 127, 1994. pp.51.

<sup>16</sup> MADEIRA RODRIGUES, Maria João (1979) «Tradição, Transição e Mudança, a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista» in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, N.º 84. Lisboa, 1979.





Figuras 25 e 26 – Espaços projectados enquanto pátios partilhados. Hackesche Höfe e Heckmann Höfe.



Figuras 27 e 28 – Traseiras reaproveitadas associadas à distribuição em galeria. Vila Rodrigues.

Este tipo de lugares semi-públicos foram elementos originadores e organizadores frequentes de vilas operárias e de outros conjuntos habitacionais tradicionais mais espontâneos e menos regulares que surgiam nos ditos espaços inutilizados como uma resposta inteligente ao crescimento populacional dos núcleos urbanos [fig. 27 e 28].

Também se projecta e constrói de raiz esta tipologia de pátio partilhado para edifícios habitacionais, comerciais e públicos com o intuito de aproveitar ao máximo as suas potencialidades de serem organizados e habitados, como nos casos do Hackesche Höfe e do Heckmann Höfe em Berlim [fig.25 e 26].

Entendemos estes lugares como exemplo de uma *compressão* da cidade, isto é, da possibilidade de concentrar num lugar das redes de movimento e comunicação que se estabelecem no ambiente urbano. Ao proporcionar «uma malha urbana à escala humana» propicia-se a oportunidade de organizar em comunidade um espaço-modelo de cidade. Cria-se então um lugar que torna as relações sócio-espaciais mais próximas e corresponsáveis, possibilitando o aumento da cooperação na organização da cidade mais intensa e reflectida.

Estes lugares partilham algumas características comuns que os distinguem da envolvente e dos outros espaços urbanos e que lhes dão a sua índole tão específica. Primeiramente podemos destacar o seu posicionamento em relação às vias que o circundam e as formas muitas vezes quase imperceptíveis subtis de neles ingressar. Também são atributos familiares a diferença de escalas dos seus elementos construídos em relação aos edifícios “principais” que os envolvem, o carácter intimista que apresenta uma relativa abertura à cidade e o facto de serem lugares distribuidores que definem um conjunto arquitectónico complexo. Finalmente, o tipo e possibilidade de usos diferentes e apropriações que têm enquanto espaço exterior de extensão do âmbito doméstico partilhado com um aproveitamento público.





Figura 29 – Acesso ao Alto do Longo pela Rua do Século fotografado nos anos 40.



Figuras 30 e 31 – Localização no centro do quarteirão e o carácter diferenciável da envolvente.

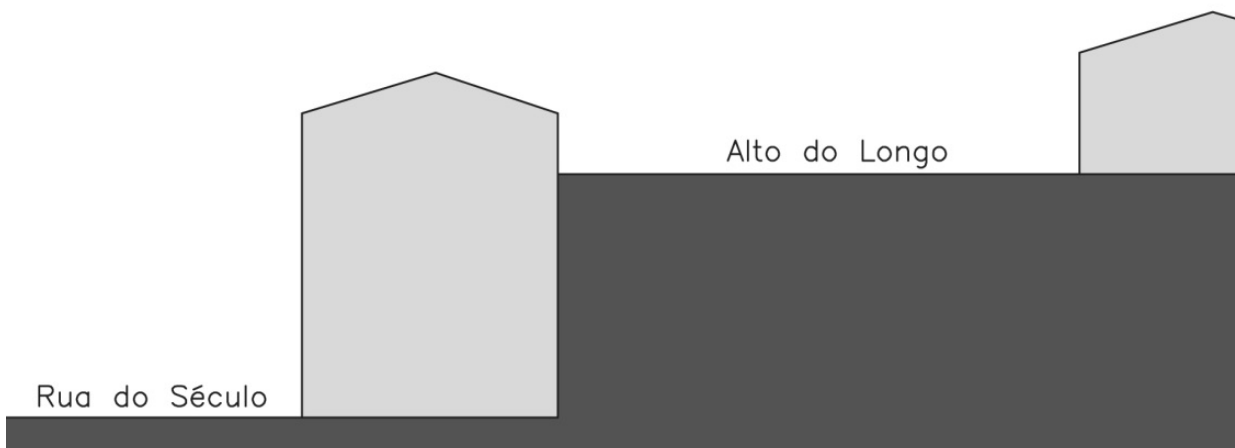


Figura 32 – Relação topográfica com a Rua do Século: corte esquemático.

Como exemplo podemos referir o Alto do Longo em Lisboa localizado à ilharga da Rua do Século num interior de quarteirão no Bairro Alto, assumindo a forma de uma pequena via com três pequenos alargamentos. A sua localização é excepcional pela topografia, pelo facto de se encontrar num alto e de o prolongar muito mais que as ruas que o circundam. Devido às grandes diferenças de cota as construções que aparecem do lado Oeste equivalem aos últimos pisos dos edifícios da Rua do Século (que desce muito acentuadamente no sentido Norte-Sul), aparentando ser pequenas edificações de um ou dois andares [fig.32]. Os acessos efectuam-se ou por uma estreita reentrância de nível no início da Rua do Século identificável por alguns degraus e pelo chafariz que aí se encontram ou, no extremo Sul, através de uma escadaria em pedra que num só lanço recria a continuidade topográfica com o bairro. Esta escadaria termina num inteligente e cuidado desenho de degraus-patamares que permitem o acesso às diferentes habitações nas suas respectivas cotas [fig. 29 a 31].

É um verdadeiro *espaço-bolsa* que partilha muito da rua principal à qual está associado e consegue manter um carácter completamente autónomo. A sua posição altaneira, as poucas construções altas à sua volta, a inesperada vista do rio Tejo ocasionado pela falta de um edifício na Rua do Século, a generosa exposição solar e mesmo a simplicidade das fachadas das suas pequenas edificações conferem-lhe um carácter protegido, um ambiente quase rural, que o faz destacar-se da toda a envolvente.

Outo modelo que nos parece paradigmático é o do Pátio do Carrasco situado nas traseiras do Largo do Limoeiro, um dos vários alargamentos que ocorrem na Rua do Limoeiro. É um caso típico do pátio lisboeta de habitação intensiva e geração espontânea característico das áreas mais antigas da cidade. Tem uma localização ligeiramente abrigada mas convidativa, cria uma bolsa de espaço urbano em continuidade com o largo. O único acesso ao pátio faz-se por um túnel que atravessa um edifício quinhentista, inibindo uma visão completa do pátio à primeira vista e cria um percurso de contrastes entre a claridade total da rua para o escuro intimista e novamente para uma claridade resguardada do pátio [fig.33].

O pátio tem como planta um quadrângulo muito irregular, não sendo compreensível de imediato o número de habitações que aqui se encontram. Tem aproximadamente três pisos, de distintas alturas, mas a complexidade estrutural do edificado faz com não haja uma uniformidade em todo o pátio – a distribuição é variada e intrincada com dois lanços de escadas distintos que servem entradas de habitações de um piso superior, um recanto que também serve uma entrada, uma pequena arcada sob um piso de ressalto [fig. 34 e 35].



Figura 33 - Acesso único ao Pátio do Carrasco.



Figuras 34 e 35 - Aspectos da complexidade característica do interior do pátio.

O carácter expressivo do pátio provém desta sua grande complexidade e diversidade edificativa mas também do uso e organização que o mesmo tem pelos seus residentes.

É exemplar a presença vegetal com inúmeros vasos com plantas e pequenas árvores colocados directamente no chão, nas varandas e degraus, em canteiros próprios, sobre mesas e bancos e até dentro de gaiolas.

Outra particularidade notável é a presença de estendais que incluem linhas de roupa que cobrem parcialmente as escadas ou outras que atravessam todo o pátio criando inadvertidamente ambientes espacialmente distintos. A presença de bancos e cadeiras usados pelos residentes para estar ou para realizar certos trabalhos manuais contribui para a quase constante animação do lugar. O convívio e a festa são parte da forma como é habitado, especialmente na altura das festas de Santo António (festas da cidade) onde se decora com luzes e papéis coloridos [fig. 34 e 35].

III

A busca consciente do lugar semi-público:  
a organização dos espaços de transição



## A construção da transição e a manifestação do acto organizador do espaço

Porque nos interessa estudar especificamente a organização destes lugares semi-públicos? Pareceu-nos que por se assumirem como espaços de transição a uma escala urbana e como lugares intermediários e de partilha eram aqueles no qual este acto fundamentalmente humano do habitar organizando se podia tornar mais evidente e perceptível.

Ao falar do *habitar* falamos da relação inseparável entre Homem e lugar e torna-se urgente pensar nas noções de pertença e propriedade que ocorrem sobre o espaço: este “pertence” a um Homem porque é ele que o organiza, criando um lugar. Mas e quando “pertence” a um colectivo? A componente social e relacional inerente ao Homem implica uma dimensão colectiva e comunitária dentro do conceito *habitar* e uma organização partilhada do espaço.

Esta complexa relação existencial de pertença colectiva expressa-se pois de maneira mais visível e compreensível nos lugares de transição ou limite, nos espaços intermédios. Neles coexistem simultaneamente (contradizendo-se, sobrepondo-se e/ou conciliando-se) as dimensões de íntimo e colectivo, de interior e exterior, de natureza e construção, de protecção e liberdade. A maneira de vivê-los implica uma convivência mais evidente e intensa do Eu com o Outro porque um espaço intermédio estimula a organização partilhada e a criação de um lugar capaz de acolher múltiplas vontades e experiências.

Aqui as relações do Homem com o espaço são postas em cena (“tomam lugar”) através da organização das diferentes possibilidades de utilização e identificação que necessariamente se sobrepõem neste tipo de lugares. Cada decisão ou vontade, cada gesto e acção de qualquer Homem sobre este lugares vai afectar manifestamente todos os outros que o partilham e afectar precisamente a sua forma de organizar esse lugar. Torna-se assim um acto ainda mais acentuado e mais consciente.

Assim sendo, como é entendido o domínio da transição e a sua influência sobre a nossa utilização dos espaços? Um emprego mais consciente deste conceito começou no período do pós-guerra em especial pelos arquitectos do Team 10 donde destacamos o trabalho de Alison e Peter Smithson e de Aldo Van Eyck. Os Smithsons, como já referimos, centraram o seu discurso sobre o limiar representado pelo “doorstep” (soleira) – considerando que seria nesse limiar que a criança aprendia do mundo social que está para além da sua família. Contudo é Van Eyck quem amplia esta concepção algo redutora para a «maior realidade do limiar».

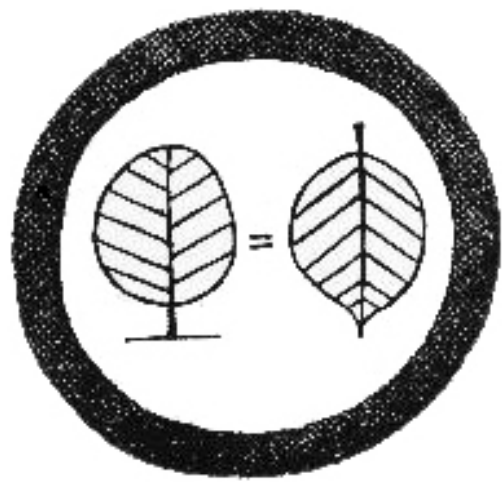


Figura 36 - Árvore = Folha tal como Casa = Cidade.  
Diagrama de Aldo Van Eyck.

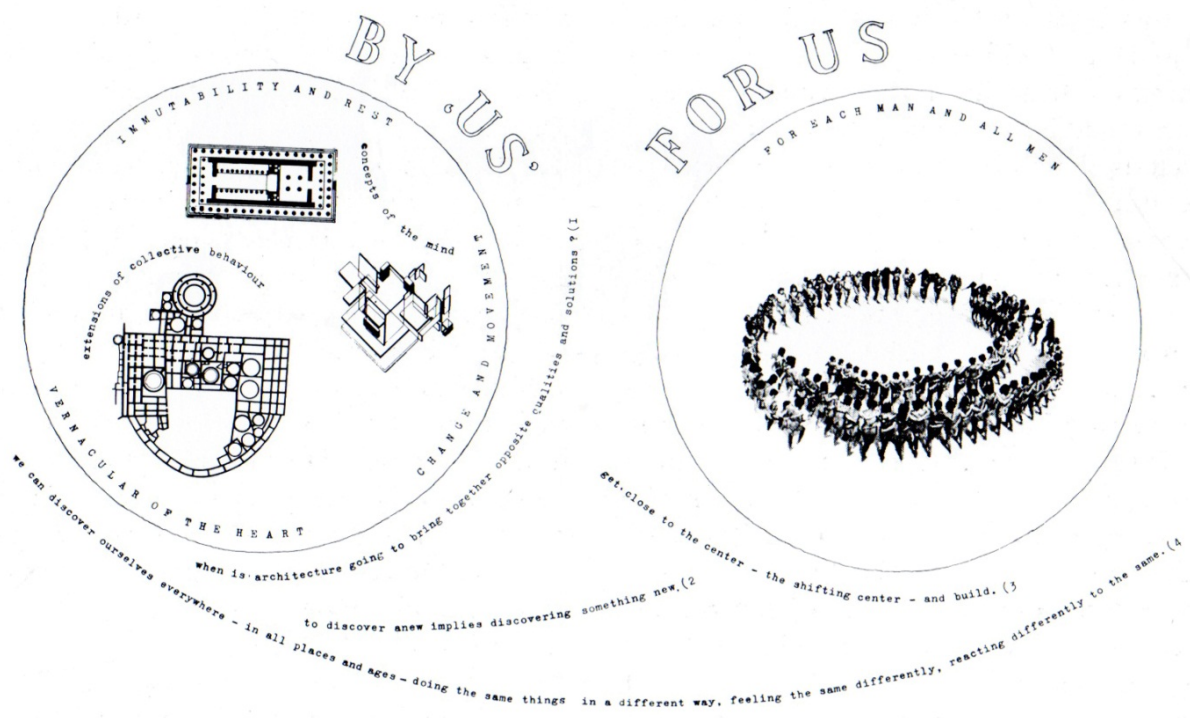


Figura 37 - Círculos de Otterlo. Diagrama de Aldo Van Eyck.



«Hoje, o espaço e aquilo com que este deveria coincidir de maneira a ser “espaço” – a humanidade em casa consigo mesma – estão perdidos. (...) Será a humanidade capaz de encontrar o lugar certo para a ocasião certa? Será capaz de permanecer? Não – então há que começar por aqui: por articular o intermédio. Fazer de cada porta um acolhimento e um rosto de cada janela.»<sup>17</sup>

Aldo Van Eyck representa, para meados do século XX, uma mudança na percepção da arquitectura e dos seus conceitos elementares. Renova a sua linguagem teórica e consegue com sucesso aplicá-la à obra construída. Substitui uma concepção arquitectónica demasiado abstracta e pouco sensível por outra que se agarra ao real e a um certo tipo de *habitar* como aqui temos vindo a definir.

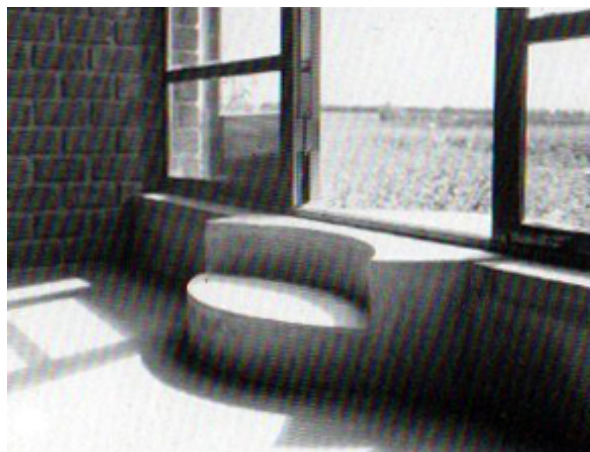
A sua muito conhecida substituição dos conceitos de Espaço/Tempo pelos de Lugar/Ocasão é um exemplo desta *humanização* da arquitectura e da defesa do Homem – e da forma como este habita – como elemento definidor do acto de projectar. Os círculos de Otterlo são uma síntese diagramática desta renovação conceptual, representando de um lado a abrangência na formulação arquitectónica (que admite a coexistência das «três tradições» – vernácula, clássica e moderna) e de outro a realidade das relações humanas (o homem enquanto individuo e enquanto sociedade) [fig. 37].

Para Van Eyck o conceito que deve simbolizar a cultura contemporânea e que a demarca das anteriores é o de relatividade (que levou o século XX a assumir uma nova realidade científica e artística, uma realidade baseada na diversidade e reciprocidade). Quando formula o conceito de fenómeno gêmeo – «*twin phenomena*» – nega a hipótese de uma hierarquização, de uma resposta unilateral a fenómenos contraditórios. Assim, entre dois polos opostos nunca existe uma primazia de um sobre o outro, nem a anulação de ambos num fenómeno superior, nem mesmo um resultado ambíguo entre ambos. Existe uma dualidade, uma simultaneidade que permite que um não exclua o outro mas que revele o seu verdadeiro significado.

Esta é alcançada através dos lugares *in-between*, lugares de transição. São estes lugares que articulam realidades opostas, como interior e exterior ou íntimo e público. O conceito de *in-between* estabelece precisamente o valor dos lugares intermédios, do limiar entre polaridades espaciais. Expandindo esta noção de limiar vai erguer estes espaços de transição ao mesmo nível dos espaços que estes conectam. Não são apenas um vazio excessivo ou residual, são os lugares onde os opostos se encontram e se activam mutuamente, onde o homem e a arquitectura podem *respirar*.

---

<sup>17</sup> VAN EYCK, Aldo in SMITHSON, Alison (ed.). *Team 10 Primer*. Londres: Studio Vista, 1968 (tradução livre do inglês)



Figuras 38 a 41 – Organização do espaço de transição. Orfanato de Amsterdão, Aldo Van Eyck.

Deve portanto ser central no trabalho do arquitecto uma enfoque sobre estes lugares semi-públicos. Se a arquitectura como dissemos é a tomada de consciência sobre o acto intuitivo da organização do espaço então a concepção de um lugar semi-público é um dos momentos em que esse acto e a consciência dele mais claramente surgem aos nossos olhos.

É Herman Hertzberger, outro arquitecto holandês em certa medida seguidor de Van Eyck, que vai definir o projectar do espaço semi-público como a tarefa mais importante do arquitecto. Considera que as possibilidades intermédias são extremamente variadas e assumem um papel fundamental porque são estes lugares de transição que têm a «condição espacial para o encontro e o diálogo». Em vez de mudanças bruscas entre o domínio público e o privado deve-se preferir uma sequência encadeada de lugares que não são nem explicitamente interiores nem exteriores. A necessidade da elaboração destes lugares para o desenrolar do contacto social é tão central como a necessidade de construção de lugares de privacidade – «tão importante quanto uma parede espessa para manter a privacidade»<sup>18</sup>.

Estes espaços intermédios e de partilha podem ser concebidos e criados de raiz enquanto lugares semi-públicos ou podem surgir, como já referimos, de uma intervenção e reactivação de um espaço inútil e desvalorizado.

Podemos usar um edifício de Van Eyck como exemplo de projecto orientado desde o início para a organização dos espaços de transição de forma a criar lugares habitáveis no *in-between*. Falamos do Orfanato de Amsterdão, um verdadeiro edifício-manifesto desta visão da arquitectura e do mundo «concebido como uma configuração de lugares intermédios claramente definidos.»<sup>19</sup>

A organização e distribuição do edifício efectua-se por corredores que se poderiam equiparar a ruas com vários alargamentos e pátios comparáveis a praças. Todos os nós de ligação a salas comuns, quartos, zonas de serviços, pátios estão caracterizados de tal maneira a serem também lugares de paragem e estadia, lugares habitáveis: «Tentei articular a transição através de lugares intermédios definidos que induzem a consciência simultânea do que é o significado de ambos os lados.»<sup>20</sup> [fig. 38 a 41].

Ao organizar (dar forma expressiva, uma luz e materialidade mais rica) estes espaços de transição, Van Eyck está a tornar significativa a justaposição entre as dimensões de interior e exterior, privado e público oferecendo lugar ao Homem (e neste caso às crianças) para descobrir o mundo e para se relacionar em sociedade.

A sua arquitectura aparece então com uma atitude reconciliadora, querendo ser ao mesmo tempo grande e pequena, universal e pessoal, contemporânea e intemporal [fig. 36].

Cria espaços de comunicação e de partilha: os lugares de transição onde pretende que se habite com a consciência e aceitação da dualidade, da ambiguidade e da confrontação.

---

<sup>18</sup> HERTZBERGER, Herman. *Lessons for Students in Architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991. p. 35. (tradução livre do inglês).

<sup>19</sup> VAN EYCK, Aldo in LIGTELIJN, Vincent (ed.). *Aldo Van Eyck Works*. Alemanha: Birkhauser, 1999. p. 89. (tradução livre do inglês)

<sup>20</sup> IDEM. *Ibidem*. p.89. (tradução livre do inglês)

«Árvore é folha e folha é árvore. Casa é cidade e cidade é casa. Uma árvore é uma árvore mas também é uma enorme folha. Uma folha é uma folha mas também é uma pequena árvore. Uma cidade não é cidade se não for também uma enorme casa. Uma casa só é casa se também for uma pequena cidade.»<sup>21</sup>

A realização de várias obras destinadas a crianças é provavelmente mais do que uma coincidência na carreira de Aldo Van Eyck e não é alheia à importância dada ao organizar e tornar consciente o uso dos espaços de transição. «Se a infância é uma viagem, vamos assegurar-nos que a criança não viaja de noite.»<sup>22</sup> Como propõe um novo modo de organizar os espaços de transição é normal que o arquitecto pretenda instigar um melhor modo de habitar os lugares intermédios (lugares seguros e libertadores) naqueles que mais se dispõem a arriscar e mais necessitam aprender. É por isso em muitos sentidos uma arquitectura pedagógica.

Assim chegamos a outro exemplo de Van Eyck, desta vez em projectos de reabilitação ou reaproveitamento de espaços expectantes da cidade: os inúmeros parques infantis que projecta para a rede urbana de Amsterdão entre 1947 e 1978.

Muitos destes parques pertencem verdadeiramente ao domínio semi-público pois permitiram activar uma zona da cidade de pertença privada para o uso comum. São espaços marginais em relação à via pública e com funções que normalmente não lhe seriam atribuídas.

São intervenções delicadas sempre ajustadas ao local, simultaneamente minimais e expressivas: pavimentos e muros texturados e pintados, caixas de areia de várias formas, blocos de betão, estruturas metálicas para trepar, bancos, árvores. Aproveitando espaços de traseiras de edifícios, lotes abandonados, praças pavimentadas e outros tipos de espaços subaproveitados e vazios urbanos, cria lugares que oferece à cidade e aos seus habitantes, especificamente às suas crianças [fig. 42 a 45]. Espaços alheios à vida urbana tornam-se agora lugares habitáveis onde as crianças podem brincar em segurança porque estão protegidas da via pública e podem ser observadas pela vizinhança.

---

<sup>21</sup> IDEM. Ibidem. p. 49. (tradução livre do inglês)

<sup>22</sup> IDEM. Ibidem. p.69. (tradução livre do inglês)

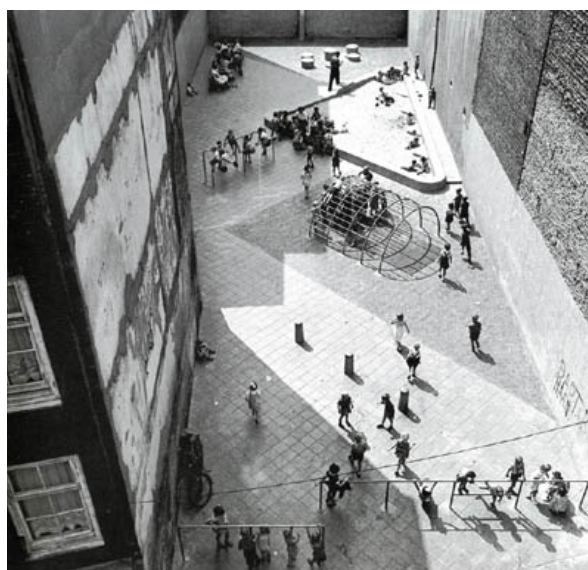


Figura 42 a 45 – Alguns espaços expectantes de Amsterdão antes e depois da conversão em parques infantis por Van Eyck.

## O projecto arquitectónico que ocasiona a permanente organização

Qualquer projectista que se proponha a criar e organizar lugares semi-públicos deve ter em especial atenção a realidade da utilização desses espaços ao longo do tempo. Estes lugares conhecem variações consideráveis às mãos dos seus habitantes e estas devem ser potenciadas pelo arquitecto. Afinal, observámos como a organização do espaço é um acto contínuo entre o arquitecto e aqueles que habitam a sua obra construída. Esta linha de acção partilhada por vários intervenientes deve ser procurada conscientemente quando se desenhavam os lugares semi-públicos para permitir um habitar mais informado e mais rico dos mesmos.

Herman Hertzberger manifesta um particular interesse por esta continuidade do trabalho entre arquitecto e utilizadores na organização do espaço construído. Defende que é possível e indispensável estimular nestes últimos o verdadeiro acto de habitar um lugar. Para isso há que aumentar a sua influência sobre o mesmo, a sua capacidade para o modificar dentro das suas possibilidades – como um músico toca o seu instrumento.

«Dentro dos limites do instrumento, depende do instrumentista obter o que consegue dele, dentro dos limites da sua própria capacidade. Portanto instrumento e instrumentista revelam ao outro as suas respectivas capacidades que se complementam e preenchem mutuamente.»<sup>23</sup>

A expansão da área de influência de cada habitante vai permitir melhorar a qualidade do espaço comunitário e público. A acessibilidade, as reivindicações territoriais e responsabilidades de manutenção de um espaço ajudam a determinar o seu papel na actividade humana que aí se deve desenvolver sem ser necessário clarificar se são espaços privados ou públicos. É o arquitecto que incorpora sugestões espaciais no projecto com o objectivo de encorajar essa colaboração, trabalhando sobre as suas qualidades espaciais, dimensões, forma e materiais: «Um mundo controlado e gerido por todos e para todos deve ser construído de entidades modificáveis de pequena escala, para que cada um o possa organizar nos seus próprios termos.»<sup>24</sup> São estes os meios arquitectónicos para converter um espaço privado num lugar mais acessível e é o aumento das responsabilidades individuais sobre o espaço público que pode intensificar e enriquecer o seu uso. Os utilizadores responsabilizam-se, envolvem-se e tornam-se finalmente habitantes do lugar.

---

<sup>23</sup> HERTZBERGER, Herman. *Lessons for Students in Architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991, p. 170 (tradução livre do inglês).

<sup>24</sup> Idem, *Ibidem*. p. 47 (tradução livre do inglês)

O edifício de escritórios da Central Beheer (1968-1972) em Apeldoorn segue estes princípios e faz com que cada local de trabalho esteja próximo de vias de distribuição que se assemelham a ruas. Foi desenhado para incitar os trabalhadores a trazerem os seus objectos pessoais, molduras plantas, etc. e assim assemelhar-se mais a um ambiente familiar.

Todos são convidados a participar na elaboração do lugar – a dar ao espaço o seu significado. Este espaço privado é assim partilhado por todos os que nele trabalham e ainda por todos os que nele passam (pois estava pensado para ser usado como edifício de comunicação com a nova estação da cidade) e converte-se num lugar semi-público [fig.47].

O conjunto habitacional LiMa construído em Berlim nos anos 80 é notável neste campo. Propõe um generoso pátio central para onde todas as habitações têm acesso e para o qual abrem seis acessos francos com as ruas circundantes. A possibilidade de ter privacidade não é ignorada através da disposição aparentemente complexa das varandas que se retraem ou se expandem sobre a rua permitindo ao habitante assumir várias posições mais ou menos expostas ao exterior.

No centro do pátio amplamente ajardinado com o apoio dos residentes desenhou um poço de areia para crianças. Contudo, os acabamentos do referido poço foram propositadamente deixados incompletos e os habitantes foram convidados a completarem-nos (num estilo semelhante ao dos “trencadis” de Gaudi). A participação foi transversal às faixas etárias e, segundo o arquitecto, todas as necessárias melhorias ou pequenos arranjos foram sendo realizados pelos habitantes espontânea e livremente [fig. 46].





Figura 46 – Pátio partilhado com a cidade e activamente modificado pelos habitantes. Habitações LiMa.



Figura 47 – Organização e participação intensa pelos trabalhadores. Átrio da Central Beheer.



## Dois casos exemplares

Um exemplo admirável e de evidente enfoque na organização de um lugar semi-público é o projecto de Alvar Aalto na pequena cidade finlandesa de Säynätsalo (1949-1952) para o edifício administrativo do município que acolhe também algum comércio, uma biblioteca e apartamento.

Composto por uma superfície elevada que conforma um pátio central quadrangular à volta do qual dispõe dois corpos de dois níveis, um rectangular mais pequeno a Sul e um de maior dimensão em forma de U que deixa duas entradas à elevação. Por essas entradas efectuem-se os acessos, através de duas escadarias claramente diferenciadas. A principal e mais oficial é sóbria, regular e revestida a granito preto indicando a entrada de um edifício governamental. A outra, justamente celebrada, é uma escada relvada de desenho orgânico e fluído que esbate a separação entre o pátio e a envolvente florestal do edifício. O pátio igualmente relvado torna-se num verdadeiro lugar semi-público, funcionando simultaneamente como paisagem construída e como simbólico “centro da cidade” [fig.48].

Todo o conjunto é unificado pelo revestimento em tijolo vermelho mas o elemento do programa mais importante – a câmara de audiências – é facilmente identificável pela destacada elevação que não se constitui enquanto torre e é apenas uma subtil monumentalização da função cívica e pública do lugar.

Aalto, inspirado em Siena e noutras cidades italianas que tanto admirava, cria um edifício que contém um espaço aberto à vida urbana no seu cerne. Pensando numa praça – como a Piazza del Campo, desenha um pátio – Säynätsalo. Esta simbólica “praça central” não se impõe sobre a cidade enquanto elemento definidor da estrutura e das vias urbanas, exercendo antes uma influência e um apelo discretos: exige uma descoberta pessoal e íntima do lugar edificado e do lugar vazio que o organiza. Este é um exemplo erudito de um lugar semi-público enquanto lugar íntimo e protegido aberto ao público, organizador das construções à sua volta e neste caso de toda a cidade devido às funções cívicas que acolhe o edifício. De lugar semi-público enquanto espaço lúdico, paisagem urbana embora natural que cristaliza uma ideia de praça a ser ocupada, pontualmente, pelos seus cidadãos [fig. 49 e 50]

«Por alguma razão mística, um pátio rodeado por um edifício tem um sabor que sublinha as funções comunitárias.»<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Alvar Aalto citado no website oficial do escritório de Säynätsalo da Cidade de Jyväskylä & Fundação Alvar Aalto, 2007, (tradução livre do inglês).

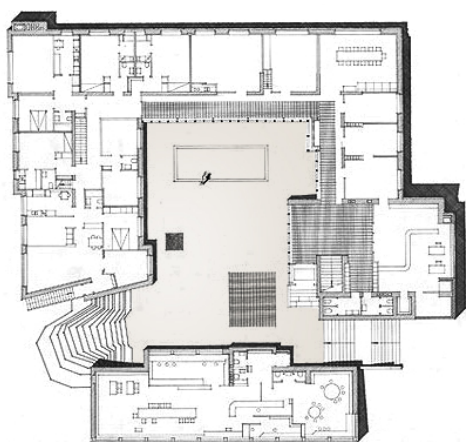


Figura 48 – Planta do nível do pátio da Câmara de Sãynätsalo.



Figura 49 – A escadaria relvada e as suas múltiplas possibilidades de apropriação.

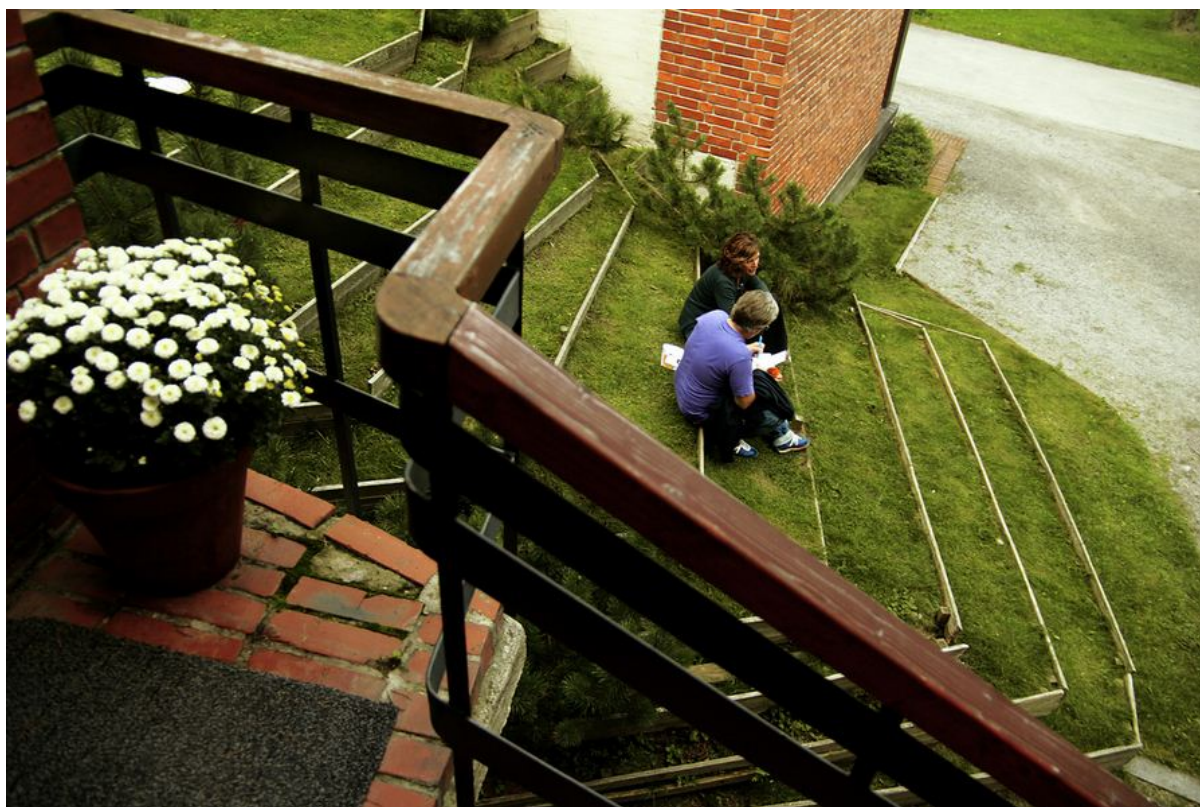


Figura 50 – A escadaria relvada e as suas múltiplas possibilidades de apropriação.

Outro projecto notável, desta feita uma intervenção realizada a posteriori sobre espaços inutilizados incrustados na malha consolidada da cidade é o da reconstrução do Chiado de Álvaro Siza Vieira, realizado após o incêndio de 1988 que destruiu os quarteirões do cruzamento da Rua Garrett com a Rua do Carmo e a Rua Nova do Almada.

O caso aqui estudado prende-se com uma novidade proposta pelo arquitecto de integrar no espaço público os interiores dos quarteirões nos quais interveio: assumindo a falsidade inerente a uma tentativa de «recuperar o que era», Siza expõe subtilmente a presença dessa múltipla temporalidade ao transformar o Chiado numa «plataforma de distribuição» repleta de possibilidades de percurso facultativas às vias urbanas tradicionais.

No quarteirão da Rua do Carmo (designado no projecto como Bloco B) diminuiu a profundidade dos edifícios que substituíram os que ficaram destruídos criando a possibilidade de abrir um pátio de forma irregular como espaço marginal à via pública. O arquitecto decidiu ainda manter uma empena de um dos edifícios arruinados no meio do pátio criando uma partição no espaço e simbolizando a memória das destruições e transformações ocorridas no lugar. Nesse muro é aberto um grande vão emoldurado em pedra e é encostado um banco público corrido, protegido e chamativo [fig. 51 e 52].

De máxima importância para o funcionamento semi-público do pátio são as suas entradas, os pontos onde se relaciona com o existente e com a vida pública das vias urbanas próximas. A entrada Sul, na Rua Garrett, efectua-se por uma porta comum da fachada pombalina do edifício onde se encontra atravessando um túnel que do lado interior termina num arco bem demarcado e identificado. Idêntico a este é o arco do acesso Este e que através de uma «espécie de funil incompleto envolvendo uma escada preciosa»<sup>26</sup> liga à Rua do Carmo. Este é talvez um dos acessos e detalhes mais bem conseguidos no plano de Siza que com uma grande subtilidade e contenção de linguagem cria um arco contemporâneo na fachada contínua da Rua do Carmo, que estranhamente não parece anacrónico nem desfasado do local. Embora seja «um buraco violento sem frente nem moldura»<sup>27</sup> anuncia perfeitamente a continuidade do percurso através do interior dos edifícios e abre o desejo de conhecer os novos espaços que são oferecidos ao passeante [fig.53 e 54].

Quanto ao programa, na reconstrução pretendeu-se dar primazia à habitação e melhorar as condições do comércio que ocupa os pisos térreos. No caso do pátio tanto podem ser as traseiras dos estabelecimentos comerciais como as entradas principais dos mesmos, criando a oportunidade de utilizar o exterior para esplanadas.

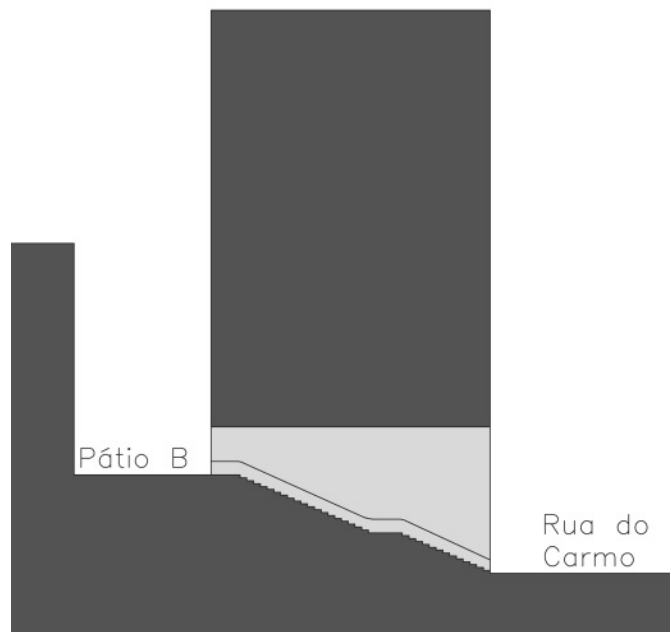
---

<sup>26</sup> SIZA, Álvaro in *Álvaro Siza 1986-1995*. Lisboa: Editorial Blau, 1995. p. 158.

<sup>27</sup> Idem. *Ibidem*, p.158.



Figuras 51 e 52 – Chiado, pátio do bloco B: Aspectos do interior.



Figuras 53 e 54 – Chiado, pátio do Bloco B: corte esquemático e ligação à Rua do Carmo.

O outro quarteirão (Bloco A) também teve o seu espaço interior redesenhado totalmente para acolher habitação e comércio nos pisos térreos. Este pátio caracteriza-se precisamente por possuir um grande número de esplanadas e acessos a lojas. É também menos evidente a intervenção contemporânea no desenho das fachadas internas mas a diferença existe e nota o arquitecto «Os que melhor vêem notam os caixilhos duplos e outras coisas (...) Quem melhor vive não nota nada. Nem é preciso.»<sup>28</sup>. São muitos os pequenos detalhes acrescentados, especialmente nas entradas diferenciadas a restaurantes ou habitações e nas subtis mudanças no pavimento [fig. 57 e 58].

Devido ao declive da rua o pátio tem uma divisão por duas cotas de altura diferente. A mais alta tem uma dimensão consideravelmente grande e ganha mais relevo por ter um acesso de nível com a Rua Garrett. Este acesso em túnel também se inicia numa porta comum da fachada exterior (os pátios surgem sempre como uma surpresa), atravessa um poço de luz e, com um discreto arco, abre-se na fachada Sul do pátio [fig.56]. O outro acesso neste nível efectua-se com outro “grande buraco” na fachada Oeste e outras escadas que ligam à Rua Ivens e dão acesso a locais de comércio e serviços do edifício que atravessam [fig.55]. Finalmente acede-se ao nível inferior do pátio por dois lanços de escadas opostos (numa escala claramente urbana contida). Neste, um percurso que atravessa um estabelecimento comercial leva-nos às escadas da Calçada Nova de São Francisco.

Estes pátios são lugares semi-públicos exemplares que permitem a participação na vida do lado interno dos quarteirões, no *espaço entre edifícios* que não é dedicado à circulação pública. E é o carácter intimista e o cuidado no desenho de cada recanto que propicia um número infinito de possibilidades de apropriação e organização dos pátios.

Trata-se de uma excelente intervenção num espaço histórico que mais que tentar recuperá-lo sem de facto intervir na sua história propõe uma nova maneira de habitá-lo, reinventando-o e acrescentando novas camadas de sentidos e vivências espaciais à sua identidade.

---

<sup>28</sup> Idem. *Ibidem*, p.158





Figura 55 – Chiado, pátio do bloco A: Acesso pela Rua Ivens.



Figura 56 – Chiado, pátio do bloco A: passagem que liga à Rua Garrett.



Figuras 57 e 58 – Chiado, pátio do bloco A: aspectos do interior.

## IV

A reactivação do Hospital de Santa Marta em Lisboa:  
Descrição e justificação da intervenção projectual





## **A evolução da colina de Santana e o seu significado para a cidade**

A colina de Santana surge encastrada entre os dois vales – da ribeira de Valverde e da ribeira de Arroios – centrais da cidade de Lisboa e está aproximadamente localizada a eixo com a Baixa Pombalina, justamente no ponto médio entre as colinas de ocupação romana e medieval (Castelo, Santo André, São Vicente) e as de urbanização renascentista (São Roque, Bica e Chagas). Os dois vales referidos (onde agora encontramos as Avenidas da Liberdade e Almirante Reis) vão encontrar-se perto do actual eixo Rossio-Figueira-Martim Moniz que forma precisamente o sopé da colina e o seu ponto de acesso mais antigo. Apesar desta situação ideal, é porventura a mais desconhecida para os cidadãos das míticas sete colinas [fig. 59].

Sobre o vale de Valverde cedo se estabeleceu uma importante via de comunicação que permitia e definia o acesso à cidade pelo Norte. Este caminho, ladeado por hortas e campos agrícolas e poucas edificações, levava ao chafariz do Andaluz (tendo sido conhecido como Estrada do Andaluz) e continuava até São Sebastião da Pedreira e Sete Rios alcançando finalmente a zona de Benfica. Ainda hoje é perceptível este antigo percurso que cedo se consolidou nas actuais Rua das Portas de Santa Antão (nome da porta da Muralha Fernandina que para ele abria), Rua de São José, Rua de Santa Marta e Rua de São Sebastião da Pedreira, sobrevivendo ao avanço urbanístico da cidade.

O topo da colina permaneceu coberto por olivais até ao século XVI, ainda que lá tivesse sido instalada uma leprosaria, dita de São Lázaro, que se pode considerar como a origem do carácter hospitalar da colina. Nos séculos seguintes foram-se aqui instalando várias ordens religiosas (pela proximidade da cidade mas relativa calma e apazibilidade do lugar), fundando o Colégio jesuítico de Santo Antão-o-Novo, o Convento do Desterro, o Convento de Santa Marta, o de Santo António dos Capuchos, e o de Rilhafões. Tal como as vias que os vales enunciavam davam origem a pequenos aglomerados urbanos ou ao estabelecimento de palácios e quintas senhoriais também a proximidade dos conventos ajudou à fixação urbana (mais notoriamente nas áreas de Santa Marta, Desterro e Santo Antão-o-Novo).

No século XIX já estavam razoavelmente consolidadas as encostas que davam para os vales e o topo da colina que cedo se definiu como um centro (pouco polarizador, apesar da relativa importância dos edifícios da sua envolvente), que embora hoje se designe Campo dos Mártires da Pátria ainda é conhecido como Campo de Santana [fig.60].



Figura 59 – Localização e Topografia da Colina de Santana.

Após o terramoto de 1755, o Hospital Real de Todos-os-Santos (à data a mais importante instituição médica de todo o país) vê as suas afamadas instalações no Rossio destruídas e muda-se para a colina de Santana, mais especificamente para o antigo Colégio de Santo Antão-o-Novo, dando origem àquele que hoje se conhece como Hospital de São José.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834 os conventos da colina começam a ser desactivados e desocupados e graças à flexibilidade da sua tipologia, e à ainda relativamente baixa densidade urbana aparecem como os candidatos ideais para a expansão necessária do Hospital de São José. Gradualmente se sucede o estabelecimento dos Hospitais do Desterro, de Santa Marta, de Santo António dos Capuchos, de Rilhafoles (mais tarde Miguel Bombarda) e Arroios e se constrói de raiz o Hospital da Estefânia assim como várias instituições associadas a estes como Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, o Instituto de Medicina Legal, o Instituto Central de Higiene e o Instituto Oftalmológico Gama Pinto. Temos assim a evolução de uma colina composta por cercas conventuais autónomas para uma colina com uma rede hospitalar ainda marcada pelos muros delimitadores dos conventos mas já num funcionamento tendencialmente urbano.

Como se percebe, a colina passa a ter como característica distintiva o elevado número de equipamentos públicos dedicados à área da saúde (na sua maioria ocupando os anteriores edifícios religiosos) e por consequência concentra um enorme espólio patrimonial desse campo. Também está ligada muito intimamente ao ensino médico que aqui se iniciou e que se mantém até à actualidade, sendo que já estava presente essa identidade e memória da educação científica desde o tempo do Colégio de Santo Antão e da sua célebre “Aula da Esfera”.

Simultânea com esta mudança de funções elementares dos conjuntos arquitectónicos mais marcantes da colina no final do século XIX é o desenvolvimento organizado da cidade para Norte, no plano de Ressano Garcia para as Avenidas Novas (para uma classe mais abastada) e na urbanização da Avenida Almirante Reis no vale de Arroios e suas áreas confluentes (para as classes trabalhadoras). Os campos que se estendiam para norte foram assim substituídos por uma malha ortogonal bastante regular de ruas e quarteirões que nem sempre tentou nem conseguiu cerzir ligações correctas com as malhas em existência e os conjuntos conventuais-hospitalares compostos pelas suas cercas.



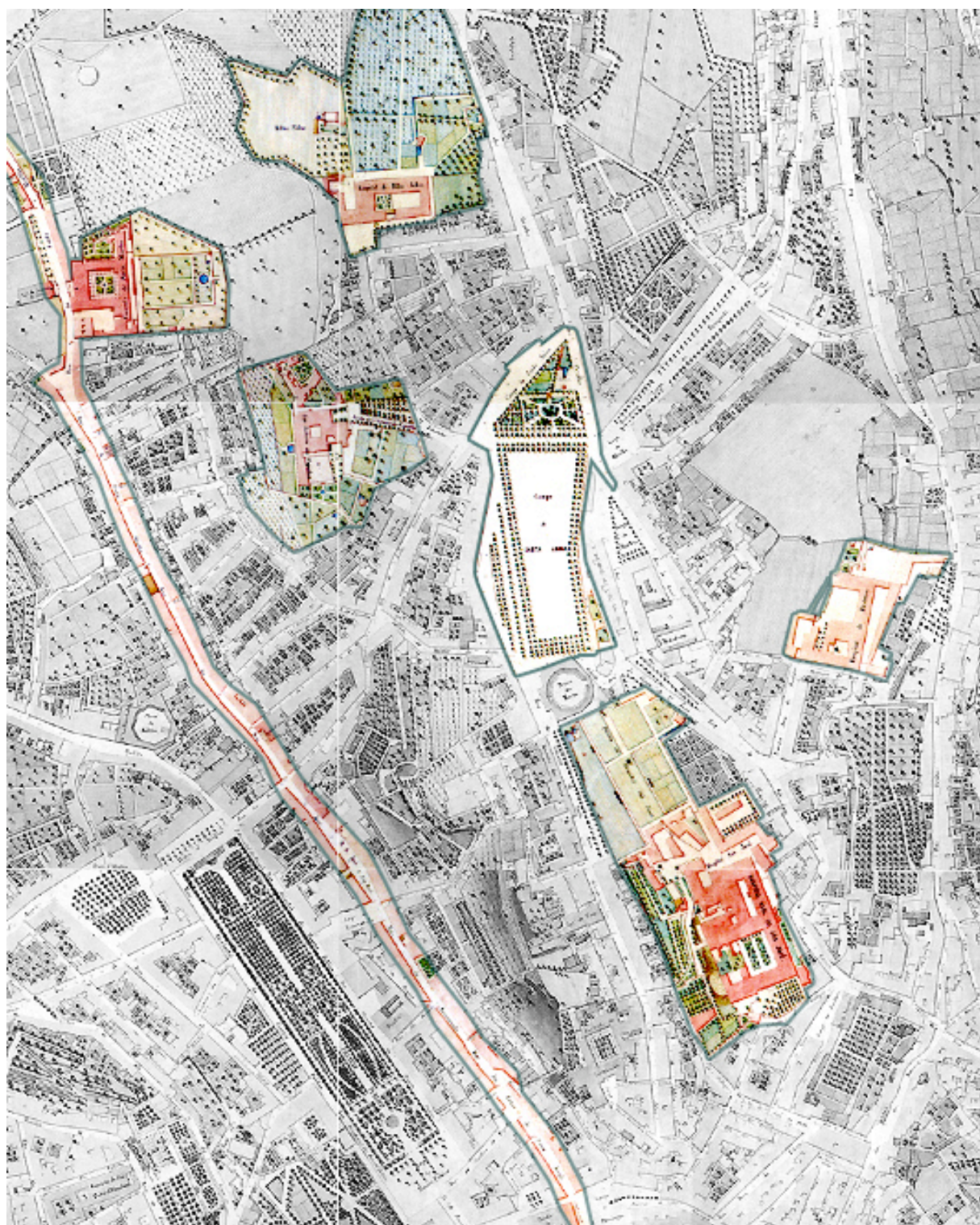


Figura 60 – Os conventos da colina, a antiga Estrada do Andaluz e o Campo de Santana.

Este que foi durante quase cerca de um século o panorama da colina começa a conhecer uma mudança profunda com a prevista e já iniciada desactivação de todos estes hospitais. Estreada pelo encerramento do Hospital do Desterro e do Hospital Miguel Bombarda esta decisão é justificada pela criação de um novo complexo hospitalar de grandes dimensões na zona oriental de Lisboa e pelas actuais dificuldades no ingresso à colina e aos hospitais, causados pela excessiva densidade e pela estreiteza e inclinação das vias de acesso.

Deixar mais uma vez estes equipamentos sem um programa definido e fazê-lo de forma súbita e não gradual (como aconteceu quase sempre no passado quando mudaram de funções) pode ser um gesto urbano discutível. Mas é proposto também enquanto desafio para a cidade e os seus habitantes, que possibilita uma redefinição identitária desta enorme área do seu centro histórico que deve ser feita preservando as suas memórias e património material enquanto espaço religioso e enquanto espaço de saúde e educação. Porque será mais uma vez sobre estes territórios tão caracteristicamente excepcionais e interiorizados das cercas dos conventos-hospitais que vai ser possível materializar essa renovação e redefinição.

## O Convento de Santa Marta e a conversão em Hospital Civil

Por motivo de uma peste que se abateu sobre Lisboa em 1569 criou-se, a mando de D. Sebastião, um asilo de recolhimento para as jovens órfãs da cidade. Este recolhimento que veio a constituir o convento de Santa Marta corresponde actualmente ao Hospital de mesmo nome e para o qual se propõe a intervenção projectual.

É ainda no século XVI que se converte em casa de religiosas, estando datada de 1577 a autorização papal para a fundação de um mosteiro da Ordem de Santa Clara sob a invocação de Santa Marta, também denominado por Mosteiro de Santa Marta de Jesus em Lisboa nos seus documentos de fundação. Estabelecem-se as primeiras religiosas vindas do Convento de Santa Clara de Santarém em 1583 dando início às obras de adaptação por Nicolau de Frias. Contudo, só algumas décadas mais tarde é que se inicia uma profunda campanha de obras que dá ao convento um carácter próximo do que hoje lhe conhecemos. O arquitecto Pedro Nunes Tinoco projecta a igreja maneirista e já no século seguinte João Antunes e o Padre Manuel Pereira reconstróem o claustro e as alas de dormitórios que se desenvolviam à sua volta. Ao longo do tempo foi objecto de muitas obras de beneficiação e de enriquecimento na sua ornamentação, com destaque para os notáveis azulejos que ainda conserva. Correspondia igualmente ao convento um generoso terreno que se desenvolvia nas suas traseiras e que ocupava o começo da subida da colina e que era utilizado como jardim de recreio e de cultivo (com tanque, nora, hortas, pomares e vinhas) para usufruto das freiras [fig.61].

Após a implantação das reformas eclesiásticas o convento viria a extinguir-se oficialmente em 1887 tendo sido cedido à Irmandade dos Clérigos Pobres para instalação de um hospício. No entanto vê muito rapidamente mudadas de novo as suas funções quando logo em 1903 é convertido em hospital anexo ao Hospital de São José. Datam desta época novas e profundas obras de adaptação como a construção de vários edifícios de carácter hospitalar que ocuparam a maior parte dos terrenos da cerca. O pátio de entrada foi todo reabilitado mas sofreu constantes alterações até aos anos 70 quando foi construído o actual Edifício de Consultas Externas [fig. 62].

É importante referir que o Hospital de Santa Marta ocupa uma posição central no carácter educacional que se disse ser tão distintivo da história da colina de Santana pois nele funcionou até 1952 o Hospital Escolar da Faculdade de Medicina de Lisboa. Foi também aqui que Egas Moniz desenvolveu as suas investigações científicas sobre a angiografia cerebral e a leucotomia pré-frontal que, anos mais tarde, lhe deram o Prémio Nobel.

Na actualidade o que podemos observar do antigo conjunto conventual (presentemente designado Edifício do Claustro) resume-se aos seus espaços de maior valor simbólico e patrimonial como o são o Claustro, a Igreja, o Coro e a Sacristia [fig.66]. Os outros espaços “meramente” funcionais foram alterados tão substancialmente que não é possível reconhecer muito mais além da espessura considerável das paredes originais do edifício conventual (em tudo o mais modificadas).





Figura 61 – O convento de Santa Marta.



Figura 62 – O hospital de Santa Marta.



A igreja apresenta uma nave com as suas duas paredes laterais compostas por dez arcos de volta perfeita que conformam as capelas laterais e também o acesso principal à igreja (por um dos arcos da parede ocidental. O tecto apresenta uma cobertura de abóbada de lunetas com cinco janelas de cada lado. A norte encontrava-se a capela-mor à qual se acedia por um arco triunfal ladeado por duas capelas colaterais. A parede sul relacionava-se com os coro-baixo através de um vão rectilíneo rodeado de dois com arco de volta perfeita e com o coro-alto por um vão rectilíneo de menor dimensão. A sua fachada exterior para a Rua de Santa Marta é ritmada por janelas enquadradas por contrafortes e pelo portal central. Encontra-se numa cota superior à da rua (sendo acessível por um portão e dois lanços de escadas que alcançam um pequeníssimo adro) e está também emoldurada por dois edifícios, ficando recuada do plano principal da rua.

A igreja foi despojada do seu conteúdo patrimonial móvel (todos os retábulos e outros objectos de culto foram levados para uma igreja no Estoril) para ser cedida ao hospital como espaço de arquivo. Este uso causou algum deterioro no património azulejar e pictórico ainda existente mas nos últimos anos o esforço de conservação dos vestígios do convento por parte da administração do hospital tem sido considerável [fig. 63].

O coro-baixo, onde originalmente as freiras assistiriam às cerimónias religiosas, foi restaurado e convertido em capela de serviço ao hospital. Foram envidraçados os vãos que davam acesso à nave da igreja, invertida a sua orientação inicial e entaipados os únicos vãos que o iluminavam, na parede sul. É ainda hoje e apesar das alterações que sofreu um dos lugares mais impressionantes do conjunto devido à elevada qualidade da pintura mural da sua cobertura em falsas abóbadas de lunetas com a representação de Santa Marta ao centro [fig. 64].

A sala do capítulo (actualmente denominada Sala McBride) é igualmente notável, desta feita pelo elevado valor patrimonial dos painéis de azulejos setecentistas das suas paredes. Já terá apresentado um conteúdo expositivo da área da saúde mas actualmente encontra-se geralmente fechada sendo apenas usada excepcionalmente como espaço de conferências e reuniões do pessoal do hospital [fig. 65].



Figura 64 – Antigo coro-baixo convertido em capela.



Figura 63 – Interior da igreja usado como arquivo.



Figura 65 – Interior da antiga sacristia.

Do claustro original resiste em grande parte o nível térreo com os seus vinte e quatro arcos de pedra e o chafariz central do século XVIII, além de duas notáveis capelas totalmente forradas a azulejo. As suas alas são revestidas com silhares de azulejos seriados aos quais se adicionou uma barra recortada no início do século XX. Todo o revestimento em azulejo do piso superior do claustro data da conversão em hospital apesar da sua feição neobarroca. Para além dos acessos à sala do capítulo, ao coro-baixo/igreja e à portaria (muito alterada) todas as restantes alas construídas em torno do claustro (e que davam corpo ao edifício conventual) foram modificadas com um intuito puramente higienista e pragmático e higienista para dar espaço ao novo programa hospitalar, ao ponto de não ser possível reconhecer nada do aspecto primitivo das alas de dormitórios e refeitórios do convento. Foi modificado o número de pisos e o acesso e relação entre estes. O número e o desenho dos vãos, as coberturas, a pavimentação e até a guarda do varandim do claustro foram transformados e substituídos não restando praticamente nada prévio à conversão do convento em hospital quer nas fachadas do claustro e posteriores, quer nos seus interiores [fig.67 e 68].

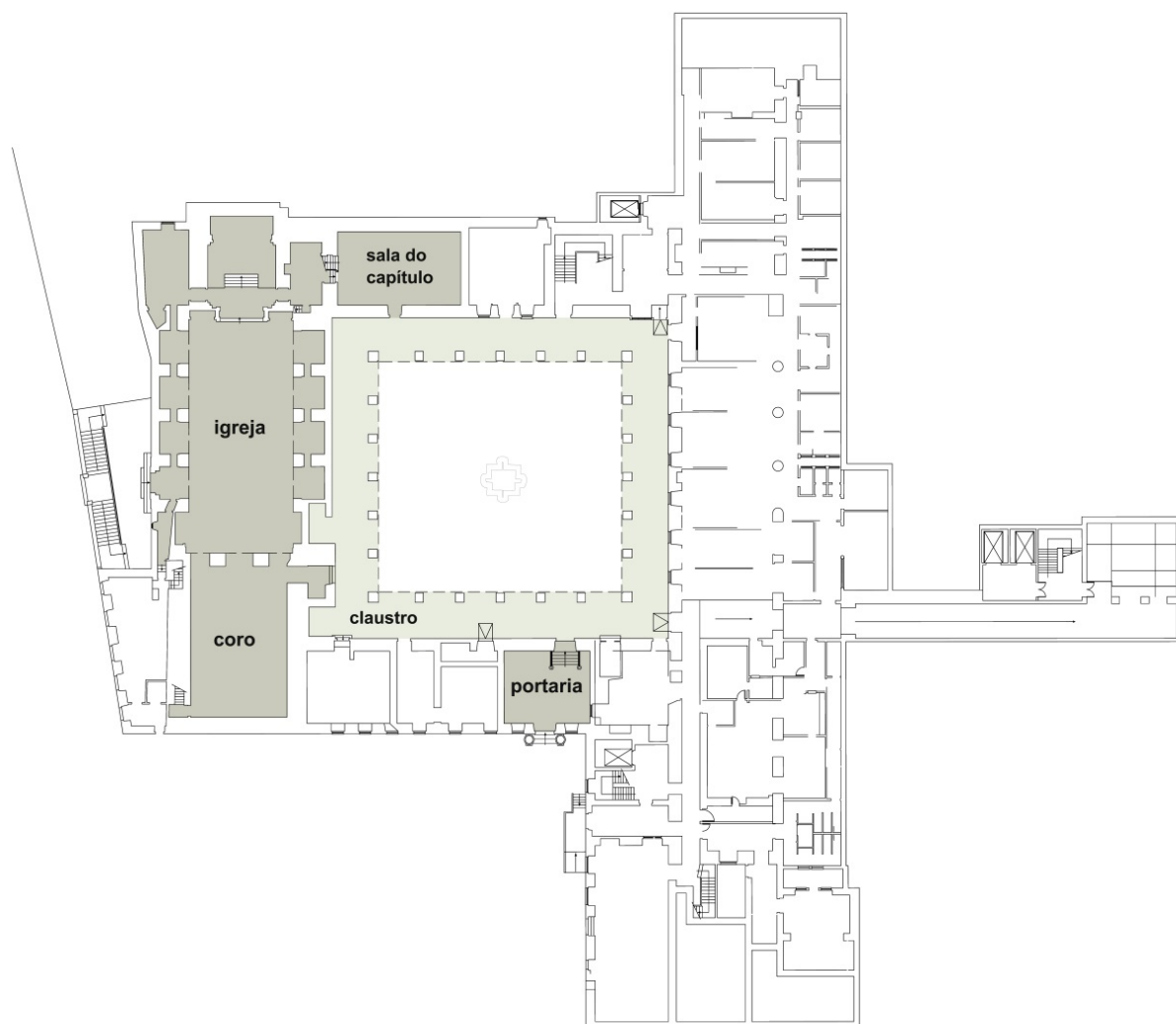
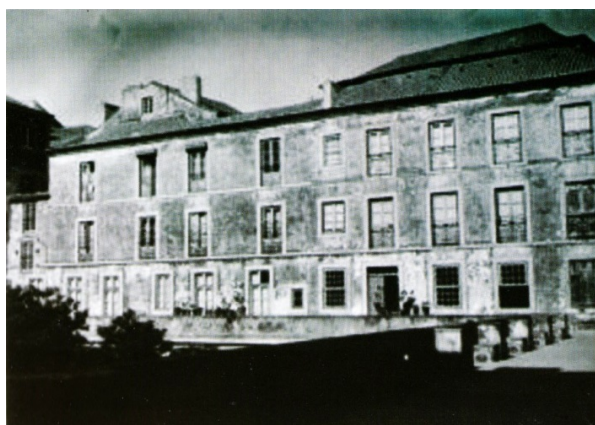


Figura 66 – O claustro e os vestígios do antigo convento.



Figuras 67 e 68 – Perspectivas do claustro antes e depois da conversão em hospital.

A mudança mais substancial do conjunto conventual para o equipamento hospitalar deu-se nas traseiras do edifício original com a ocupação dos seus terrenos de cultivo e jardim para a construção de um edifício de enormes dimensões (e claramente desproporcionado nas suas relações com o edifício original e a envolvente). Sendo designado como Edifício do Coração apresenta um planta em H e está ligado ao anterior por um elevadores e escadas internas e um túnel que se abre para o canto sudoeste do Claustro [fig. 69].

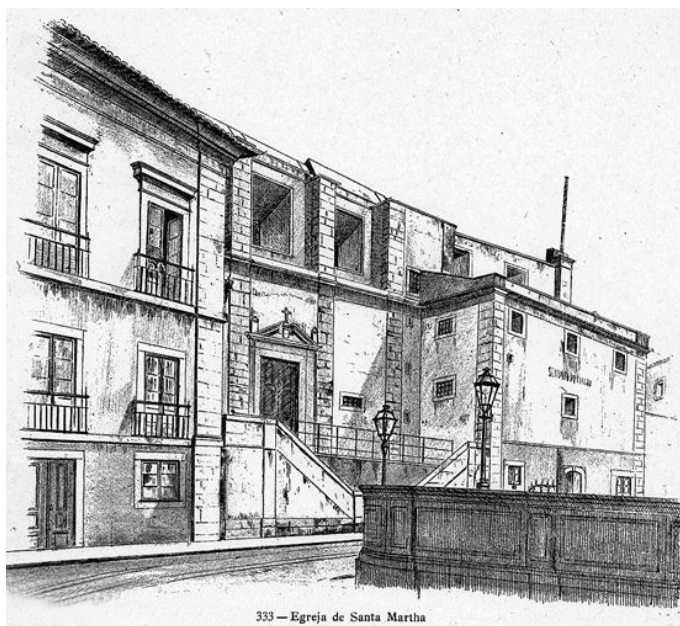
O espaço sobrance dos terrenos da cerca, quase completamente impermeabilizado, acolheu ainda outros pequenos edifícios para a casa mortuária, a casa de caldeiras e outras estruturas necessárias ao pleno funcionamento autónomo de um hospital [fig. 72].

A coerente conexão do conjunto com a Rua de Santa Marta que lhe é fronteira é extremamente relevante mas foi tratada com desigual atenção ao longo do tempo. Como já se disse a fachada da igreja apresenta um cuidado detalhe no vencer das diferentes cotas, no toque com o solo e na modelação visual através do recuo e avanço de panos de fachada perante a rua. Esta modelação era aliás correspondida na Igreja do Sagrado Coração de Jesus já desaparecida mas substituída pelo edifício do Instituto Cervantes que inteligentemente mantém o primitivo recuo do pano de fachada. A primeira alteração dá-se quando da construção do edifício actualmente ocupado pela Universidade Autónoma, conhecido em tempos como Palácio dos Condes de Redondo. Este veio a encostar-se ao topo norte da igreja encobrimdo-a parcialmente criando um curioso desenho de sobreposições arquitectónicas e temporais. Sobre o corpo dos coros da igreja foi adossado no final do século XIX um exíguo edifício concluindo o desenho da fachada da igreja. Já o pátio de acesso ao hospital sofreu a maior alteração e possivelmente aquela que mais afecta a relação do conjunto com a rua com o fechamento do mesmo já nos século XX com o referido Edifício de Consultas Externas. Com planta em L e um desenho de fachada relativamente desinteressante, criou um pátio totalmente interiorizado (que não está valorizado nem qualificado) e criou também uma separação demasiado abrupta entre a rua e o acesso ao edifício conventual-hospitalar que não existia (pelo menos deste modo desmedido) até então [fig. 70 e 71].





Figura 69 – Edifício do Coração.



Figuras 70 e 71 – Perspectiva antiga e actual da Rua de Santa Marta.

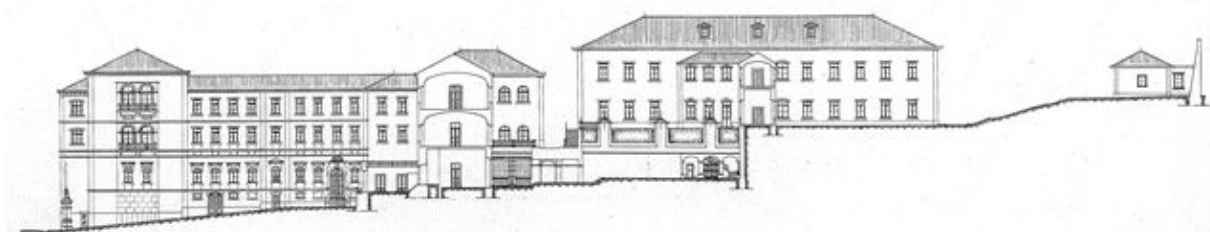


Figura 72 – Corte pelo terreno mostrando as construções hospitalares.

## Interpretação do lugar e justificação do tema projectual

São várias as razões que decorrem da nossa leitura e compreensão do lugar que nos parecem adequadas para justificar a conversão do actual Hospital de Santa Marta num lugar semi-público, seguindo definição que destes temos dado no decorrer deste trabalho. E de nele projectar com a consciência de uma lógica e vontade de organizar o espaço partilhado, que deve persistir do arquitecto para o habitante.

Apesar das modificações físicas e funcionais ocorridas no seu interior e nas suas imediações ao longo do tempo, os terrenos de Santa Marta mantiveram a sua identidade característica: continuam a ser um lugar fisicamente separado da cidade, do que resulta um espaço de abrigo (protegido, preservado) perante o mundo exterior. É aliás a presença perene dos muros da sua cerca que o definem em simultâneo a sua memória enquanto universo interiorizado e debruçado sobre si mesmo (o que é glosado espacialmente de maneira exemplar pelo claustro) e enquanto obstáculo à estrutura e organização urbanas. Já é um espaço semi-público em potência, um espaço ao ar livre circunscrito e protegido, alheio às vias urbanas principais mas parte integrante e estruturadora da malha urbana [fig. 73 e 74].

Este conjunto marca precisamente um ponto de intersecção e justaposição de várias escalas urbanas diferenciadas, mantendo uma posição (física e historicamente) ambígua perante ambas: dá sentido ao lugar gerando uma presença urbana mas paradoxalmente converte-se também num elemento de descontinuidade urbana.

Sobre um eixo Norte-Sul encontramos reflectida a evolução da urbanização e densificação de ocupação da cidade. Para Sul temos um tecido urbano de origem seiscentista, denso e de baixa altura, que se estende pela encosta da colina conformando o núcleo antigo (o “bairro”) de Santana. Aí se inscreve e integra o terreno cercado do hospital, apesar de se conformar também como o limite que trava subitamente o avanço desse bairro. Pelo dimensionamento das ruas, pela baixa altura dos edifícios, pela localização sobre um plano inclinado e até pela disposição geométrica mas irregular este núcleo urbano apresenta espaços exteriores públicos de fácil apropriação e partilha pelos seus habitantes (à semelhança dos restantes bairros tradicionais de Lisboa). É numa lógica de continuidade e de consolidação deste tipo de organização do espaço exterior que se percebe a potencialidade do espaço intra-cerca como lugar semi-público [fig. 75].

A Norte o terreno do Hospital colide com o plano de expansão urbana das Avenidas Novas de Ressano Garcia realizada no início do século XX. Mais especificamente com os arruamentos do Bairro Camões (construído para uma burguesia menos abastada) e os seus edifícios de habitação em altura.

Dizemos colide porque nunca ficou resolvida de maneira satisfatória a conexão entre ambos: por um lado temos uma via de largura considerável – a Rua da Sociedade Farmacêutica – a terminar abruptamente ao desembocar na cerca (que aí foi aberta de maneira pouco delicada) e por outro temos dois quarteirões “imperfeitos”, um a enfrentar directamente o antigo palácio dos Condes de Redondo e o outro deixado em aberto, incompleto e suspenso sobre as traseiras do antigo edifício conventual. Os contrastes apresentados, o nível de indefinição e indecisão que caracterizam este espaço como um lugar intermediário (de transição) na cidade aparecem-nos como algo positivo e inspirador. A complexidade e irresolução dos problemas urbanos instigam a procura de novas lógicas de relação e uma melhoria das composições e coordenações espaciais [fig. 77].





Figuras 73 e 74 – A cerca em confronto com a malha urbana: Rua do Passadiço e Rua da Sociedade Farmacêutica.



Figura 75 – Núcleo antigo da colina de Santana: espaço público de fácil apropriação e organização.

Além das questões de forma e funcionalidade urbana, a presença do semi-quarteirão que abraça toda a parte oriental da cerca levanta também as problemáticas da privacidade do espaço e da dialética frente-tardoz. Deparamo-nos então com um muro de traseiras que se debruça monumentalmente sobre o terreno do hospital, deixando-o exposto, sujeitando todo esse espaço a uma certa “promiscuidade” de vivências. É aliás este o elemento que experimentamos como mais marcante e impositivo quando nos encontramos no local, estas traseiras que formam o limite visual do terreno e são uma fronteira daquele ambiente introvertido. Entendemos portanto este quarteirão aberto como o novo muro do terreno, como a redefinição accidental da cerca [fig.80].

Enquanto que uma resposta natural a esta relação acidentada seria a de fechar e demarcar claramente os limites de privacidade e acessibilidade visual ou física, no desenvolvimento deste trabalho pareceu-nos mais relevante assumir essa indefinição e organizá-la com uma proposta que admita que um tardoz tem interesse (e não é apenas um verso da face principal) pelas actividades que nele se podem adivinhar e por se poder relacionar de forma tão franca com um novo espaço, aberto mas contido. Interessa-nos justamente manter e enfatizar este ponto intermédio da relação de forças entre o íntimo e o colectivo: a convivência e a sobreposição de vários níveis de habitabilidade na organização de um lugar [fig. 78 e 79].





Figura 76 – Vila construída atrás de prédio. Vila Gomes.



Figura 77 – Confronto das malhas urbanas em presença.

O terreno do hospital situa-se na vertente ocidental da colina de Santana, apresentando por isso um declive acentuado, a variar cerca de vinte e dois metros entre o nível inferior do vale de Valverde/Avenida da Liberdade (onde assenta o antigo edifício do convento) e o cimo da colina (na direcção do qual ascendem as traseiras do terreno). Além de marcar a transição entre zonas topologicamente opostas, define também o limar entre zonas de funções urbanas muito diferenciadas, com a Avenida da Liberdade e ruas circundantes mais comerciais e o topo da colina mais residencial e com alguns equipamentos públicos.

O terreno hospitalar não soluciona plenamente este contraste, sendo que o aterro criado para a passagem da Rua Luciano Cordeiro (e respectivos quarteirões) no topo da colina veio a tornar mais complexo o acesso e distribuição entre as diferentes cotas em presença. Quisemos assumi-lo como um lugar de comunicação e circulação, ainda que secundária, que possibilite uma ligação pedonal auxiliar às vias públicas principais, enriquecido pela variedade e qualidade espacial própria a um lugar semi-público.

Eliminando os edifícios acrescentados na parte posterior do terreno (que não apresentam valor patrimonial nem arquitectónico e estão em visível desarmonia com a sua envolvente) podemos ler o conjunto edificado segundo uma tipologia típica das vilas operárias lisboetas – “vilas construídas atrás de prédios”<sup>29</sup>, que apresentam um edifício frontal que é necessário atravessar para alcançar um espaço edificado nas suas “traseiras” [fig. 76]. Neste caso é o edifício do convento assume essa posição sobre a rua de Santa Marta, única via urbana realmente relevante da área, e deixa o espaço que se desenvolve na sua parte posterior habilitado a ser concebido e construído como lugar semi-público.

Aspiramos transformar esta antiga cerca conventual e actual terreno hospitalar a caminho da desactivação num lugar semi-público habitado e partilhado que tem valor em si mesmo e que é relevante para a cidade precisamente por ser um espaço protegido e interiorizado que é acessível e percorrível como um momento de excepção.

---

<sup>29</sup> Segundo a categorização de Teotónio Pereira em TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno; BUARQUE, Inês. *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.



Figuras 78 e 79 – O interior do quarteirão: diversidade e sobreposição de vivências privadas.



Figura 80 – A redefinição da cerca: o terreno de Santa Marta entendido como interior de quarteirão.



## **Santa Marta enquanto lugar semi-público – descrição do projecto**

O primeiro gesto formal arquitectónico da nossa intervenção projectual partiu de uma apreciação e demarcação dos edifícios que deveriam ser preservados e dos que poderiam ser demolidos de acordo com o seu valor patrimonial arquitectónico e histórico, com a sua flexibilidade para acolher novos usos e com a sua integração num todo compositivo que respeite os referentes históricos e espaciais do lugar e da envolvente. Por estas razões decidimos demoliar os edifícios que foram acrescentados à antiga cerca conventual, incluindo o Edifício do Coração, o Edifício de Consultas Externas e a casa mortuária, a casa das caldeiras e outras dependências. Os edifícios que correspondem grosso modo ao antigo convento (o actual Edifício do Claustro e o Edifício da Santa) são mantidos e reabilitados, com especial modificação do seu interior que se encontra actualmente excessivamente compartimentado por acolher um hospital [fig.81].

Na parte posterior do terreno propomos (após a demolição dos edifícios já referidos) uma partição em cinco níveis que ascendam gradualmente a encosta. Estes socalcos pretendem manter aproximadamente a variação de cotas actualmente presente (não implicando excessivos movimentos de terras) adequando-as em maior conformidade com a inclinação da colina e mais especificamente com a travessa de Santa Marta que acompanha e delimita o terreno pelo Sul. Este assume-se como o acto fundamental do projecto pois cria uma topografia essencial que pretende organizar todo o terreno conceptual, estrutural e funcionalmente [fig.82].

Quisemos estabelecer uma relação mais directa entre o edifício do antigo convento com todo o terreno que se desenvolve para Oriente deste, dilatando a cota dos pisos do claustro e a sua área de influência espacial para este terreno posterior, integrando-o nos novos percursos do terreno. Cria-se deste modo uma continuidade e fluidez entre o edifício do claustro e o terreno “das traseiras” vinculando a Rua de Santa Marta (e a cidade) ao topo da colina através de um lugar semi-público excepcional interiorizado e intimista.

Para acolher o novo programa que pretende reactivar este local propomos novos edifícios que se distribuem cuidadosamente sobre os vários níveis deste terreno em oito bandas de dois pisos. A sua escala pretende criar uma continuidade com os edifícios do bairro da colina de Santana sendo menor e muito menos impositiva que a do antigo edifício conventual e do quarteirão incompleto da Rua Luciano Cordeiro que circunscrevem e definem o terreno. Pareceu-nos apropriado edificar neste espaço “sobrante” tal como se construiria uma vila operária num interior de quarteirão, com construções de menor altura e volumetria para permitir uma melhor ventilação e exposição solar e uma circulação e acessos eficazes a cada edifício.

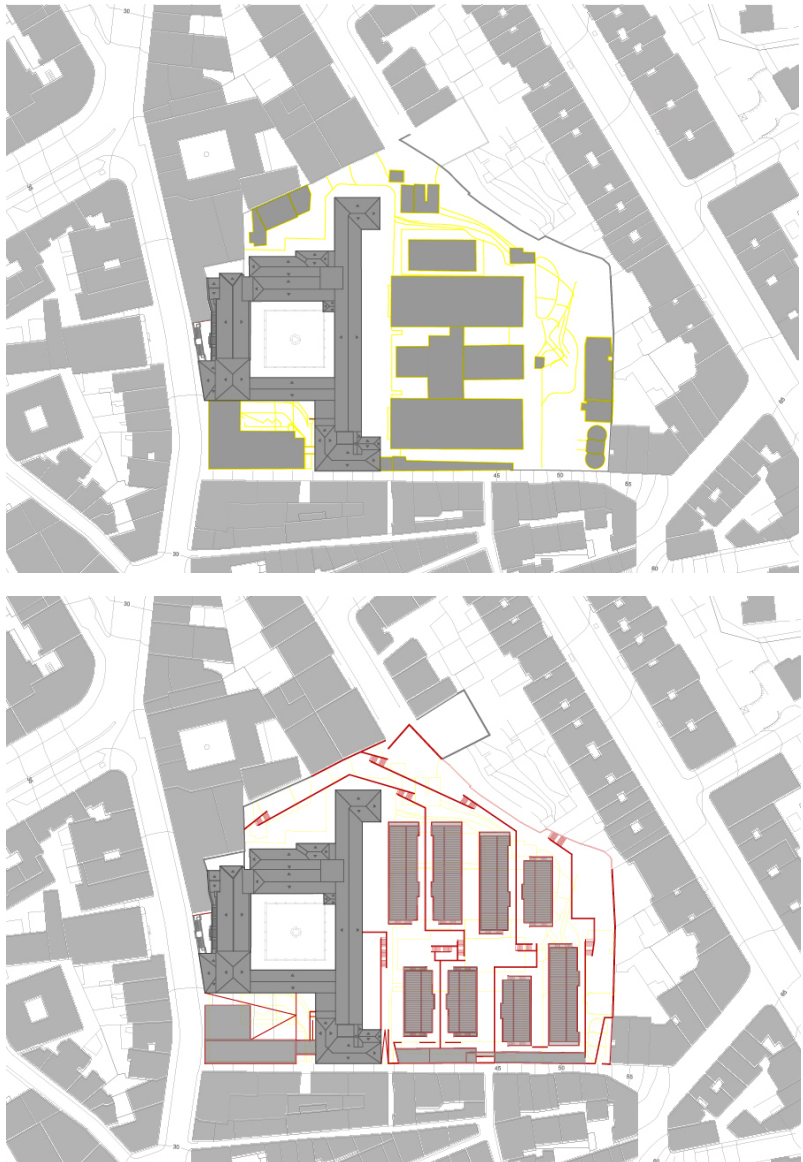


Figura 81 – Edifícios a demolir, edifícios a preservar e novas construções propostas.

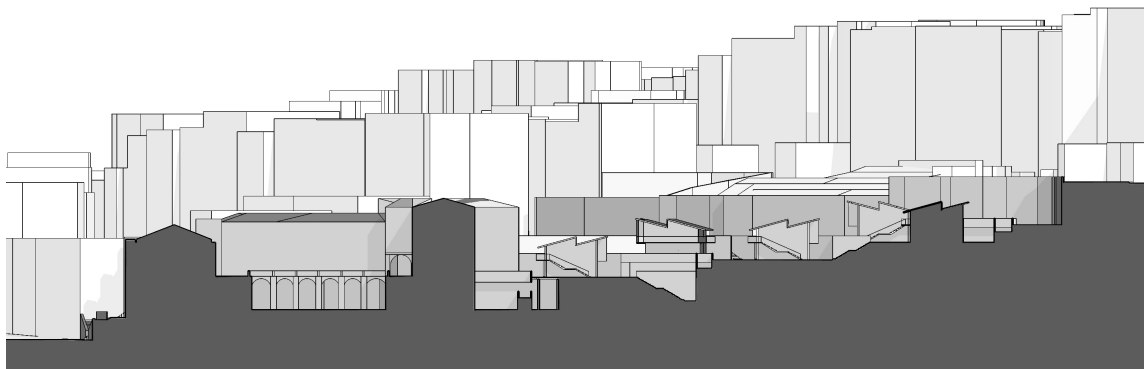


Figura 82 – A nova topografia do terreno de Santa Marta.

Das análises e leituras do local concluímos que o programa adequado a propor seria o de um conjunto habitacional associado a uma residência de estudantes e a alguns equipamentos de carácter público. Este conjunto fica assim integrado numa zona maioritariamente residencial, não conformando apenas uma extensão da mesma mas sim estabelecendo um conjunto de características singulares que aponta para uma maneira diferente de habitar [fig.83].

Tal como as vilas operárias serviam no princípio do século XX uma camada social trabalhadora sem amplas capacidades financeiras quisemos abordar estas habitações como indicadas para uma faixa etária jovem, pela necessidade patente no actual panorama social de residências economicamente viáveis para os jovens no início da vida profissional (ou seja, no início da autonomia financeira). Estas habitações ambicionam uma maior liberdade na sua organização e especialmente uma flexibilidade na forma de compreender e experienciar o lugar da residência. Seriam por isso habitações para um período de ocupação relativamente curto de apenas alguns anos e concebidas no sentido de permitirem um uso dos espaços exteriores como uma extensão do espaço da casa, propondo e tentando a formação de uma consciência social e uma vivência comunitária mais intensas.

A renovação do antigo edifício conventual recebe o programa adicional da residência de estudantes, que poderia servir a Universidade Autónoma e a Faculdade de Ciências Médicas que lhe estão próximas. Os edifícios conventuais representam aliás uma estrutura tipológica muito convidativa para acolher este tipo de programa, apresentando diversos agregados de habitações mínimas (celas) organizados em torno de um espaço distribuidor central comum (claustro) que também serve os espaços com funções de apoio e uso comum.

Devido à sua maior dimensão e localização próxima à via urbana principal da zona, propomos para o antigo conjunto igreja-coro-capítulo e os espaços adjacentes do nível térreo do claustro um núcleo cultural-museológico dedicado à dupla identidade do lugar de Santa Marta enquanto lugar de devoção e lugar de saúde. A igreja deveria ainda pontualmente ser ocupada por exposições temporárias ou servir como pequeno auditório para concertos e conferências, pela sua excepcional integração e relação franca na rua de Santa Marta (e numa malha de circulação urbana importante).

É nos pisos superiores que desenvolvemos os quartos e áreas comuns, pretendendo uma relação mais franca com a parte posterior do terreno, especialmente no piso do varandim do claustro que se torna atravessável e permeável possibilitando entendimento da continuidade e totalidade do conjunto.



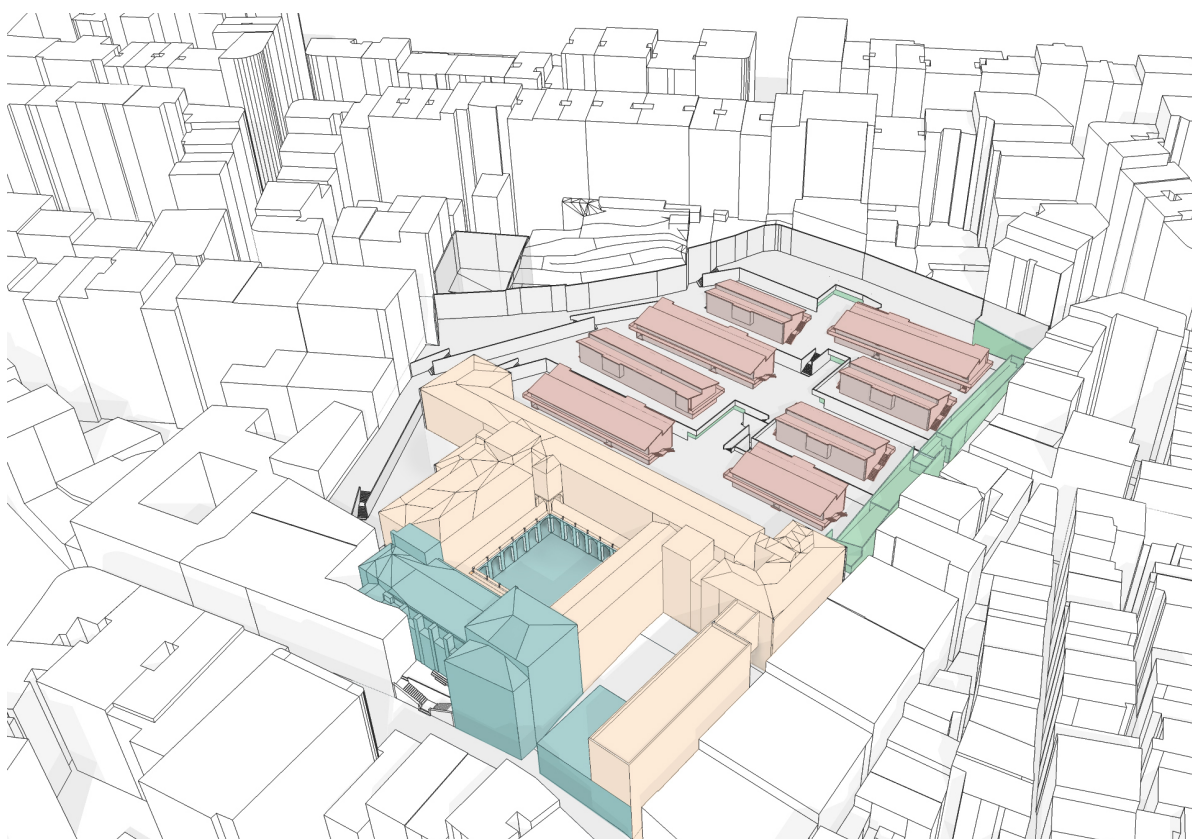


Figura 83 – Distribuição do novo programa funcional: Núcleo museológico e equipamentos de cariz público na Igreja e Claustro; conversão do edifício conventual em residência de estudantes; novas construções com habitação e serviços de uso comum.

A definição dos limites é fundamental para preservar a interioridade específica ao local e para o identificarmos enquanto lugar semi-público. Pretendemos que este possa ser atravessado apenas pontualmente e que possa ser habitado fazendo-o pertencer à rede urbana exclusivamente enquanto “espaço-bolsa”. Esta leitura e vivência estão intrinsecamente dependentes das formas de ingressar no terreno e por isso o nosso trabalho focou-se especialmente sobre estes lugares [fig.84].

O principal acesso e forma mais fácil para chegar ao terreno posterior da cerca e, por consequência, aquele que terá sempre mais afluência é o que dá para a Rua de Santa Marta, implicando o atravessamento da área de influência do Edifício do Claustro composto por este e por um primeiro pátio de recepção na esquina com a Travessa de Santa Marta.

O desenho deste limite é redesenhado com um novo edifício perpendicular à Rua de Santa Marta que define o contorno primitivo da cerca em substituição do actual Edifício de Consultas Externas. Este edifício de altura considerável está assente sobre outro mais baixo que funciona como embasamento horizontal e que permite a definição do referido pátio de acesso.

A relação e articulação volumétrica entre o edifício horizontal da base e o vertical trazem um desenho mais mais equilibrado ao perfil da rua, assemelhando-se às modelações de planos e volumes de fachada que a igreja e os seus edifícios fronteiros estabelecem. Esta integração é também potenciada pelo programa associado aos novos edifícios: o vertical continuando e complementando o programa de residência de estudantes e o seu embasamento horizontal servindo para comércio e restauração reforçando a dinâmica já existente na rua.

O pátio formalizado pelo edifício existente e pelos que são propostos volta a ser o pátio de entrada que em tempos foi: permite uma eficaz distribuição para o claustro, para os novos edifícios e para a parte posterior do conjunto e assume-se simultaneamente como primeiro lugar semi-público de paragem e respiração.

O limite Sul da secção posterior do terreno representa um ponto especialmente sensível, com o muro da cerca como único elemento que o separa da Travessa de Santa Marta. Interessou-nos o valor simbólico e plástico deste elemento cego e a maneira como marca e define uma via enquanto se impõe perante as que nela desembocam. Propomos conservar a presença de um elemento contínuo equivalente ao muro actual mas dar-lhe espessura e a capacidade de ser habitado.. Uma parede percorrível ou, mais correctamente, um “edifício-muro” que tem como principal função servir a transição entre exterior público e interior protegido. No fundo pretendemos tornar mais lento e reflectido o acto de atravessar e entrar neste lugar. Queremos organizar o lugar e momento de transição, ganhando consciência da cerca e compreendendo intuitivamente a excepionalidade do lugar em que entramos.

Este novo “edifício-muro” conta com aberturas a várias alturas da travessa, permitindo o acesso aos vários níveis do terreno. Estas aberturas são reflectidas e projectadas individualmente, tentando responder de maneira específica e sensível em cada ponto de ingresso.

Este estreito edifício, por se estender ao longo de quase todo o terreno e por desenvolver-se sobre todos os seus socacos, pode acolher ainda certas funções que servem todas as habitações, como zonas de arrecadações e arrumos, de lavandarias e áreas de secagem de roupa.

A Norte, no encontro com o quarteirão incompleto da Rua Luciano Cordeiro, é notória a drástica mudança na altura e escala das edificações e o confronto com os logradouros desses edifícios apoiados sobre os muros do hospital. Aqui se encontra o lugar onde melhor pode ser percebida a dilatação visual do antigo terreno conventual pela sobreposição das construções da urbanização das Avenidas Novas. A altura relativamente baixa dos muros-limite e as árvores que abundam nos logradouros referidos ocultando a base dos edifícios permitem uma leitura contínua do espaço, estabelecendo o final do nosso alcance visual apenas nas traseiras do referido quarteirão incompleto.

Para permitir a permanência desta ambiguidade dos limites propomos que esta parte do terreno seja composta por um espaço verde com uma vegetação que se não se distingam claramente das dos logradouros e possa diluir a presença do antigo muro. Este espaço ajardinado compõe-se em socacos que conformam o remate dos diferentes níveis do terreno e permitem um acesso de nível para a Rua da Sociedade Farmacêutica. Este é protegida pelo muro, que é redesenhado para permitir o ingresso mas inibir uma visibilidade completa do interior. O espaço verde expande-se por todo o limite da cerca que confronta os logradouros do quarteirão aberto, criando um encerramento verde e não edificado, que estabelece continuidades com o topo da colina de Santana.

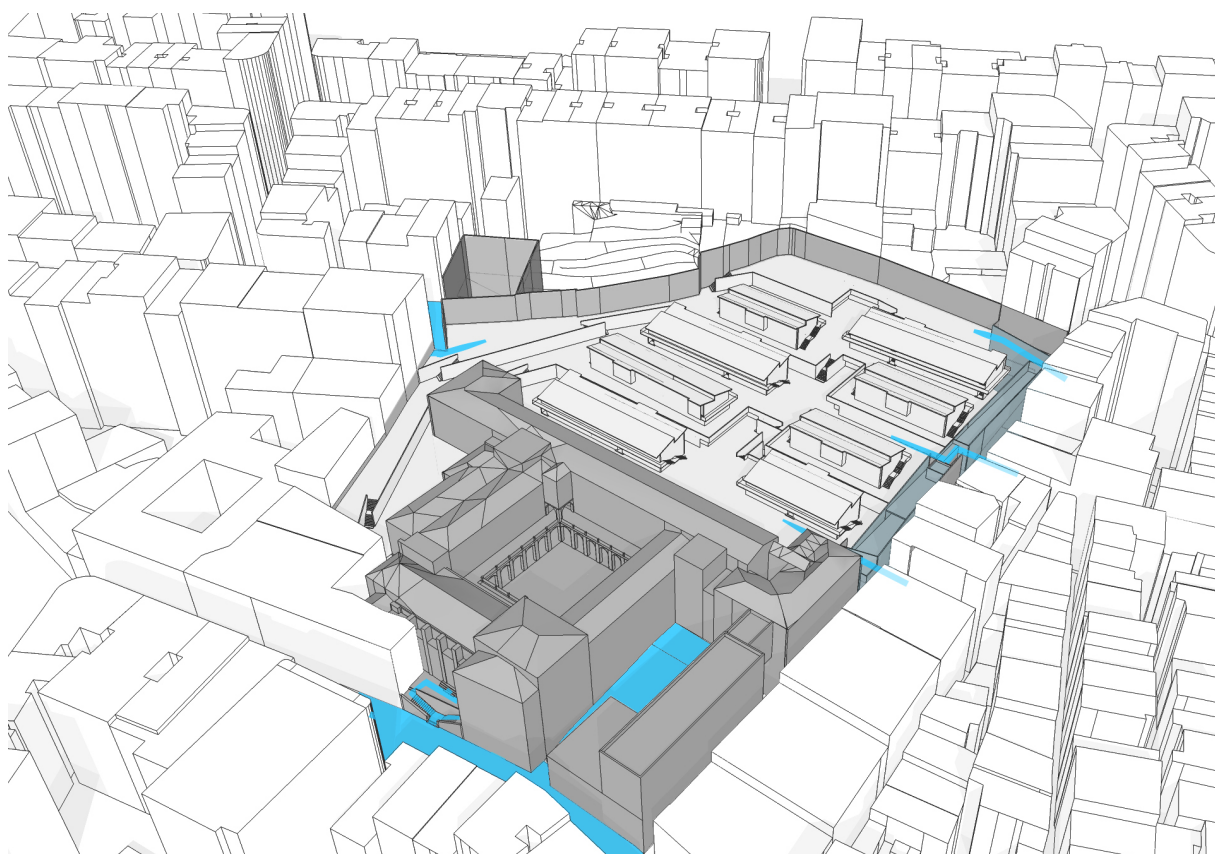


Figura 84 – Atravessar e experimentar a cerca: as formas de ingresso no terreno.

Para hierarquizar a distribuição pelo terreno estabelecemos um eixo centralizado de ascensão que ordena a circulação e que estabelece os princípios de organização espacial da ocupação dos espaços abertos e da localização dos edifícios [fig.85].

O aparelhamento dos socalcos e a sua ascensão sobre uma linha central estabelece um eco da disposição do jardim e horto da cerca conventual (que se pode observar na cartografia antiga da cidade) e da lógica de construir uma paisagem idílica domesticada, a artificialidade dos espaços verdes característica dos interiores das cercas conventuais.

É importante realçar que apesar de haver uma hierarquização clara da distribuição fundada sobre um caminho axial que divide o terreno, nunca se pretendeu constituir uma via de carácter público comparável a uma alameda ou rua. Não aspirámos criar aqui uma “promenade architectural” que limitasse as possibilidades de compreender e avançar sobre um lugar, ocupando-o. Ambicionámos sim que a circulação se processasse sobre esta orientação mas que seja sob o signo da surpresa, da descoberta gradual e da informalidade com que cada um se deparará com os edifícios, com os muros e escadas, com entradas e saídas. Isto é, este espaço central de distribuição assume-se como organizador do conjunto mas não perde a sua capacidade de ser por sua vez continuamente organizada e vivida.

Com esse propósito desenhámos o limite de cada patamar a avançar sobre o que se lhe seguia numa cota superior, escavando para abrir deste modo um lugar de paragem. Estes recortes onde se desenhavam as escadas e os acessos vão acolher um programa de apoio aos habitantes e transeuntes, desde algum pequeno comércio a áreas de ateliers, oficinas e pequenas salas polivalentes. Assim estabelecem-se como áreas úteis e activas, centrais para o projecto sem deixarem de ser locais formalizados de descanso e encontro, tanto como compasso de espera ou já como destino final dos percursos do lugar.

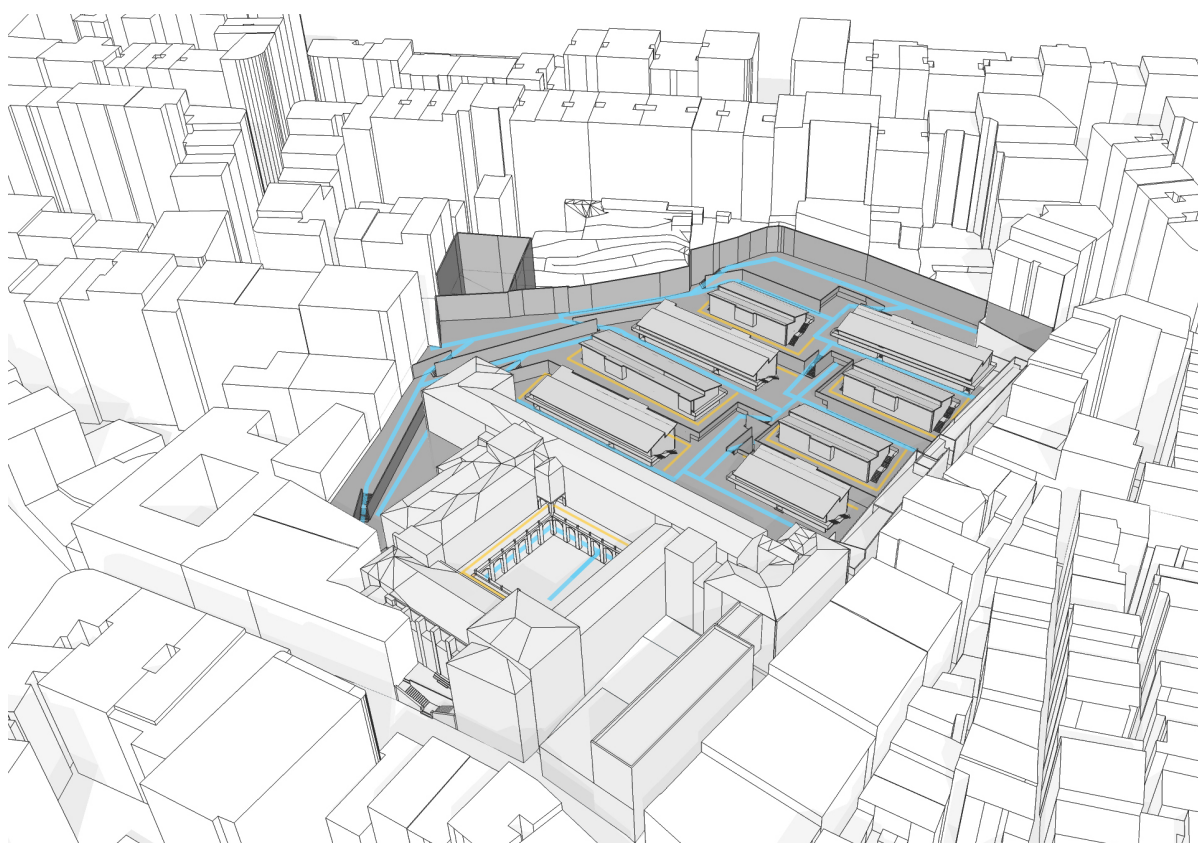


Figura 85 – Hierarquia distributiva e organizativa da circulação.

A tipologia projectada para os módulos habitacionais tenta adequar-se com precisão ao programa a que nos propusemos: habitações económicas para um período de ocupação de curto ou médio prazo direccionada para jovens adultos em início de vida profissional independente.

Criámos uma tipologia híbrida a meio caminho entre um apartamento convencional e um pequeno dormitório. Para alcançar este objectivo era necessário que os quartos pudessem ser entendidos como entidades semi-autónomas e portanto que cada um apresentasse a sua própria ligação ao exterior. Assim, além da possibilidade de se efectuar o ingresso pela área comum (que acolhe as funções típicas de sala de estar e da cozinha) este passa a poder ser também realizado autonomamente sem passar pelas áreas comuns. Esta variedade de entradas multiplica as possibilidades de circulação e portanto de relação com o espaço, criando uma maior riqueza na habitabilidade de cada casa e do conjunto. Permite-se assim alguma flexibilidade na maneira de organizar e viver estas habitações, dependendo dos graus de intimidade e relação que os jovens habitantes pretenderem e conseguirem estabelecer com aqueles que partilham os mesmos espaços comuns [fig.86]. Esta maior quantidade de acessos aponta também para uma maior permeabilidade com o exterior – objectivo essencial do projecto de permitir a extensão do habitar para o lado de fora, para o lugar partilhado e comunitário.

As habitações agregam-se em edifícios em banda de dois pisos com duas ou três habitações por piso. Em cada piso encontramos as habitações sempre dispostas de tal forma que os quartos (e os respectivos acessos) se encontrem todos num só fachada, remetendo para a sua oposta as áreas de uso comum. Contudo, a agregação em altura é realizada com uma rotação longitudinal total das habitações implicando a ambígua compreensão de qualquer uma das fachadas como a principal ou como tardo, uma vez que se sobrepõem os quartos de habitações um piso às áreas comuns das habitações do outro [fig.87].

Para resolver os acessos ao piso superior decidimos manter um certo nível de indefinição mas estabelecer uma variação clara entre o tipo de espaços que se desenvolvem em relação a cada fachada, como veremos adiante. Criámos para isso uma distribuição cruzada e autonomizada entre quartos e áreas comuns. O acesso a estas últimas faz-se directamente no piso térreo e, no piso superior, através de uma escadaria que atravessa transversalmente o interior do edifício.

Já o acesso aos quartos do piso superior é mediado por um novo elemento que se justapõe à leitura imediata das fachadas, que lhes pertence mas que também lhes é alheio – uma galeria aérea. A esta galeria, materialmente mais leve e destacada do edifício, acede-se por escadarias situadas nos extremos do edifício e que se desenvolvem transversalmente a este. Deste modo, cruzamos os percursos e alcançamos acessos diferenciados para cada espaço diferente das habitações – quartos e áreas comuns [fig.88].



Figura 86 – A flexibilidade no acesso e vivência do espaço da habitação.

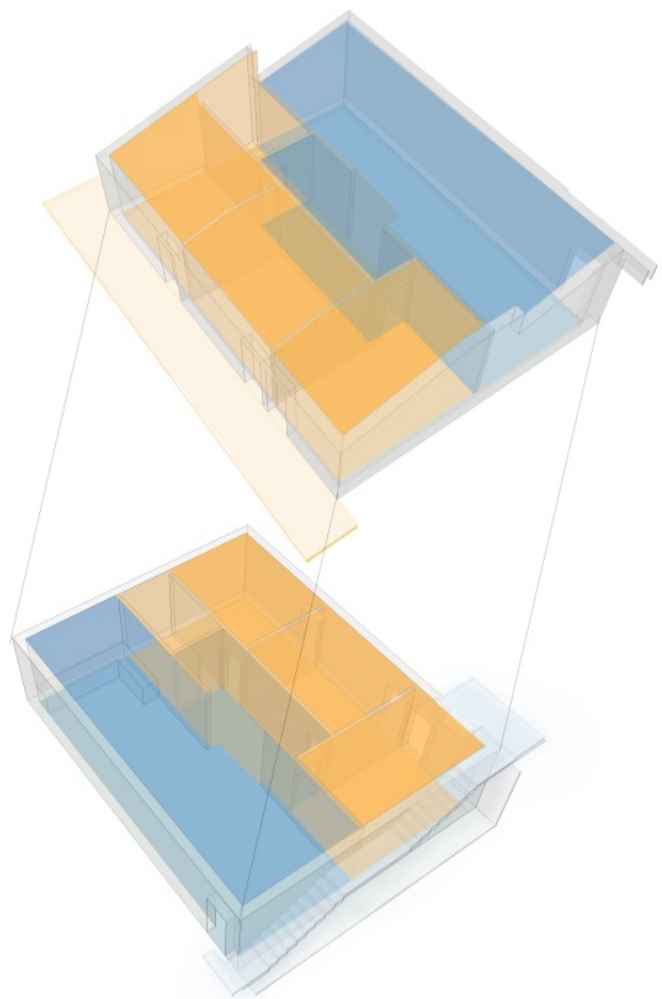


Figura 87 – A agregação rotativa das habitações.



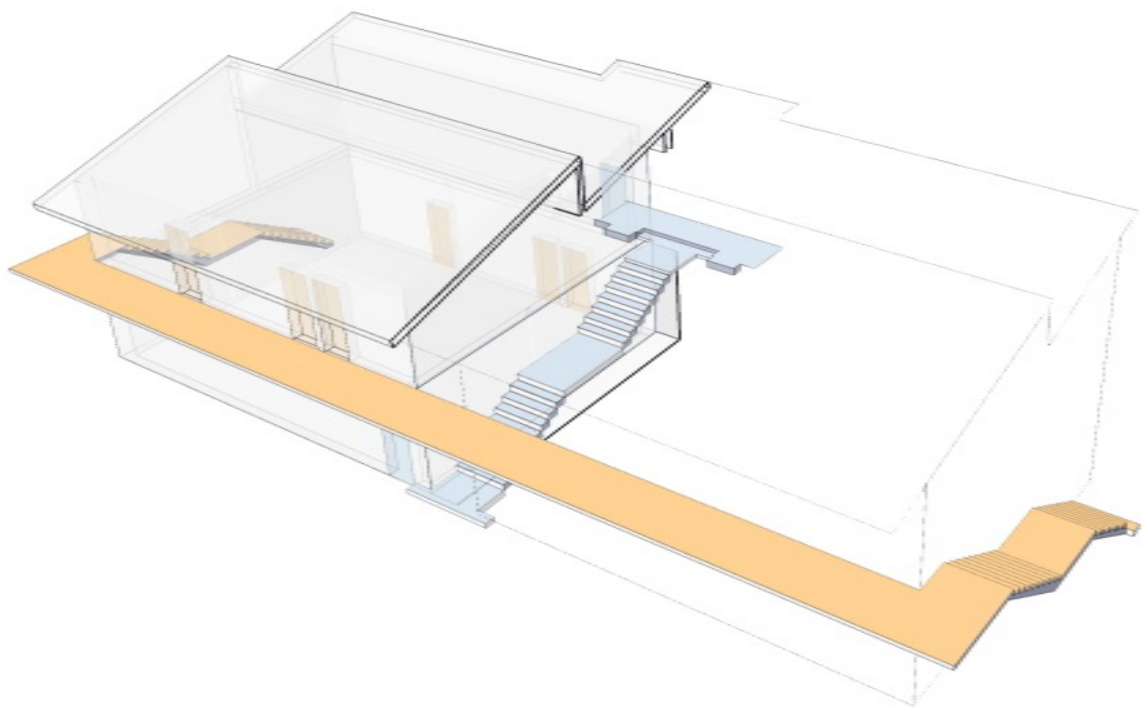
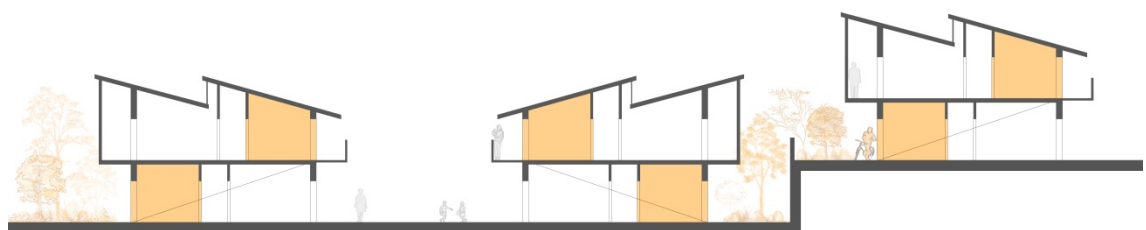
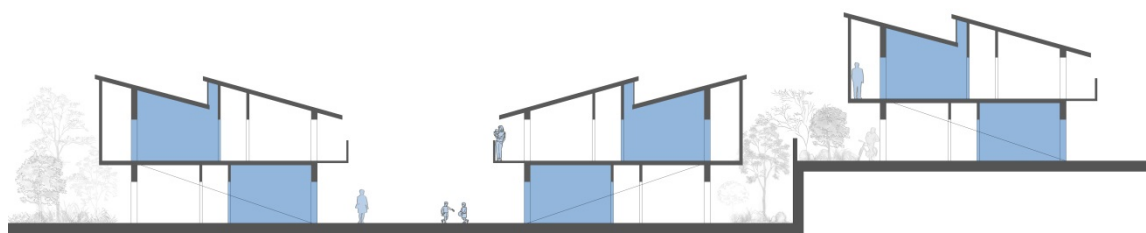


Figura 88 – Distribuição cruzada: acesso aos quartos e às áreas comuns.



Figuras 89 e 90 – A organização dos lugares “entre” edifícios.

É a modelação do terreno que determina a implantação e orientação dos edifícios de habitação organizando por isso o espaço entre eles, conferindo-lhes o seu carácter. Estes edifícios articulam-se e dispõe-se sempre em relação a uma variação de cota e aos muro que esta define e podemos por isso sempre compreender cada edifício vinculado a um socalco, quer se encontre na cota inferior quer na superior do mesmo.

O dimensionamento da área que encontramos entre um edifício e o muro de um socalco respectivo é pensado para relacionar-se com a fachada que no piso térreo acolherá os acessos aos quartos das habitações desse piso e, consequentemente, com o arranque das escadarias laterais da galeria de acesso aos quartos do piso superior. Este lugar de carácter mais interiorizado e intimista vai servir então principalmente como espaço de dilatação do interior dos quartos de ambos os pisos, sendo por isso permeável e contará com uma potencial presença de vegetação mais intensa. É apropriado para uma organização do espaço que se quer mais protegida, mais directamente relacionada com o espaço privado e os hábitos de cada um.

Por norma encontraremos dois edifícios em cada nível do terreno dispostos frente a frente pelas fachadas que dão acesso às áreas comuns (das habitações do piso térreo) e às escadarias centrais que cruzam o edifício e servem as áreas comuns do piso superior. Esta relação de fachadas e a dimensão encontrada entre elas estabelecem uma maior área para a partilha, o contacto e a vivência comunitária. Estes lugares são ideais para uma expansão das áreas e funções comuns do habitar desde o interior para o exterior, sendo legítimo supor que possam servir como uma segunda zona de estar ou um lugar de refeições comum.

Este mesmo tipo de lugar ocorre também entre dois edifícios de habitação e a impositiva fachada Este do Edifício do Claustro, naquela que é a área onde realmente se processa a costura entre as pré-existências e o projecto proposto e onde se estabelece uma possibilidade de lugar semi-público a várias alturas – as que comunicam com o piso térreo do claustro (e consequentemente com a via pública e a cidade) e as que se estabelecem e conectam o nível do varandim do claustro com a implantação dos primeiros dos novos edifícios de habitação.

Este tipo de espaços “entre edifícios” está pois organizado (e capacitado para uma contínua organização pelos habitantes) enquanto verdadeira compressão do lugar semi-público entendido no seu modo mais sintético de relação entre interioridade/exterioridade e intimidade/colectividade [figs.89 e 90].

Considerações finais



Este estudo não pretendeu ser intensivo e atingir por completo o âmago de todos os temas tratados, tarefa provavelmente inatingível e vã. Muito mais teríamos que acrescentar para alcançar uma compreensão verdadeiramente aprofundada dos mesmos. Apenas tenta representar de forma despretensiosa o interesse que temos pela problemática em questão e servir como justificação e acompanhamento teórico do projecto arquitectónico desenvolvido em simultâneo.

Vimos como a *organização do espaço* é um acto inerente e intuitivo e corresponde a um colocar-se, ao *habitar* e “Ser sobre a Terra” de que nos fala Heidegger. A arquitectura representa a procura e realização consciente desse acto e deve ser entendida enquanto tal. Devemos olhar para o trabalho do arquitecto como aquele que procura efectivamente *dar lugar* ao Homem e colocá-lo perante o universo à sua volta. Portanto este organizar tem uma dimensão mais imediata que trata da ocupação e ordenação de um território específico e também inclui necessariamente uma dimensão ontológica que permite relacionar o Ser e o Espaço. Entendemos que o arquitecto deve procurar projectar um lugar reconhecendo sempre a consciência do seu acto organizador e da necessidade de estabelecer um nexos de continuidade com os futuros habitantes e organizadores desse lugar.

Como o objecto de estudo prendia-se com a organização dos *lugares semi-públicos* urgia procurar defini-los e apresentar as suas características distintivas. Entendemo-los então como espaços de pertença privada de usufruto público com uma função de intermediários, de espaços de transição a uma escala urbana. As fachadas profundas e as galerias (“streets in the sky”), as traseiras e os interiores de quarteirão, as vilas e os pátios partilhados fazem manifesto e presente esse momento de transição e de ambiguidade inerente ao habitar destes lugares.

A importância da *transição* no projectar e no viver de uma obra de arquitectura é essencial na obra de Van Eyck que citámos e estudámos como referente fundamental. A ambivalência entre interior e exterior, íntimo e público, cidade e casa torna-se palpável (como esse autor tantas vezes demonstrou) nos lugares de transição. Assim, debruçar-nos sobre o projectar e viver do lugar semi-público implica mergulhar na intensidade e dificuldade desta sobreposição de opostos e conseguir uma organização que não tente dar sobrevalorizar qualquer um dos pólos em detrimento doutro, trabalhando para um equilíbrio que seja complexo e multiforme.

Ao ser desactivada a sua função hospitalar e retiradas da colina de Santana as respectivas instituições que tanto a caracterizam deparamo-nos com vários *espaços expectantes* no centro da cidade de Lisboa. Os terrenos do Hospital de Santa Marta convertem-se assim num enorme espaço a ser organizado e que entendemos como um potencial lugar semi-público

É justamente a sua localização e a sua relação intrincada e incompleta com as malhas urbanas que ficaram apoiadas e suspensas pela sua primitiva cerca conventual que nos fizeram interpretar este espaço como um *recesso*, um interior que merece ser partilhado com a cidade sem perder as suas qualidades de interioridade e intimidade.

Tentámos (re)organizar o terreno de forma a respeitar a sua memória enquanto edifício conventual da rua de acesso para Norte mais antiga de Lisboa, e enquanto hospital marcante no panorama médico e educativo da cidade e do país. A relevância patrimonial do antigo edifício conventual leva-nos a encará-lo como o elemento central do projecto com o qual se devem relacionar e corresponder os terrenos que lhe são adjuntos. Por isso, estabelecemos um novo lugar que tenta religar a Rua de Santa Marta e os quarteirões do topo da colina através do antigo claustro e de uma hierarquia e gradação de espaços exteriores protegidos e devolvidos à cidade enquanto lugares habitáveis semi-públicos. Devem ser vistos como lugares dedicados à vida comunitária, como uma bolsa aberta à cidade protegida naturalmente pelas suas condições pré-existentes e pela dedicação que quisemos ter em organizá-las deste modo. Pretendíamos essencialmente que aqui se pudesse estabelecer essa ligação entre o arquitecto e os habitantes, numa continuidade do gesto de organizar um lugar.

Como dissémos anteriormente, neste estudo apenas pretendeu servir como ponto de partida, como primeira pedra lançada e primeira tentativa séria de olhar e tentar tocar e moldar aquilo que está *entre* as coisas. O que está entre dois edifícios ou dois muros, entre a cidade e o interior de uma casa, entre o Homem e o seu Lugar. Ambicionámos demonstrar como estes lugares semi-públicos podem ser os espaços ideais para praticar esse olhar e esse viver, devido à sua complexidade e ao seu entrelaçar e justapor de opostos que organizam uma forma de habitar.

Este motivo de ambivalência e ambiguidade foi o que mais nos interessou desde o começo por nos parecer tão afeito à natureza humana, sendo essa mesma a razão pela qual o procurámos e tentámos interpretar de múltiplas formas sem nos satisfazermos com soluções rígidas e imediatas. Fugimos sempre de tentar compreender e projectar lugares que fossem uma resposta fácil e unilateral, que restringisse e apoucasse a multiplicidade e intensidade do real. Procurámos sempre uma simultaneidade de tentativas e de respostas. E o despontar de novas perguntas.

## Bibliografia





## Volumes

ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge. *Comunidad y Privacidad: Hacia una Nueva Arquitectura Humanista*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.

ANCIÃO, José Manuel. *O Mosteyro de Sancta Martha: Monografia do antigo Convento-Hospital de Santa Marta de Lisboa*. Lisboa: Edição Liga dos Amigos do Hospital de Santa Marta, 2010.

BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space*. Boston: Beacon Press, 1994.

BRAUNECK, Per; PFEIFER, Günter. *Casas Pátio*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

CABRAL DE MELLO, Duarte, AAVV. *Prémio Secil Arquitectura 1998. Escola Superior de Arte e Design. Vítor Figueiredo*. Lisboa: Secil, 2003.

CAPITEL, Antonio. *La Arquitectura del Patio*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

EYCK, Aldo Van *et al.* *Hubertus House*. Amsterdam: Stichting Wonen, 1982.

GEHL, Jan. *Life Between Buildings*. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.

HEIDEGGER, Martin. «Construir, Habitar, Pensar». in HEIDEGGER, Martin. *Vorträge und Aufsätze*, Günther Neske Pfullingen, 1954, pp. 145–162.

HERTZBERGER, Herman. *Lessons for Students in Architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991.

LEFAIVRE, Liane; ROODE, Ingeborg de (ed.). *Aldo Van Eyck: The Playgrounds and the City*. Rotterdam: Nai Publishers, 2002.

LEITE, Ana Cristina; VILHENA, João Francisco. *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros*, Lisboa: Gradiva, 1991.

LIGTELIJN, Vincent (ed.). *Aldo Van Eyck Works*. Alemanha: Birkhauser, 1999.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

MILES, Malcolm. *Beyond Public Space*. Lisboa: Associação Extra-Muros e Centro Português de Design, 2000.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1970.

PALLASMAA, Juhani. *The architecture of image. Existential space in cinema*. Helsinki: Rakennustieto Publishingm 2007.

RISPA, Raul. *Luis Barragan. Obra Completa*. Lisboa: Dinalivro: 2003.

SARAIVA, José Mendes da Cunha. *Documentos da Fundação do Convento de Santa Marte de Jesus em Lisboa*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1948.

SARMENTO MATOS, José. *A Invenção de Lisboa. As Chegadas*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

SIZA, Álvaro. *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 2012.

SMITHSON, Alison (ed.). *Team 10 Primer*. Londres: Studio Vista, 1968.

STRAUVEN, Francis. *Aldo Van Eyck's Orphanage. A Modern Monument*. Rotterdam: Nai Publishers, 1996.

TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982.

TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno; BUARQUE, Inês. *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

TRIGUEIROS, Luís (ed.). *Álvaro Siza 1986–1995*. Lisboa: Editorial Blau, 1995.

TRIGUEIROS, Luís (ed.). *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993.

### **Teses, Dissertações e Provas Académicas**

ABREU, Pedro Paulo da Silva Marques. *Palácios da memória II: a revelação da arquitectura*. Lisboa: FAUTL, 2007. Texto policopiado. Tese de Doutoramento.

MARTINS, João Paulo. *Os Espaços e as Práticas. Arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*. Lisboa: FAUTL, 2006. Texto policopiado. Tese de Doutoramento.

### **Artigos e Publicações Periódicas**

MADEIRA RODRIGUES, Maria João (1979) «Tradição, Transição e Mudança, a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista» in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série, N.º 84. Lisboa, 1979.

MENDONÇA DIAS, Joaquim; PINA, Susana. «População residente em Pátios e Vilas. Caracterização Sócio-demográfica» in *Análise Social*, Nº 127, 1994.

SILVA MATOS, Rui Manuel da; TEIXEIRA, Paula Alexandra. «A tipologia dos pátios e vilas de Lisboa» in *Olisipo*, II Série, nº3, 1996.

TOMÁS, Ana Leonor. «Cidade Oculta. A Vila Operária» in *Vazios Úteis – Seminários de Estudos Urbanos*. Lisboa, ISCTE, Julho 2007.

## Documentos electrónicos

***Aldo van eyck and the city as playground*** (consultado em Janeiro de 2013)

<http://merijnoudenampsen.org/2013/03/27/aldo-van-eyck-and-the-city-as-playground/>

***Architectuurstudio Herman Hertzberger*** (consultado em Janeiro de 2013)

<http://www.ahh.nl>

***Canadian Center for Architecture*** (consultado em Janeiro de 2013)

[http://www2.cca.qc.ca/pages/Niveau3.asp?page=mellon\\_strauven&lang=eng](http://www2.cca.qc.ca/pages/Niveau3.asp?page=mellon_strauven&lang=eng)

***Escritório de Säynätsalo da Cidade de Jyväskylä & Fundação Alvar Aalto*** (consultado em Dezembro de 2012)

<http://www3.jkl.fi/saynatsalo/townhall/index-en.htm>

***InFLUX – investigations in flexible housing*** (consultado em Dezembro de 2012)

<http://archiflux.wordpress.com/2010/09/11/ap-smithson-golden-lane-2/>

***Projecto Marcas das ciências e das técnicas pelas ruas de Lisboa*** (consultado em Junho de 2013)

<http://marcasciencias.fc.ul.pt/pagina/fichas/objectos/dominio?id=2010>

***SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*** (consultado em Junho de 2012)

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531)

***Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões*** (consultado em Junho de 2013)

<http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/imovel.aspx?id=173>

***Ruptura Silenciosa*** (consultado em Dezembro de 2012)

<http://www.rupturasilenciosa.com/Conjunto-Habitacional-Olivais-Sul>

***Visions 2200 – A perspective on the future*** (consultado em Janeiro de 2013)

<http://visions2200.com/CitiesCamilloSitte.html>



Anexos



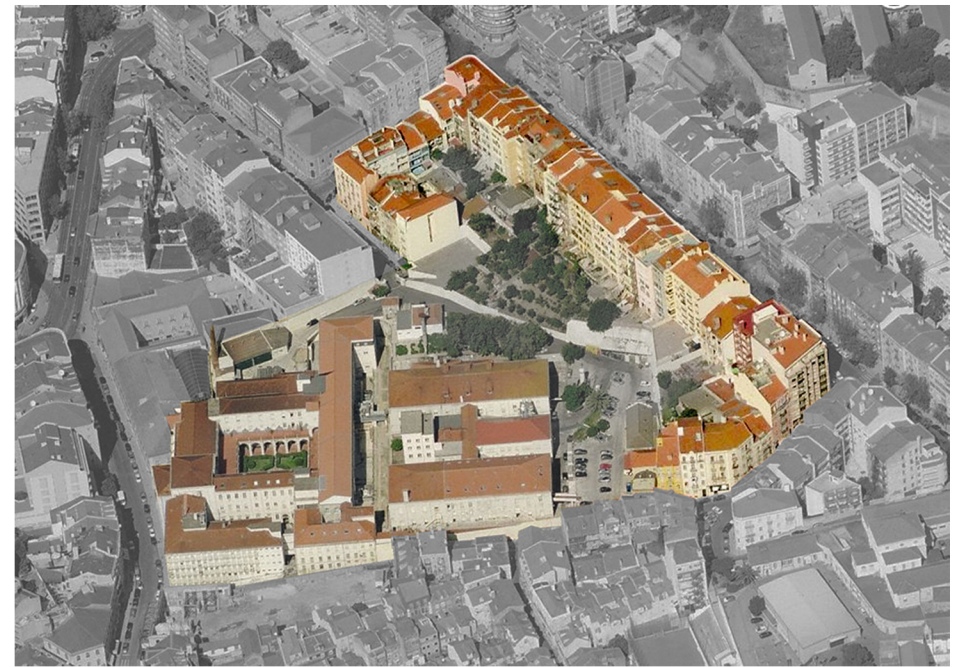




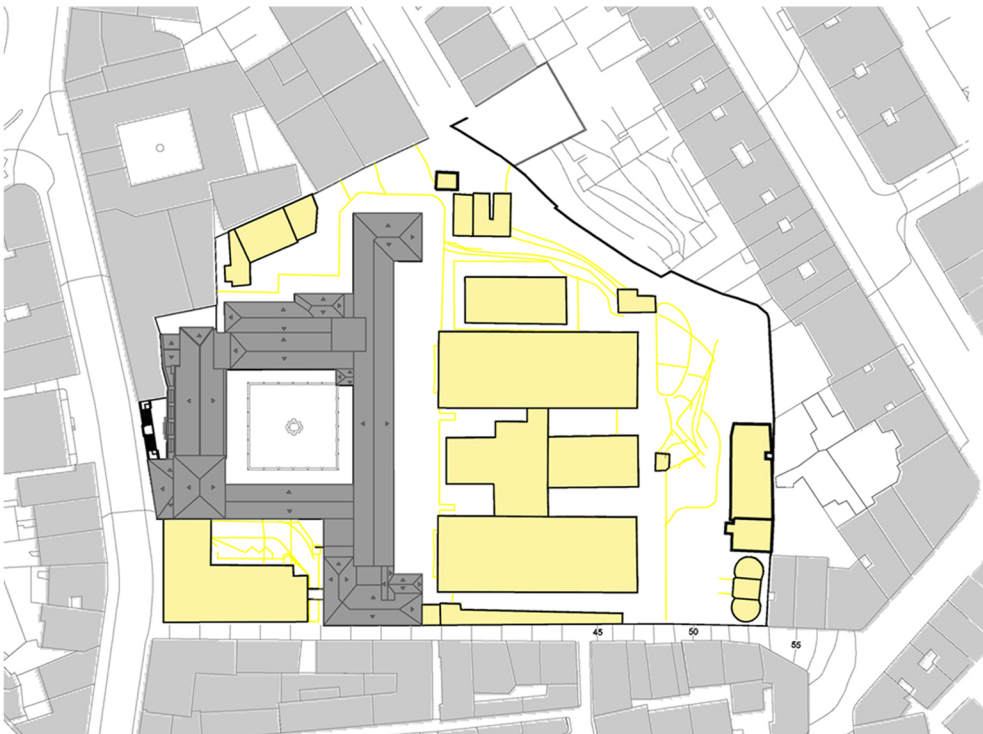
Localização do Hospital de Santa Marta



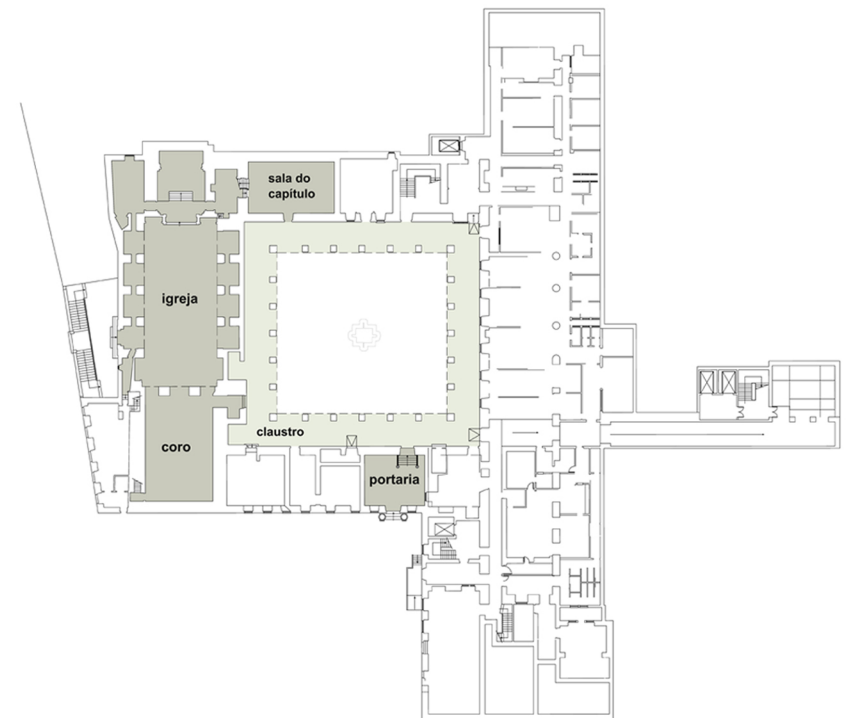
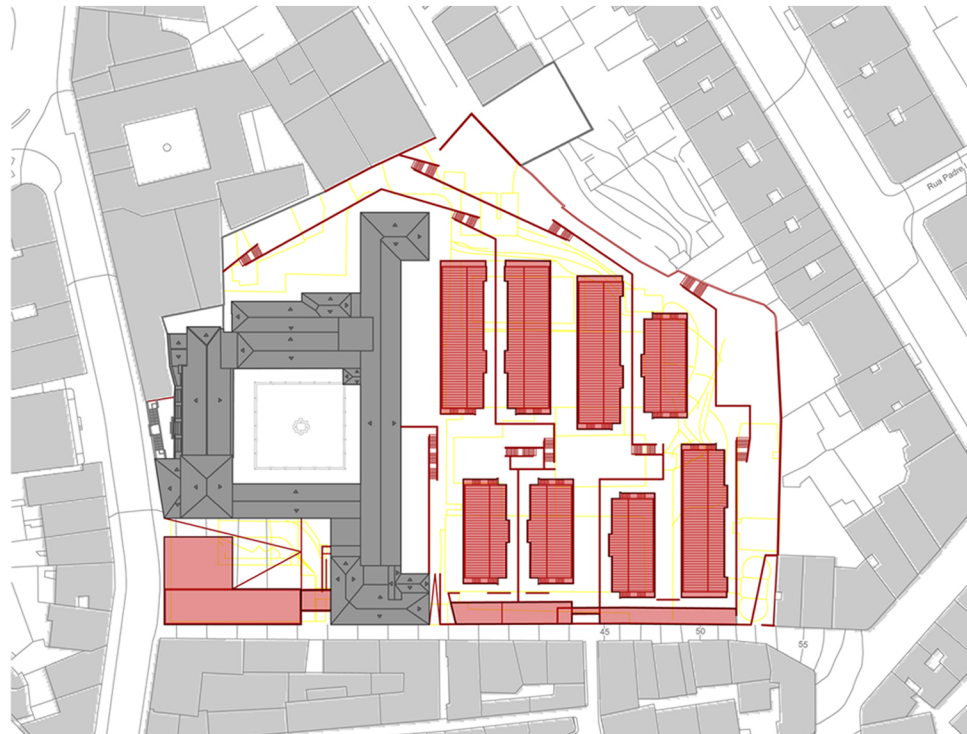
Confronto das malhas urbanas presentes



A redifinição da cerca:  
o terreno entendido como interior de quarteirão

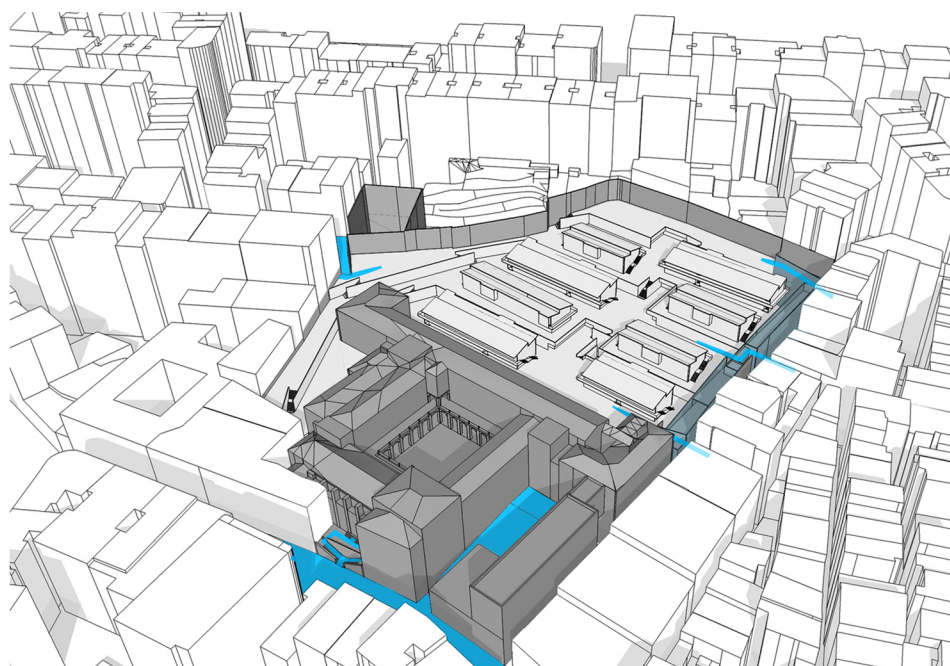


Estado actual e proposta de intervenção: construções a demolir (amarelo), a preservar (cinzento) e novas construções (vermelho)

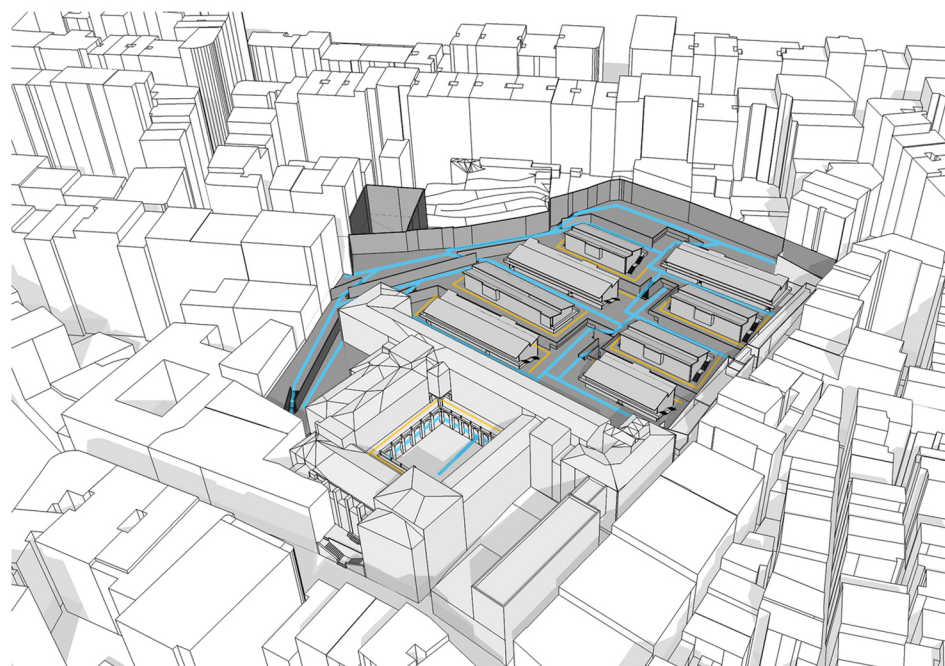


Estado actual do Edifício do Claustro:  
património conventual ainda existente

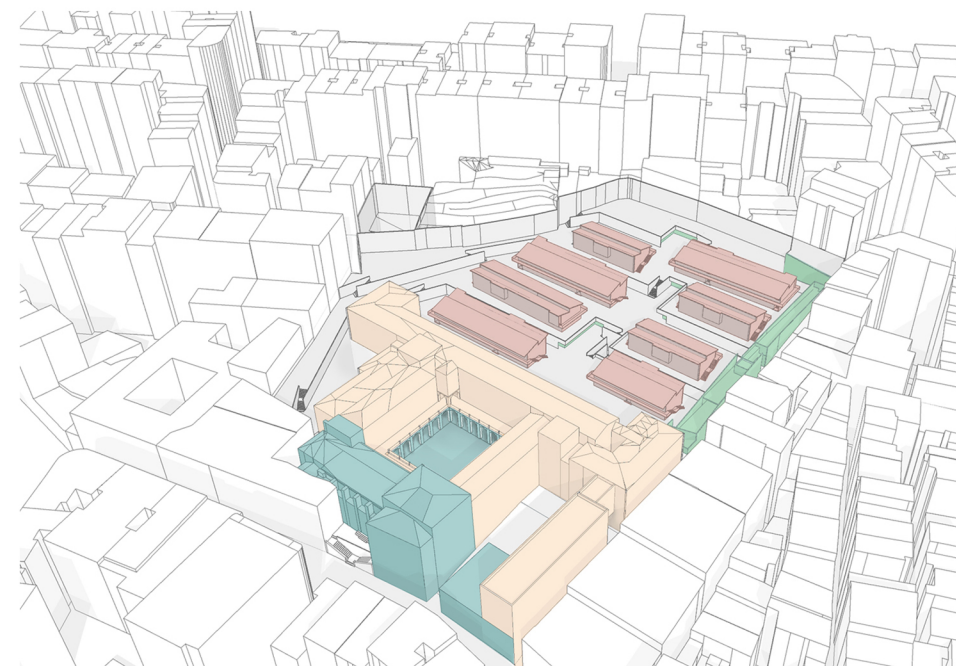




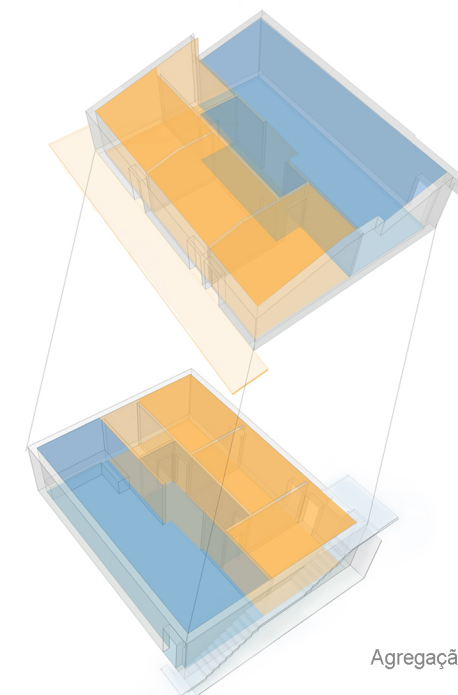
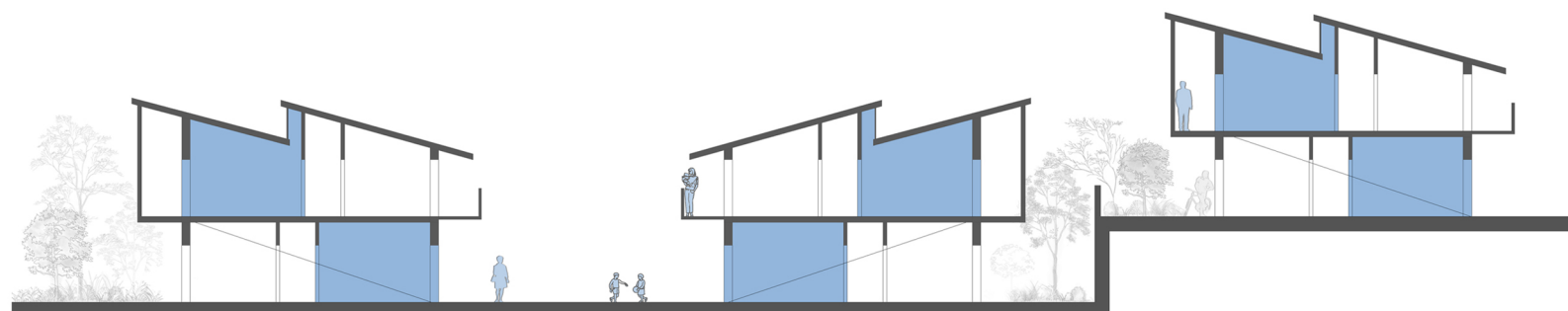
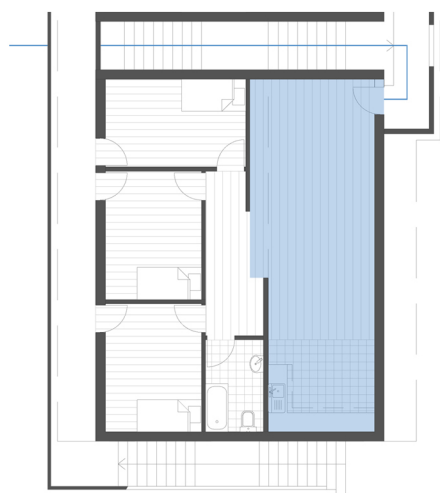
Esquema de ingressos no terreno



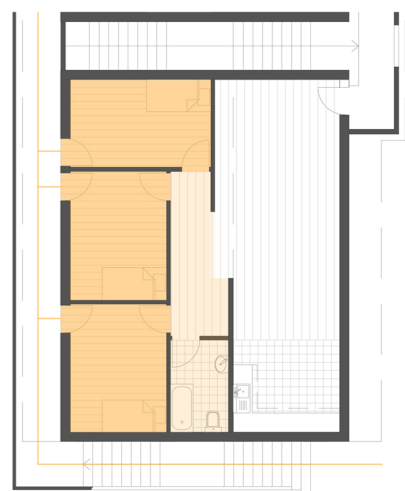
Esquema de distribuição e hierarquização de percursos



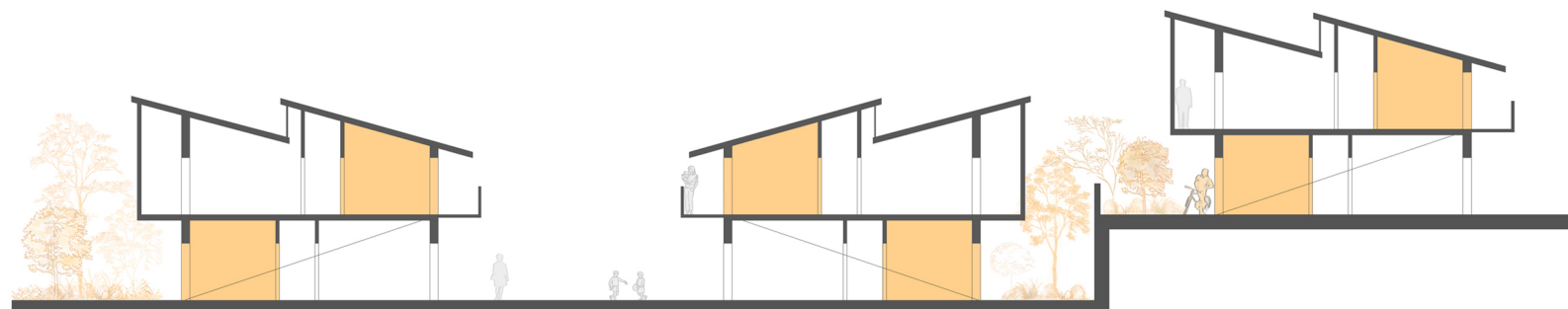
Esquema programático



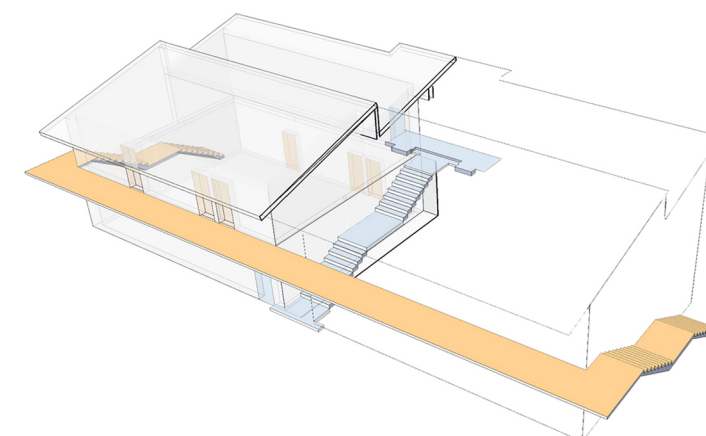
Agregação rotativa



Flexibilidade de organização de uma unidade habitacional



A organização do espaço "entre" edifícios



Distribuição/acesso cruzado





Organização do Lugar Semi-Público - Reactivação do Hospital de Santa Marta em Lisboa.

Pedro Carneiro #6859

Orientador: Prof. Doutor Pedro Ravara

Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa - 2013

Planta + 36  
0 10 20 m

A03





Organização do Lugar Semi-Público - Reactivação do Hospital de Santa Marta em Lisboa.

Pedro Carneiro #6859

Orientador: Prof. Doutor Pedro Ravara

Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa - 2013

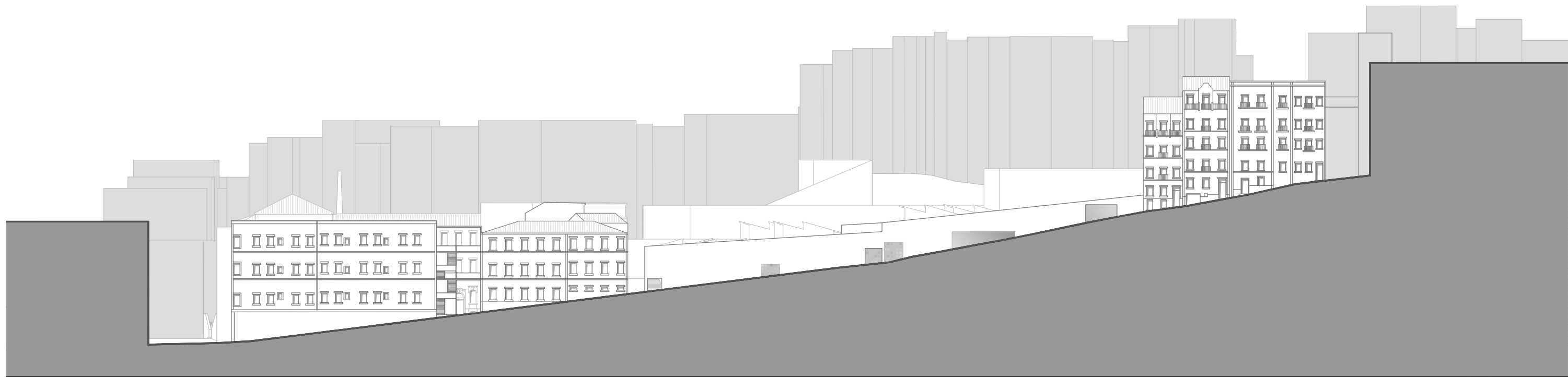
Planta + 45  
0 10 20 m

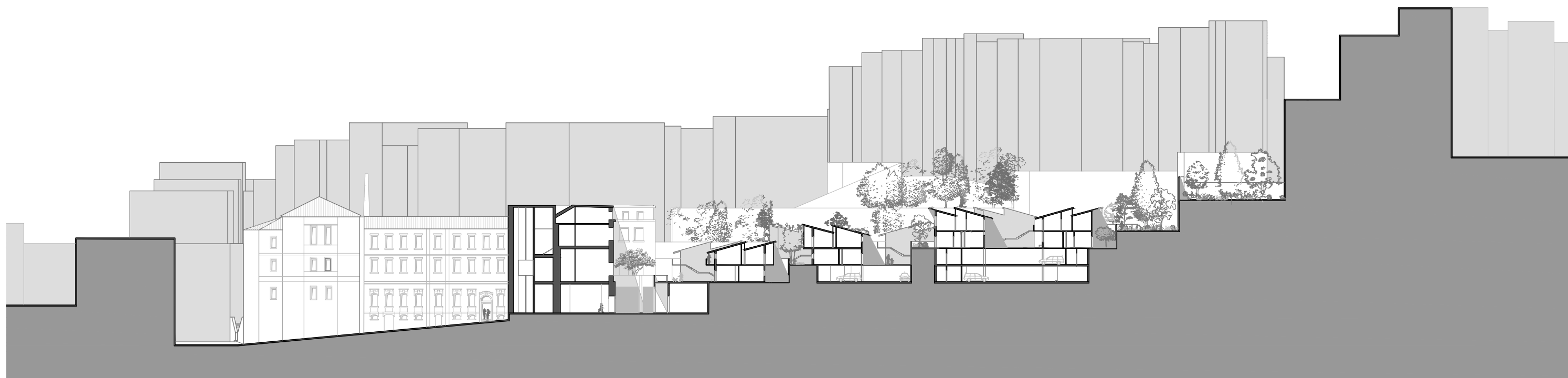
A05



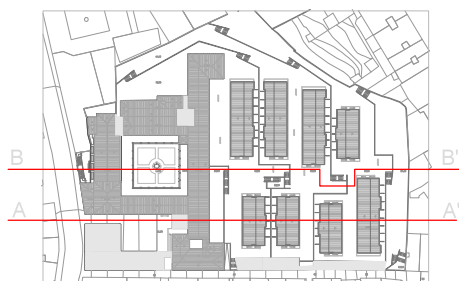




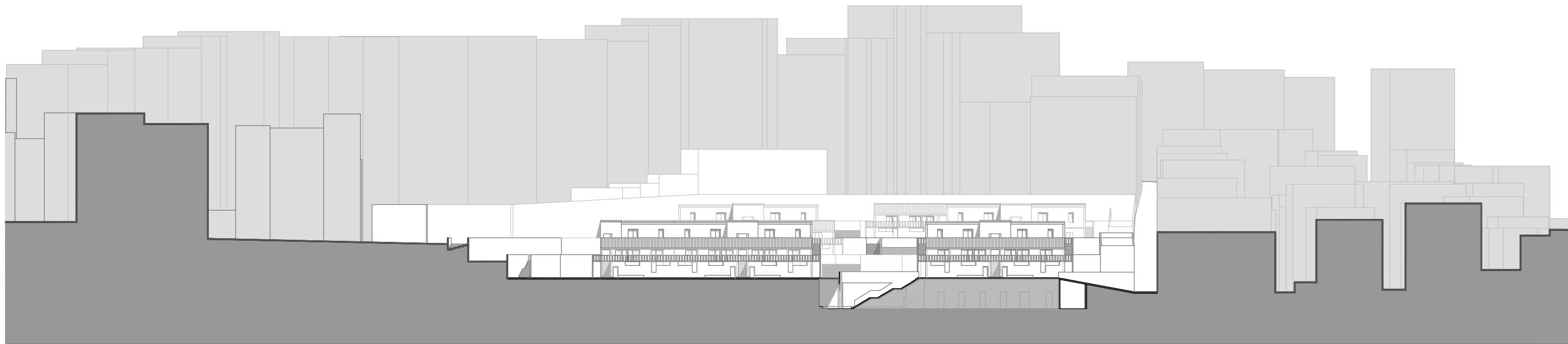




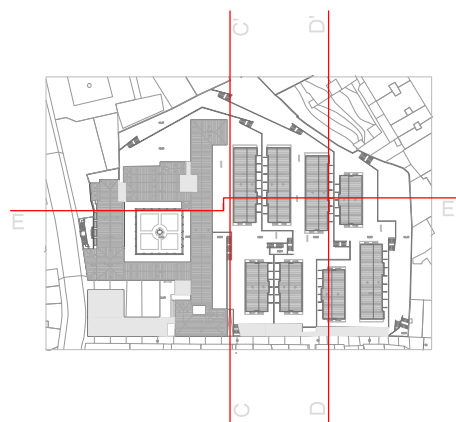
A - A'



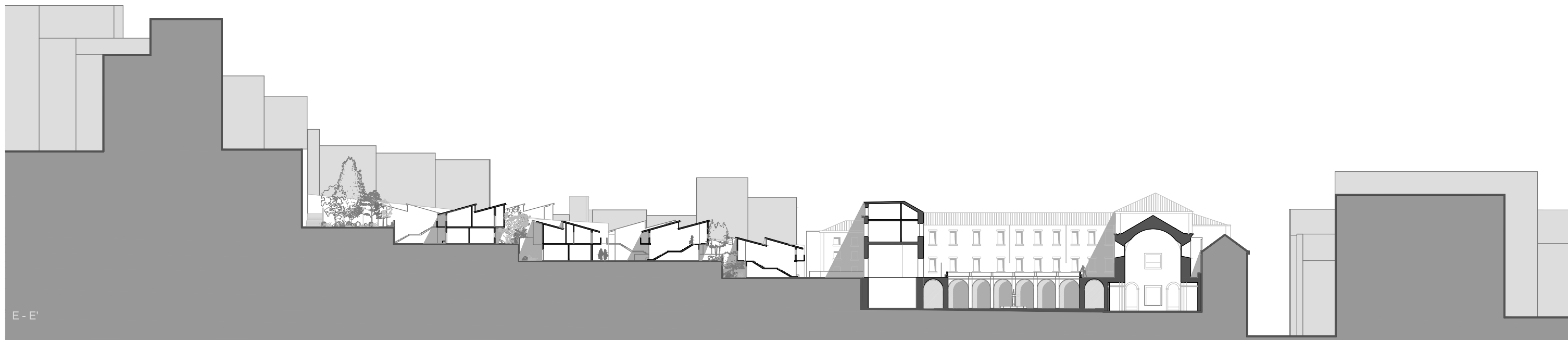
B - B'



C - C'



D - D'



E - E'

Organização do Lugar Semi-Público - Reactivação do Hospital de Santa Marta em Lisboa.

Pedro Carneiro #6859

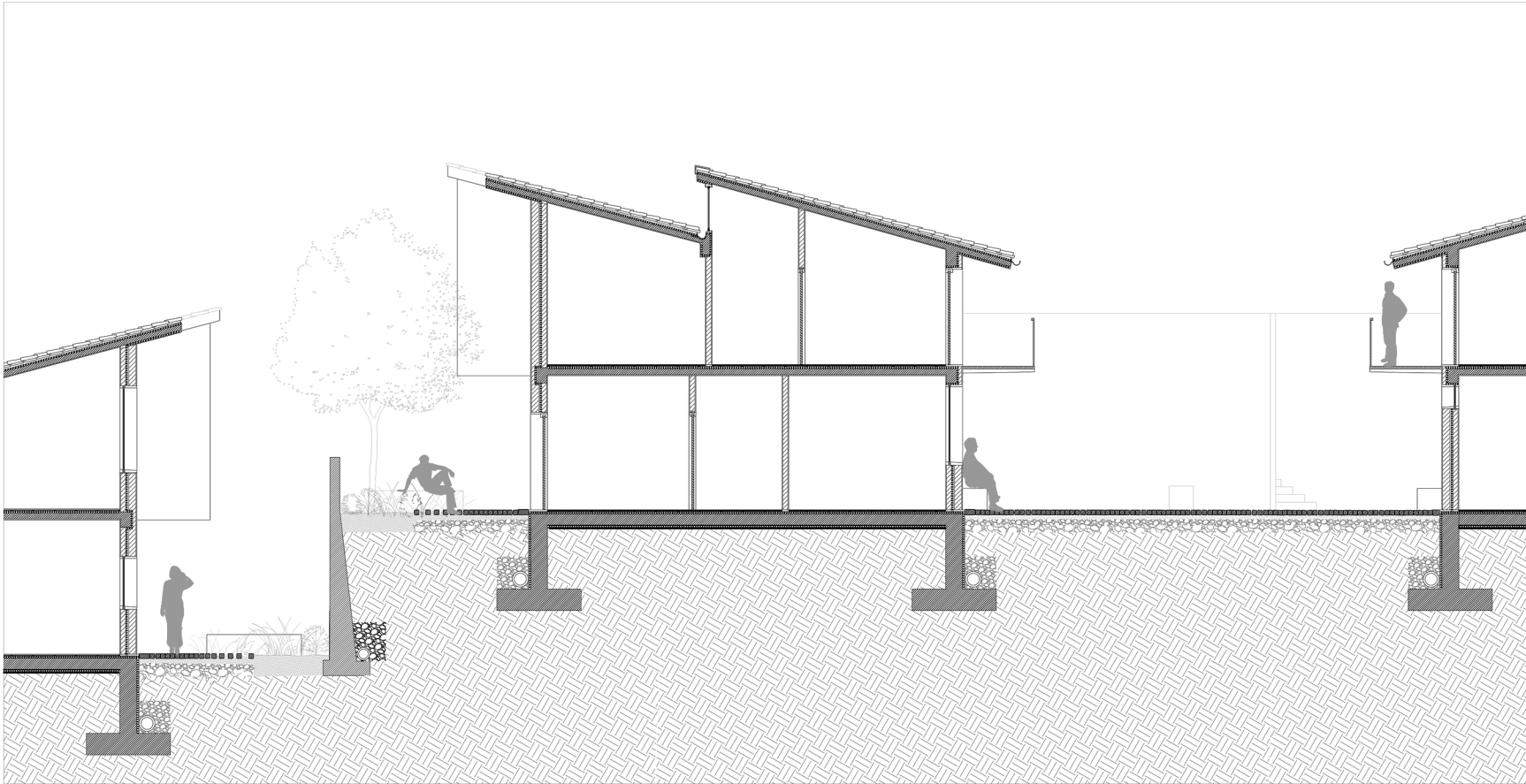
Orientador: Prof. Doutor Pedro Ravara

Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa - 2013

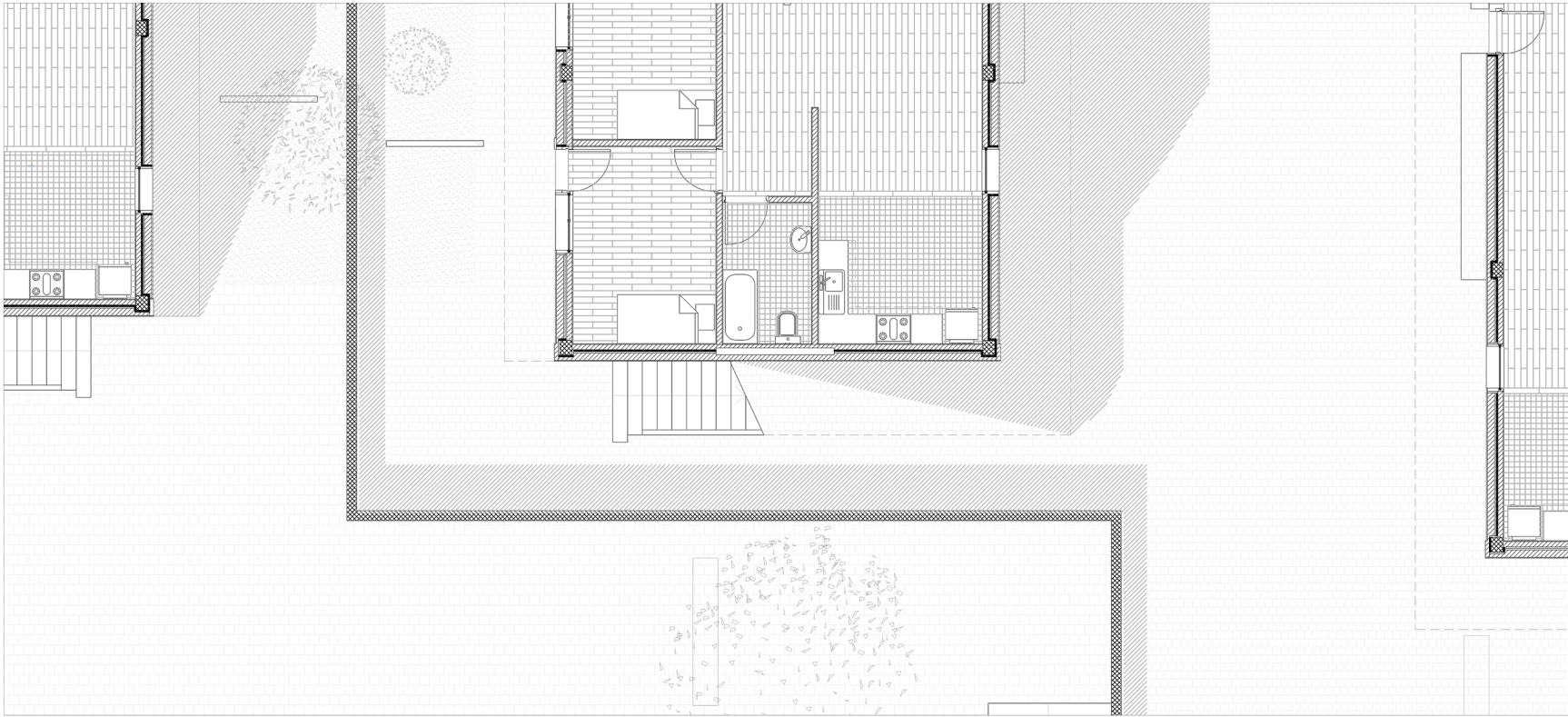
Cortes  
0 10 20 m

A10

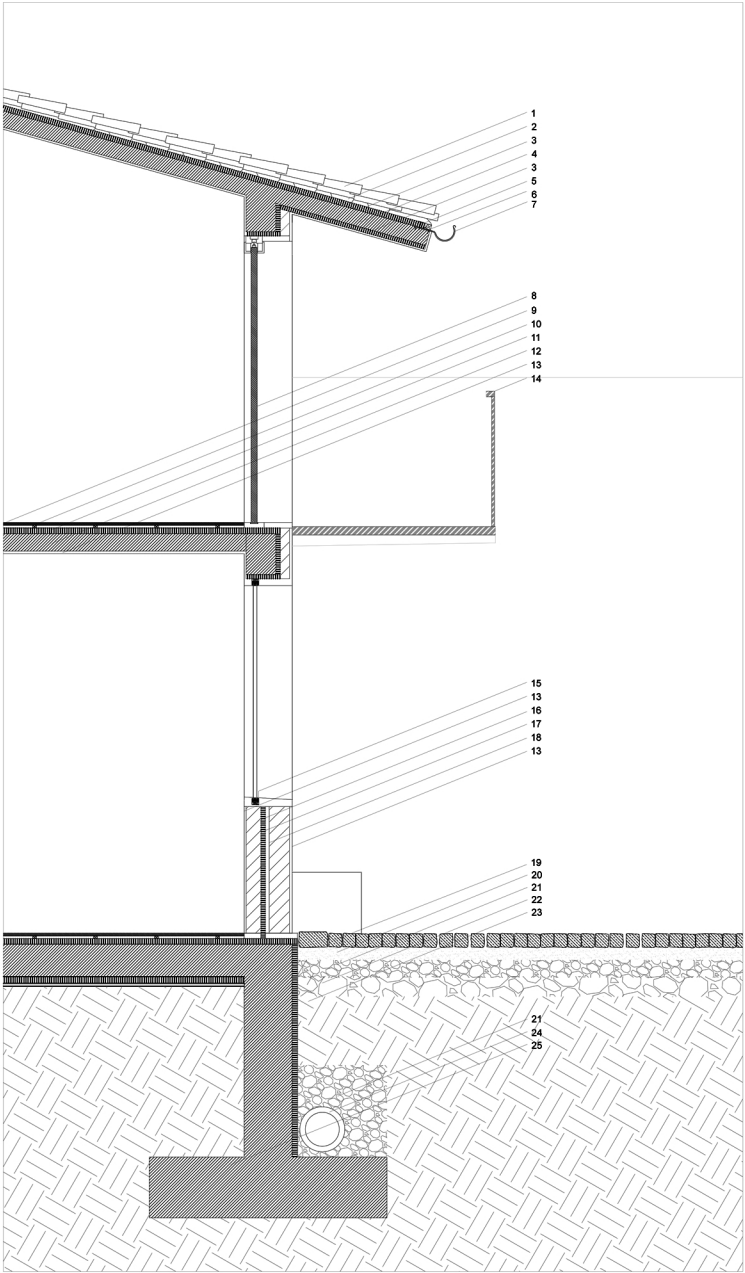




Corte 1:50



Planta 1:50



Corte 1:20

- Legenda
1. Telha canudo | 2. Argamassa de fixação das telhas | 3. Isolamento térmico tipo roofmate 40 mm | 4. Laje de cobertura de betão 12 cm | 5. Fixação mecânica das placas de isolamento | 6. Remate de travamento | 7. Algeroz circular com caleira de zinco | 8. Porta em madeira de pinho | 9. Soalho em madeira de pinho 20 mm | 10. Ripado de madeira | 11. Isolamento térmico tipo floormate 40 mm | 12. Laje divisória de piso em betão 13 cm | 13. Reboco 20 mm | 14. Galeria metálica em ferro | 15. Caixilharia de alumínio com vidro duplo | 16. Tijolo de 11 cm | 17. Caixa de ar e isolamento térmico tipo poliestireno extrudido 30 + 30 mm | 18. Tijolo de 15 cm | 19. Pedra calcária cinzenta tipo calçada portuguesa | 20. Areia compactada | 21. Gravilha | 22. Brita | 23. Terreno | 24. Tubo de drenagem | 25. Sapata de betão



